



Plano DE ENFRENTAMENTO ÀS ENCHENTES Emergencial

SEPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO



**GOVERNO DO
ACRE**
Trabalho para cuidar das pessoas

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

Mailza Assis da Silva
Vice-Governadora do Estado do Acre

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento

Jonathan Xavier Donadoni
Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Paulo Roberto Correia da Silva
Secretário de Estado de Estado de Administração

José Luiz Schafer
Secretário de Estado de Agricultura

Julie Messias e Silva
Secretária de Estado de Meio Ambiente

Francisca Oliveira de Lima Costa
Secretária Extraordinária dos Povos Indígenas

Italo Almeida Lopes
Secretário de Estado de Obras Públicas

Egleuson Araújo Santiago
Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo

Maria Zilmar da Rocha Almeida
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

José Raimundo Barroso Bestene
Presidente da Companhia de Saneamento do Acre

CEL Carlos Batista da Costa
Coordenador Estadual da Defesa Civil

COORDENAÇÃO

Kelly Cristina Lacerda
Secretária Adjunta de Planejamento

Marky Lowell Rodrigues de Brito
Diretor de Desenvolvimento Regional

ELABORAÇÃO E COMPILAÇÃO DE DADOS

Denes da Costa Freitas
Chefe do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

COLABORAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE – AMAC

DESIGN EDITORIAL

Luiz Antonio Brasil de Lima

Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN

Av. Getúlio Vargas, 232 – Palácio das Secretarias – Térreo – Centro

Rio Branco – Acre – Brasil - CEP: 69.900-060

E-mail: acreseplan@gmail.com

Tel.: (68) 3215-2514

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	06
2. METODOLOGIA	09
3. PLANO EMERGENCIAL	11
a. Problema Central	11
b. Prováveis Causas	11
c. Consequências Comuns	11
d. Desafios a Superar	12
e. Resultados Esperados	12
f. Soluções Propostas	12
4. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE	27
5. COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA	28
6. ANEXO I – DIAGNÓSTICO MUNICIPAL	29



1. APRESENTAÇÃO

O Estado do Acre, em resposta aos desafios impostos pelas recentes e devastadoras enchentes, apresenta seu Plano Emergencial para mitigação dos impactos causados pelas mudanças climáticas, com o intuito de não apenas abordar as ações de restabelecimento e reconstrução das áreas atingidas, mas também implementar medidas emergenciais eficazes para a redução dos impactos de futuros eventos. Este plano representa o compromisso do Estado com a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável de sua população.

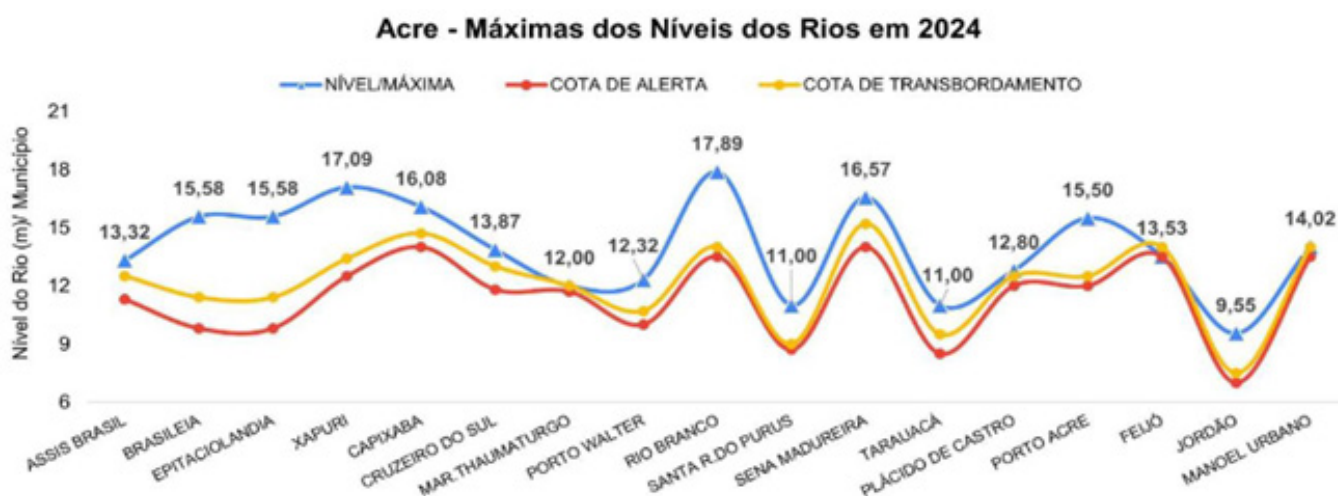
As mudanças climáticas globais vêm ocasionando transformações profundas no meio ambiente e se traduzem como fator catalisador dos desastres naturais. Enchentes, secas, estiagens e incêndios florestais são alguns dos exemplos que podem ser citados. O estado do Acre, especialmente no período chuvoso que se estende de novembro a abril, é castigado por fortes chuvas ocasionando grandes enchentes. Aliada a isso, a extensa hidrografia da região também contribui bastante para ocorrências do fenômeno.

Por se tratar de um fenômeno rotineiro, as enchentes transformaram-se num problema

histórico-social, que ao longo dos tempos, vem acarretando grandes prejuízos econômicos e sociais às pessoas atingidas, bem como, ao poder público que tem por força legal a atribuição de atender estes tipos de desastres. Portanto, dos já citados fatores que contribuem para a ocorrência dos desastres causados pelas enchentes e inundações, destacam-se os naturais, ocasionados pela climatologia, hidrografia da região e pela ação antrópica, fruto do processo de ocupação desordenada das cidades.

Nesse sentido, no primeiro trimestre de 2024 foram registradas máximas históricas de enchentes na bacia hidrográfica do rio Acre, com destaque para o município de Brasiléia, que alcançou o maior nível registrado de 15,58 metros, superando o ano de 2015, quando registrou 15,55 metros. Destaca-se que Assis Brasil, Xapuri e Rio Branco registraram a 2ª maior cheia desde o início do monitoramento. Em 2024, Assis Brasil registrou 13,32 metros, superando os 12,03 metros do ano de 2015. Já Xapuri registrou neste ano 17,09 metros, superando os 15,71 metros do ano de 1978. E Rio Branco, registrou 17,89 metros, superando o ano de 2023, quando atingiu o nível de 17,72 metros.

Figura 1: Máximas registradas dos rios do Estado do Acre em 2024.



Fonte: CIGMA-SEMA, 2024.

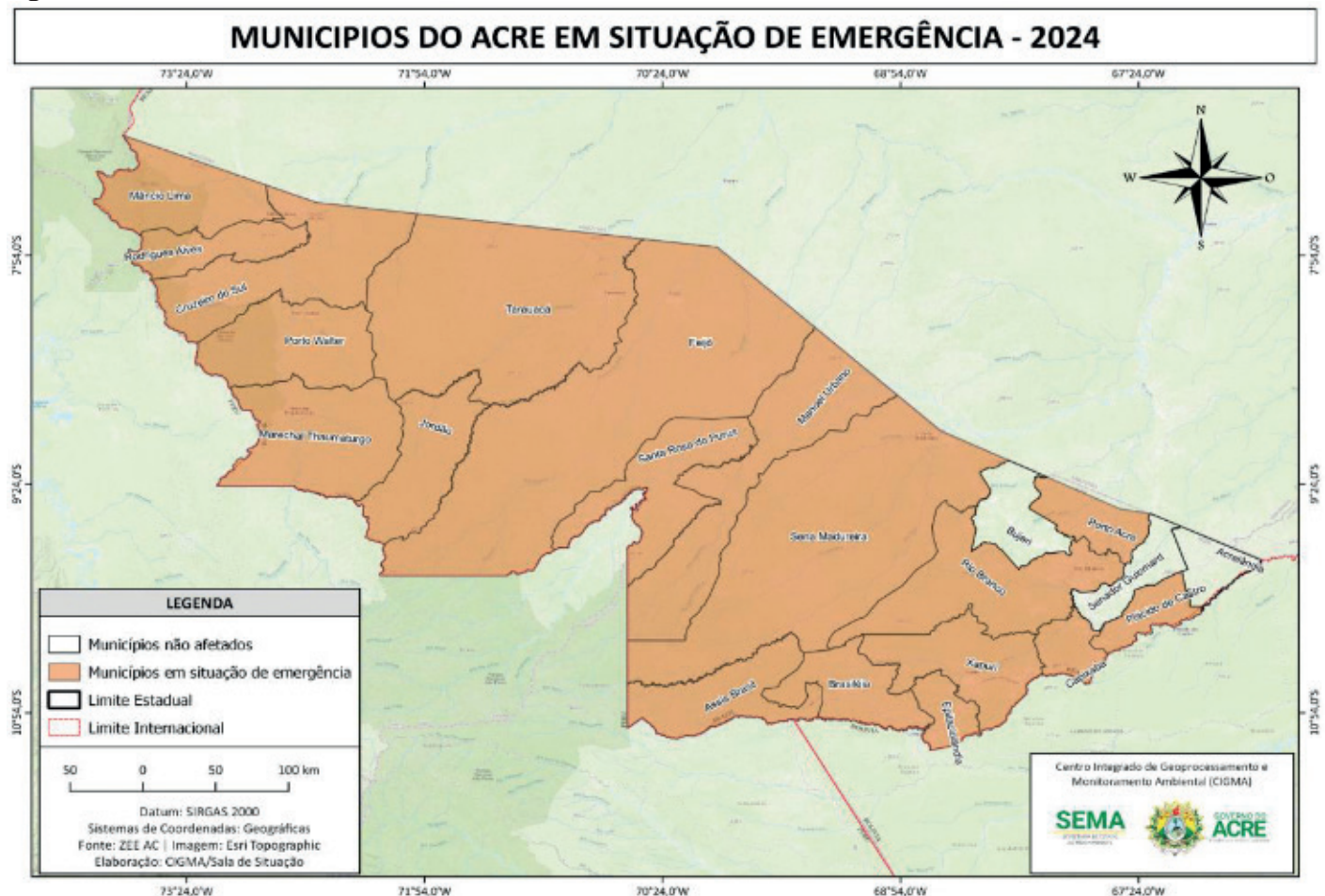
Além dos danos patrimoniais, foram identificados a interrupção do serviço de fornecimento de água em razão de danos nas tubulações e bombas d'água, de erosões, submersão de adutoras e do sistema de bombeamento, alagação dos imóveis onde se encontram as instalações das Estações de Tratamento de Água - ETA, interrupção do fornecimento de energia elétrica e deslocamento de populações de determinadas localidades. Mais de 15 mil domicílios foram atingidos nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco, Jordão e Porto Walter.

Noutro ponto, foram identificados prejuízos aos povos indígenas localizados, especialmente, nos municípios de Assis Brasil e Jordão.

Na dimensão da agricultura familiar, o dano estimado pela Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI pela perda de áreas de cultivo foi de 200 milhões, ocasionando elevação da inflação no mercado local em virtude da escassez de determinados alimentos da cesta básica.

Em 24 de fevereiro de 2024, o Governo do Acre publicou o Decreto N° 11.414, instituindo Situação de Emergência em 17 municípios em virtude do volume expressivo de chuvas que ocorreram entre os dias 1 e 24 de fevereiro de 2024, acarretando significativa elevação dos níveis dos rios e igarapés. Posteriormente, devido à Situação de Emergência, foram incluídos mais 2 municípios (Decreto N° 11.421, de 3 de março de 2024), totalizando 19 municípios.

Figura 2: Fonte: CIGMA - SEMA, 2024.



Ato contínuo, o Governo Federal também reconheceu, através da Portaria N° 622 de 25 de fevereiro de 2024, a Situação de Emergência dos municípios do Estado do Acre, em decorrência de inundações (COBRADE 1.2.0.0.).

Nesse mesmo cenário, a Prefeitura do município de Jordão, através do Decreto N° 10 de 25 de fevereiro de 2024 (DOE/AC n° 13.718), declarou Estado de Calamidade Pública naquele município afetado por grande inundação.

Dessa forma, os Decretos N° 11.414 e 11.421, além da Portaria N° 622, proporcionaram o início das ações já estabelecidas no Plano de Contingência Estadual, tendo como objetivo o recebimento de recursos para o atendimento imediato às famílias atingidas.

Como já descrito acima, dos 22 (vinte e dois) municípios acreanos, 19 (dezenove) foram atingidos pelas inundações de 2024 e dentre eles, serão atendidos de forma emergencial, os que sofreram os maiores impactos das cheias, bem como, os que possuem todos os estudos preliminares e dados para elaboração do diagnóstico necessário para mensurar os danos sofridos, domicílios particulares atingidos, mancha da inundação, relatórios técnico de altimetria, produzido pela Associação de Municípios do Acre – AMAC, dentre outros documentos técnicos com base nos quais é possível mensurar o quantitativo de unidades habitacionais a serem construídas e entregues.

Nesse sentido, os demais municípios atingidos pelas cheias, quais sejam: **Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano, Feijó, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Mâncio**

Lima e Rodrigues Alves, apesar de não estarem inclusos neste plano como prioritários para intervenção, pelas razões descritas no parágrafo anterior, não serão desconsiderados, pois, neste momento, está em curso um levantamento mais detalhado para estimar o impacto das enchentes em seus territórios e, ainda neste semestre, serão apresentados os estudos e custos de intervenção mínima nos mesmos padrões desta proposta de solução.

Portanto, face o exposto, cumpre ao governo do Acre, em parceria com os demais poderes, gerar ações de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de promover a resiliência climática, isto é, adaptar as cidades acreanas aos efeitos climáticos extremos de maneira a reduzir o impacto socioeconômico das enchentes através de intervenções emergenciais na política de habitação, saneamento básico e outras áreas.

Assim, o presente Plano Emergencial representa um ponto de partida estratégico, que futuramente deve ser adaptado, ampliado e detalhado de acordo com as especificidades locais para um Plano Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas com objetivos, estratégias eficazes e metas quantificáveis que resultem na redução de impactos, adaptação e resiliência às mudanças climáticas.

Finalmente, a elaboração deste Plano Emergencial foi realizada com a participação valiosa das prefeituras, órgãos estaduais, povos indígenas, setor privado, instituições de ensino e pesquisa, e demais, assegurando a inclusão e representação das necessidades e capacidades locais nas propostas de intervenções emergenciais aqui apresentadas.

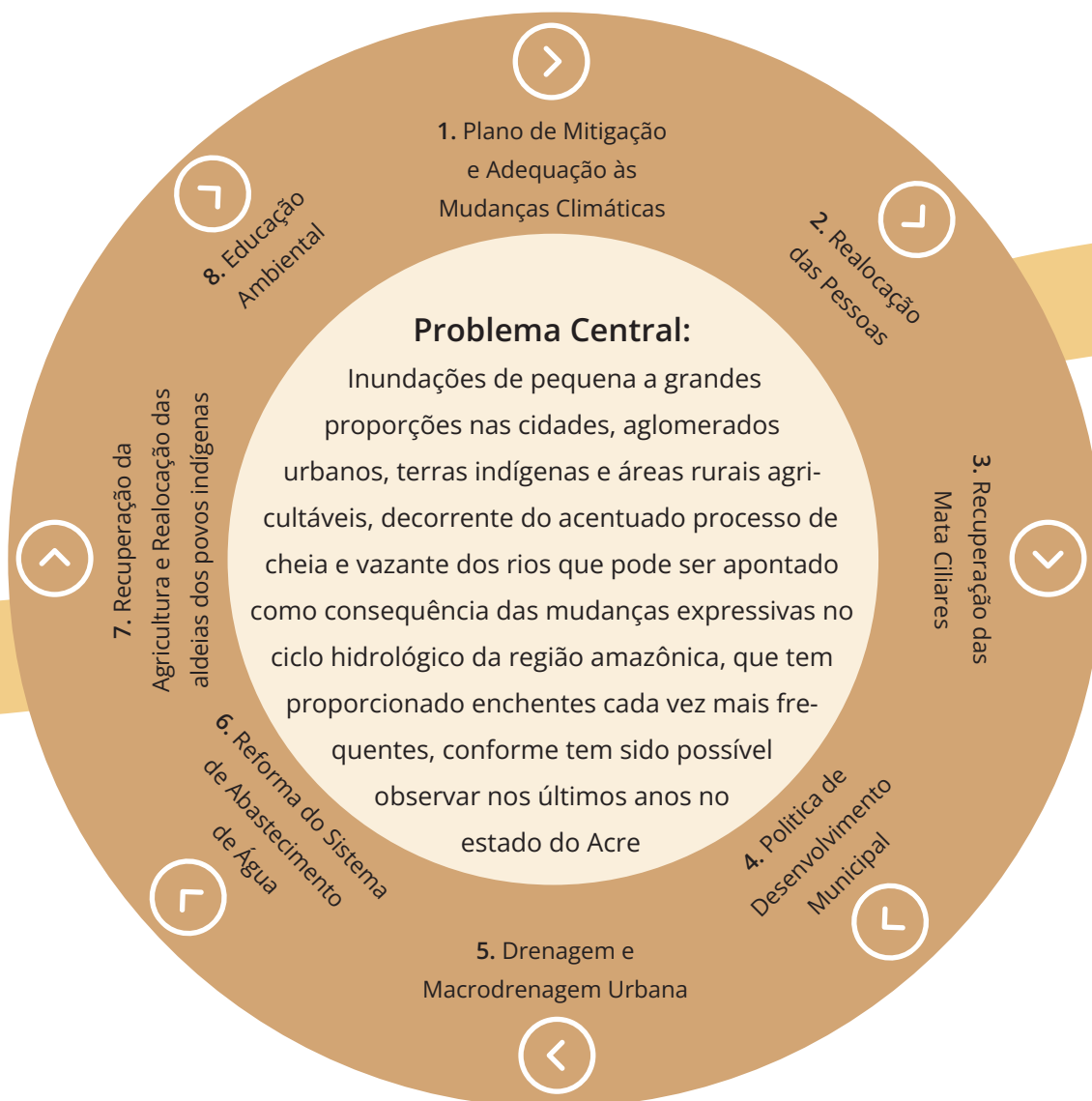
2. METODOLOGIA

Este Plano foi dividido em duas partes. A primeira, chamada “Plano Emergencial”, busca desenhar o cenário geral do problema e apresentar propostas de soluções. A segunda, denominada “diagnóstico dos municípios”, é um anexo do Plano e apresenta um diagnóstico do impacto das inundações nos municípios atingidos.

Nesse sentido, a primeira parte foi elaborada com base na metodologia da lógica de causalidade aplicada ao território como um todo.

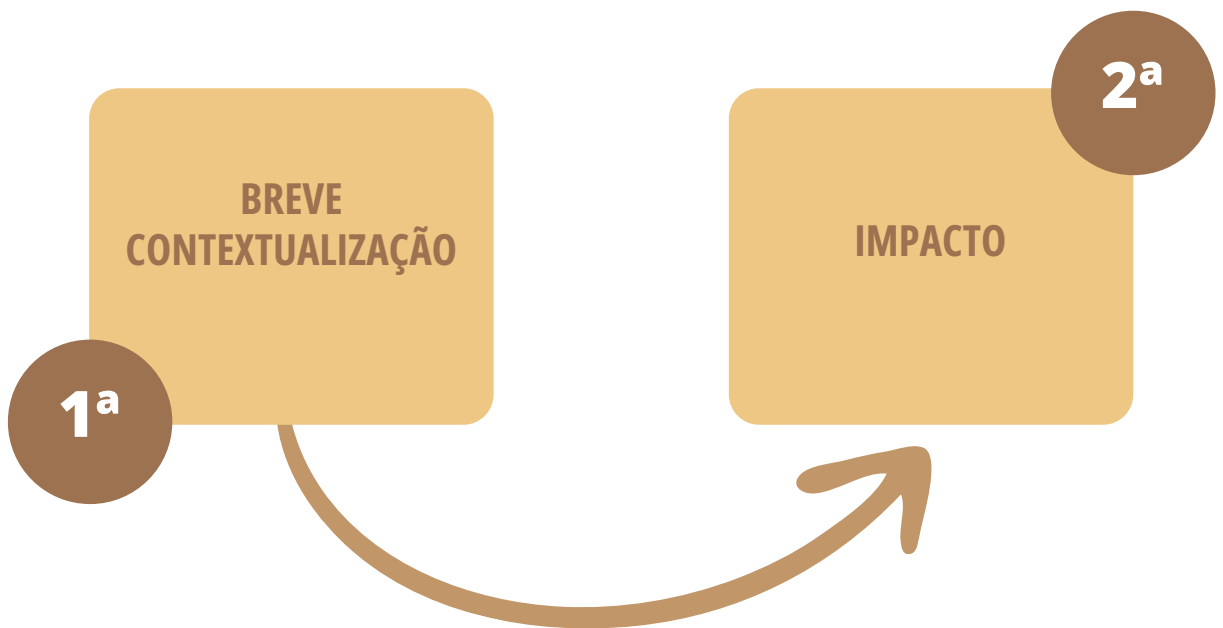
Inicialmente, foi descrito o cenário viven-

ciado pela sociedade acreana, através da exposição do problema central existente, suas principais causas e as consequências. Em seguida, foi desenhado uma abordagem para atacar as causas do problema, traduzindo-as em desafios a serem enfrentados, os quais produzirão novas consequências (resultados esperados). Por fim, descrito o cenário atual e desenhado os desafios e consequências que se deseja produzir, esta etapa se conclui ao pormenorizar as “soluções possíveis”, isto é, o que concretamente pode ser feito para a mudança do cenário desenhado.



A segunda parte, diferente da primeira, consiste em um anexo, que apresenta um diagnóstico na dimensão municipal, com especial atenção para os municípios mais atingidos pelas enchentes de 2024, apresentando um diagnóstico individualizado. Este diagnóstico é composto por uma breve contextualização histórico social do município e uma sucinta descrição do impacto das inundações.

Figura 3: Metodologia da segunda parte do plano



3. PLANO EMERGENCIAL

1. Problema Central

Inundações de pequena a grandes proporções nas cidades, aglomerados urbanos, terras indígenas e áreas rurais agricultáveis, decorrente do acentuado processo de cheia e vazante dos rios que pode ser apontado como consequência das mudanças expressivas no ciclo hidrológico da região amazônica, que tem proporcionado enchentes cada vez mais elevadas e frequentes, conforme tem sido possível observar nos últimos anos no estado do Acre.

2. Prováveis Causas

a) Aumento excessivo dos índices pluviométricos no estado, em decorrência das mudanças climáticas;

b) Ocupação humana desordenada nas margens dos rios e igarapés e em áreas de planície com elevado risco de inundações;

c) Baixo nível de ordenamento territorial urbano, regulando a ocupação dos espaços nas cidades acreanas;

d) Redução das áreas de vegetação (mata ciliar) nas margens dos rios e igarapés;

e) Instalação de fazendas e plantações agrícolas em áreas com elevado risco de inundações;

f) Intensificação do processo de erosão das margens dos rios (desbarrancamento), que resulta em aumento significativo do depósito de sedimentos nos leitos dos rios e agrava as cheias;

g) Insuficiente conjunto de medidas de prevenção de infraestrutura urbana para drenagem e macrodrenagem dos cursos d'água nas cidades;

h) Obstrução dos cursos d'água, com obras de engenharia e lançamento de lixo e entulhos nos igarapés e rios;

i) Insuficientes políticas públicas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano;

j) Precária política de conscientização da população em geral, acerca das medidas necessárias para o enfrentamento das mudanças climáticas e mitigação dos impactos das inundações;

k) Precário sistema de protocolos de intervenção em situações de enchentes e inundações;

l) Insuficiente padronização e aplicação do sistema de monitoramento e acompanhamento dos ciclos hidrológicos no Estado;

m) Alocação de aldeias indígenas e suas plantações, em áreas com elevado risco a inundações;

n) Insuficiente número de planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e precária aplicação de medidas mitigadoras.

3. Consequências Comuns

a) Elevado risco à integridade da vida humana e animal (risco de desabamentos de casas, afogamentos, choques de descargas elétricas, picadas por animais peçonhentos, etc.);

b) Elevado risco de doenças de veiculação hídrica (amebíase, leptospirose, diarreia e outras);

c) Abalos/desconforto psicoemocionais;

d) Perdas e danos materiais (destruição de habitações, mobiliários, pertences pessoais, etc.);

e) Ampliação/agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas;

f) Limitação das condições de locomoção;

g) Suspensão e comprometimento das atividades econômicas e empresariais;

h) Perda de safras e prejuízo à produção agrícola, além do dano à pecuária;

i) Comprometimento do abastecimento de água potável e fornecimento de energia elétrica;

j) Ampliação dos gastos públicos com as medidas de assistência, restabelecimento e recuperação;

k) Suspensão e/ou limitação da prestação de serviços públicos de educação, saúde, segurança nas áreas atingidas;

l) Danos ambientais;

m) Suspensão do regular funcionamento da sociedade.

4. Desafios a superar

a) Arraijada cultura ribeirinha local de conviver com os constantes ciclos de cheias e vazantes dos rios, com consequentes inundações;

b) Baixa preparação da população para lidar com o agravamento do problema ao longo dos anos;

c) Baixo nível de educação ambiental da população e de ação dos órgãos públicos em relação à adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

d) Limitada preparação dos gestores e servidores públicos para lidar com as causas e consequências do problema, visando a implementação de soluções perenes;

e) Baixo nível de resiliência da infraestrutura urbana e rural às inundações;

f) Insuficiência de recursos financeiros, científicos e tecnológicos para enfrentar as causas do problema;

g) Baixo poder de atuação das instâncias de governança, para enfrentar e solucionar o problema ao longo do tempo e a longo prazo;

h) Baixa preparação dos agentes econômicos e políticos para o enfrentamento dos desafios descritos acima.

5. Resultados Esperados

a) População preparada, educada e engajada na busca de soluções perenes, programadas e amplamente coordenadas pelas instâncias de governança de nível municipal e estadual;

b) Pleno conhecimento dos gestores e servidores públicos sobre as causas, possíveis soluções do problema e domínio técnico e científico das melhores e mais eficientes formas de intervenção e atuação preventiva em plena integração com as três esferas de governo;

c) Instâncias de governança municipais e estaduais instaladas e vocacionadas para atuação preventiva e busca de soluções perenes para as causas do problema das inundações;

d) Planos diretores e códigos de posturas municipais aprovados e implantados, com suporte de estudos elaborados e relatórios técnicos individualizados por cidade/município;

e) Habitações e órgãos públicos e privados existentes nas faixas de inundações transferidos para áreas seguras;

f) Margens dos rios e dos igarapés e áreas de planície com elevado risco de inundações protegidas e destinadas a projetos de recuperação de mata ciliar e instalação de equipamentos de infraestrutura de baixo custo, resilientes a inundações;

g) Remanejamento das áreas de produção agropecuária para áreas não sujeitas a inundações;

h) Tratamento contínuo de drenagem e macrodrenagem dos rios e igarapés nos perímetros urbanos;

i) Aldeias indígenas reassentadas em áreas isentas de riscos de inundações;

j) Sistemas de captação e tratamento de água instalados em locais seguros e resilientes aos riscos e impactos das inundações;

k) Sistemas municipais e estadual de monitoramento e acompanhamento dos ciclos hidrológicos no estado implantados e integrados;

6. Soluções Propostas

a) Contratar consultoria para a elaboração de um plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, que contenha um sistema de alerta e monitoramento das cheias dos rios, igarapés e protocolos integrados de intervenções em situações de enchentes e inundações.

A mudança dos ecossistemas, os eventos climáticos extremos e outros fenômenos da mesma ordem, são fatos que em grande ou menor proporção serão mais comuns de agora em diante. Ocorre que diante desse novo normal, impõe-se às sociedades o dever de se adaptar às mudanças e buscar mitigar os seus efeitos danosos.

Diante disto, surge a necessidade de contratar uma consultoria para elaboração de um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, que consiste em um documento estratégico, elaborado pelo governo e prefeituras para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Esse plano visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa, criar estratégias de monitoramento e redução dos danos causados pelas cheias e inundações (mitigação) e também aumentar a resiliência das comunidades e ecossistemas às mudanças climáticas já em curso (adaptação).

Estudos científicos comprovam que a Amazônia poderá sofrer mudanças significativas nas próximas décadas em termos de temperatura, especialmente na época da seca (junho-julho-agosto). A produtividade das terras agrícolas, pastagens e florestas e a disponibilidade de água potável sofrerão impactos extremos, mas geralmente gradativos. Por outro lado, também ocorrerão inundações extremas, acima das médias das décadas passadas. Portanto, o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas é estratégico para preparar a sociedade para essa nova realidade que se avizinha.

Dentro do Plano de Mitigação, haverá o protocolo integrado de intervenções em situações de enchentes e inundações (e um protocolo para secas e estiagens extremas). Esse protocolo consiste em um conjunto de diretrizes, procedimentos e medidas coordenadas entre diferentes instituições e agências governamentais (prefeituras, governo do estado, governo federal e sociedade civil organizada) para lidar de forma eficaz com esses eventos adversos. Ele tem como objetivo principal reduzir os riscos à população, minimizar os danos materiais, proteger o meio ambiente e promover a recuperação das áreas afetadas. Em outras palavras, ele busca promover uma resposta coordenada, eficiente e eficaz diante desses eventos adversos, contribuindo para a proteção da vida humana, a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável das áreas afetadas.

Como parte do protocolo integrado de intervenções em situação extremas, haverá o sistema de alerta e monitoramento das cheias (e secas) dos rios e igarapés. Esse sistema consiste em um conjunto de instrumentos, tecnologias e procedimentos utilizados para acompanhar e prever o aumento (ou diminuição) do nível dos rios, a ocorrência de enchentes e inundações em determinadas áreas. Esses sistemas são essenciais para a gestão de riscos de desastres naturais relacionados a eventos hidrológicos, como chuvas intensas no caso do Acre, entre outros fenômenos. Ele é fundamental para reduzir os riscos e minimizar os danos causados por cheias dos rios, permitindo uma resposta rápida e eficaz por parte das autoridades e da população afetada.

Portanto, para a mitigação dos efeitos danosos dos fenômenos climáticos extremos se faz necessário contratar uma consultoria que elabore e implante um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, que contenha um protocolo integrado de intervenções em situações de enchentes e inundações e um sistema de alerta e monitoramento das cheias e inundações dos rios e igarapés do Estado do Acre.

b) Reassentar as pessoas que vivem nas áreas de risco de inundações, por faixa de risco, resultado de implantação de programa habitacional destinado a construção de habitações de interesse social com regras para esse público-alvo, repactuando as regras de destinação das habitações populares do programa Minha Casa Minha Vida, com o fim de priorizar o atendimento das pessoas elegíveis do Programa que estejam residindo em condições precárias nas áreas sob risco de inundações

Uma das principais causas dos transtornos enfrentados pela sociedade acreana, no período das grandes inundações, é a ocupação humana precária e desordenada das margens dos rios e igarapés, em áreas de planície com elevado risco de inundações.

Este fato produz como consequência um elevado risco à integridade da vida humana e animal (risco de desabamentos de casas, afogamentos, choques de descargas elétricas, picadas por animais peçonhentos, etc.), risco de doenças de veiculação hídrica (amebíase, leptospirose, diarreia, e outras), abalos desconfortos psicossociais, perdas e danos materiais (destruição de habitação e mobiliário, pertences pessoais, etc.), ampliação e agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas, limitação das condições de locomoção, suspensão e comprometimento das atividades econômicas e empresariais, dano à produção agropecuária, comprometimento do serviço de abastecimento de água e de energia elétrica, ampliação dos gastos públicos de educação, saúde, segurança, danos ambientais, entre outras.

Diante disto, se faz necessário promover de forma emergencial o reassentamento das famílias que vivem nas áreas de risco de inundações, por grau de prioridade, resultando na im-

plantação de um grande programa habitacional destinado a construção de habitações de interesse social.

Esse programa deverá ser implantado prioritariamente nos municípios de Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco, Jordão e Porto Walter e atenderá às famílias que habitam nos domicílios particulares atingidos pela inundação, de acordo com o grau de prioridade e com base nos dados do IBGE 2022. O plano de construção e entrega das casas, de modo a atender toda a demanda, será executado dentro de um prazo de 06 (seis) anos, ou seja, de 2025 a 2030.

Os demais municípios que não se encontram na relação acima, serão inseridos nessa contabilidade nos próximos seis meses, após a conclusão de alguns estudos preliminares.

Nesse sentido, segue abaixo tabela com o quantitativo de domicílios particulares atingidos pelas cheias dos rios dos municípios supracitados em 2024. Essa contagem está organizada por grau de prioridade, sendo o grau 1 a cota de transbordamento e cada grau seguinte, a adição de 50 centímetros à cota inicial. Em paralelo, é informado o número de domicílios particulares atingidos para cada grau de prioridade.

QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA DOS RIOS ACREANOS EM 2024															
GRAU DE PRIORIDADE	ASSIS BRASIL		BRASILÉIA		EPITACIOLÂNDIA		XAPURI		RIO BRANCO		JORDÃO		PORTO WALTER		TOTAL GERAL POR PRIORIDADE
	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	
1	12,5	0	11,5	2	11,5	0	13,5	16	14	37	7,5	228	11	30	313
2	13	14	12	42	12	8	14	65	14,5	128	8	367	11,5	33	657
3	13,5	234	12,5	246	12,5	91	14,5	134	15	461	8,5	489	12	39	1.694
4	-	0	13	735	13	174	15	162	15,5	1.033	9	598	12,5	169	2.871
5	-	0	13,5	1.028	13,5	252	15,5	187	16	2.021	9,5	711			4.199
6	-	0	14	1.402	14	319	16	379	16,5	3.243	-	0			5.343
7	-	0	14,5	2.022	14,5	376	16,5	541	17	5.081	-	0			8.020
8	-	0	15	2.553	15	454	17	712	17,5	7.094	-	0			10.813
9	-	0	15,5	3.111	15,5	518	-	0	18	9.461	-	0			13.090

Na tabela acima, o número de domicílios atingidos na maior cota, soma os domicílios informados nas cotas anteriores. Diante disto, faz-se necessário identificar o número de domicílios atingidos, em cada cota de inundação, subtraindo o das anteriores, expondo apenas o número líquido dos domicílios atingidos para fins de formulação de um programa habitacional.

QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA DOS RIOS ACREANOS EM 2024															
GRAU DE PRIORIDADE	ASSIS BRASIL		BRASILÉIA		EPITACIOLÂNDIA		XAPURI		RIO BRANCO		JORDÃO		PORTO WALTER		TOTAL GERAL POR PRIORIDADE ATINGIDOS
	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	COTA	ATINGIDOS	
1	12,5	0	11,5	2	11,5	0	13,5	16	14	37	7,5	228	11	30	313
2	13	14	12	40	12	8	14	49	14,5	91	8	139	11,5	3	344
3	13,5	220	12,5	204	12,5	83	14,5	69	15	333	8,5	122	12	6	1.037
4	-	0	13	489	13	83	15	28	15,5	572	9	109	12,5	130	1.411
5	-	0	13,5	293	13,5	78	15,5	25	16	988	9,5	113			1.497
6	-	0	14	374	14	67	16	192	16,5	1.222	-	0			1.855
7	-	0	14,5	620	14,5	57	16,5	162	17	1.838	-	0			2.677
8	-	0	15	531	15	78	17	171	17,5	2.013	-	0			2.793
9	-	0	15,5	558	15,5	64	-	0	18	2.367	-	0			2.989
TOTAL		234		3.111		518		712		9.461		711		169	14.916

Deste modo, na tabela acima consta, apenas, a quantidade líquida, isto é, sem contagem em duplicidade, dos domicílios particulares atingidos em cada cota dos rios e em cada um dos municípios. A quantidade de domicílios atingidos será a quantidade de unidades habitacionais que deverão ser construídas de modo a promover re-

assentamento das pessoas que vivem nas áreas de risco de inundações, mediante a implantação de um programa habitacional.

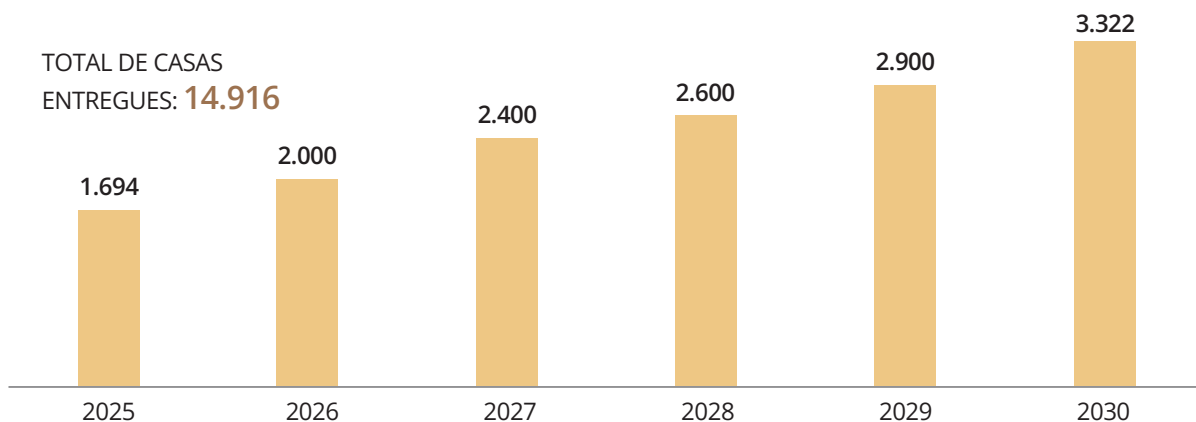
Nesse sentido, segue abaixo a tabela com o quantitativo estadual de domicílios atingidos em todos os municípios acima, por grau de prioridade.

CASAS A SEREM ENTREGUES		
GRAU DE PRIORIDADE	NÚMERO PRELIMINAR DE CASAS A SEREM ENTREGUES	PRAZO
1	313	2025
2	344	2026
3	1037	2027
4	1411	2028
5	1497	2029
6	1855	2030
7	2677	2031
8	2793	2032
9	2989	2033
TOTAL	14.916	09 ANOS

Fonte: CIGMA-SEMA, 2024

Entretanto, como se pode notar na tabela acima, para fins de formulação de um cronograma emergencial de entrega de unidades habitacionais, se faz necessário somar alguns graus de prioridade e redistribuir melhor o quantitativo de entregas por ano, resultando, inclusive, na redução do prazo de execução de 9 (nove) para 6 (seis) anos. Deste modo, segue abaixo tabela elaborada para fins de formulação de um cronograma de entrega de unidades habitacionais com base nas premissas acima.

CRONOGRAMA DE ENTREGA DAS UNIDADES HABITACIONAIS		
GRAU DE PRIORIDADE	NÚMERO DE CASAS A SEREM ENTREGUES	PRAZO
1	1.694	2025
2	2.000	2026
3	2.400	2027
4	2.600	2028
5	2.900	2029
6	3.322	2030
TOTAL	14.916	06 ANOS



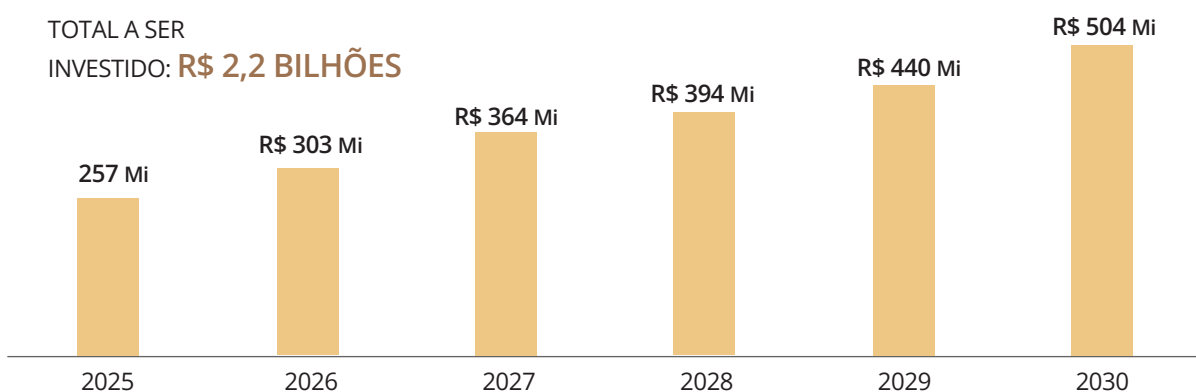
Em face do acima exposto, se pode concluir que para a solução do problema em questão, deverão ser entregues, em seis anos, 14,9 mil unidades habitacionais a serem construídas em áreas públicas ou desapropriadas.

Conforme informações repassadas pela Secretaria de Estado Habitação e Urbanismo – SEHURB, de acordo com as regras da Caixa Econômica Federal, cada unidade habitacional em

alvenaria deve possuir 42m². Cada metro quadrado, ainda conforme a SEHURB, custa R\$ 3.614,38 (três mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e oito centavos). Diante disso, pode-se concluir estimativamente, que a implantação deste programa habitacional, ou seja, a entrega de 14.916 unidades habitacionais em alvenaria, irá custar o valor de 2,2 bilhões a ser executado em seis anos conforme tabela abaixo.

ESTIMATIVA DO CUSTO DA CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS			
GRAU DE PRIORIDADE	NÚMERO DE CASAS ENTREGUES	VALOR ¹	PRAZO
1	1.694	257.155.908	2025
2	2.000	303.607.920	2026
3	2.400	364.329.504	2027
4	2.600	394.690.296	2028
5	2.900	440.231.484	2029
6	3.322	504.292.755	2030
TOTAL	14.916	R\$ 2.264.307.867,36	06 ANOS

¹ em milhões



Além das entregas e investimentos acima descritos, também se faz necessário repactuar as regras de destinação das habitações populares do programa Minha Casa, Minha Vida, com o fim de priorizar o atendimento das pessoas elegíveis do programa que estejam residindo em condições precárias nas áreas sob risco de inundações.

Inclusão e Atendimento dos Demais Municípios Atingidos

Noutro ponto, urge esclarecer que o estado do Acre é constituído por 22 (vinte e dois) municípios, dos quais 19 (dezenove) foram atingidos pelas inundações de 2024 e dentre eles, serão atendidos de forma emergencial, os que sofreram os maiores impactos das cheias, bem como, os que dispõem de todos os estudos preliminares e dados para elaboração do diagnóstico necessário para mensurar os danos sofridos, domicílios particulares atingidos, mancha da inundação, relatório técnico de altimetria, produzido pela Associação de Municípios do Acre – AMAC, dentre outros documentos técnicos com base nos quais é possível mensurar o quantitativo de unidades habitacionais a serem construídas e entregues.

Nesse sentido, frisa-se que os demais municípios atingidos pelas cheias, quais sejam: **Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano, Feijó, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Mâncio Lima e Rodrigues Alves**, apesar de não estarem inclusos como prioritários para intervenção, pelas razões descritas no parágrafo anterior, não serão desconsiderados, pois, neste momento, está em curso um levantamento mais detalhado para estimar o impacto das enchentes em seus territórios e, ainda neste semestre, serão apresentados os estudos e cus-

tos de intervenção mínima nos mesmos padrões desta proposta de solução.

Ante o todo exposto, para mitigar os efeitos danosos das grandes inundações que são causados, em grande medida, pela ocupação desordenada do território, especialmente das áreas que possuem alto risco de inundação, às margens de rios e igarapés, faz-se necessário a implantação de um programa habitacional que promova o reassentamento de famílias em domicílios a serem entregues gradualmente, durante um período de 06 (seis) anos, totalizando, neste primeiro momento, 14,9 mil imóveis, através do qual serão investidos 2,2 bilhões em construção civil e infraestrutura urbana. E em um segundo momento, após conclusos os estudos técnicos, serão incluídos nessa contabilidade, todos os outros 12 (doze) municípios também atingidos.

c) Realocar os órgãos públicos instalados nas áreas com risco de inundações;

A ocupação desordenada do território leva à habitação de pessoas em áreas de risco de inundação, requerendo reassentamento. Da mesma forma, órgãos públicos muitas vezes estão situados nessas áreas, precisando ser realocados para prevenir danos causados pelas inundações anuais e assegurar a continuidade dos serviços públicos.

Conforme levantamentos realizados até o momento, sujeito a atualizações futuras, 23 instituições públicas estaduais foram atingidas nas inundações de 2024 nos municípios já citados. Nesse sentido, segue abaixo a relação das instituições, endereços e municípios onde estão localizadas.

PRÉDIOS PÚBLICOS ATINGIDOS PELA ALAGAÇÃO DE 2024							
ITEM	SECRETARIA	MUNICÍPIO	QTD DE IMÓVEIS ATINGIDOS	NOME DO PRÉDIO	ENDEREÇO	ATINGIDA?	POSSUI RELATÓRIO?
1	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	BRASILÉIA	1	Agência da SEFAZ do município de Brasiléia	Avenida Geny de Assis, nº 458, bairro Centro	SIM	SIM
2	Polícia Civil do Estado do Acre - PC/AC	BRASILÉIA	1	Delegacia de Brasiléia	Avenida Prefeito Rolando Moreira, nº 474, bairro Centro	SIM	NÃO
3	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	BRASILÉIA	1	Núcleo SEE	Rua Benjamin Constant, nº 64, bairro, Centro	SIM	NÃO
4	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	BRASILÉIA	1	Escola Getúlio Vargas	Av. José Ruy Lino, nº 31	SIM	NÃO
5	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	XAPURI	1	Escola Plácido de Castro	Rua Floriano Peixoto, nº 273, bairro Centro	SIM	NÃO
6	Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC	XAPURI	1	Quartel da 2ª CIA de Xapuri	Rua Dr. Batista de Moraes, nº 307	SIM	SIM
7	Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE	XAPURI	1	Hospital Estadual Dr. Epaminondas Jacome	Rua Seis de Agosto, nº 238, bairro Centro	SIM	SIM
8	Departamento de Estadas e Rodagens Infraestrutura Hidroviária e Aeroportoviária do Acre - DERACRE	RIO BRANCO	1	Almoxarifado Central DERACRE e Bens Moveis Inservíveis	Rua Cel. Honório Alves das Neves, Nº 220, bairro 15	SIM	NÃO
9	Secretaria de Estado de Administração - SEAD	RIO BRANCO	1	OCA Xapuri	Rua Seis de Agosto, nº 12	SIM	SIM
10	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Ena Oliveira de Paula	Ramal Remansinho, km 05, bairro Vila Acre	SIM	NÃO
11	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Dr. Augusto Monteiro	Rodovia BR-364, Ramal Catuaba	SIM	NÃO
12	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Elias Mansour Simão Filho	Rua do Passeio, nº 885, bairro Taquari	SIM	NÃO
13	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Dr. Flaviano Flavio Batista	Rua Rio Grande do Sul, nº 3702-3706, bairro Aeroporto Velho	SIM	NÃO
14	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Santo Antonio II	Rodovia BR-364, Ramal Belo Jardim I	SIM	NÃO
15	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Madre Hildelbranda da Pra	Rua Diamantina, nº 14, bairro Cidade Nova	SIM	NÃO
16	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Manoel Machado	Rodovia BR-364, km 03, Ramal São José, km 05	SIM	NÃO
17	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Maria Raimunda Belbino	Rua Tião Natureza, nº 349, bairro Palheiral	SIM	NÃO
18	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Maria Angelica de Castro	Rua 24 de janeiro, nº 115, bairro Sais de Agosto	SIM	NÃO
19	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE	RIO BRANCO	1	Escola Roberto Sanches Mubarac	Rua Seis de Agsoto, nº 1070, bairro Seis de Agosto	SIM	NÃO
20	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM	RIO BRANCO	1	Sede da Fundação de Cultura Elias Mansour	Rua 24 de janeiro, nº 269, bairro Seis de Agosto	SIM	SIM
21	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM	RIO BRANCO	1	Cine Teatro Recreio		SIM	SIM
22	Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE	JORDÃO	1	Unidade Mista Dr. Márcio Rogério Camargo	Rua Romildo Magalhães, bairro Centro	SIM	SIM
23	Polícia Civil do Estado do Acre - PC/AC	JORDÃO	1	Delegacia de Jordão	Rua Romildo Magalhães, quadra 38, lote 01	SIM	NÃO
TOTAL			23				

Desta forma, neste primeiro momento, com base nos dados disponíveis, faz-se necessário a realocação de 23 (vinte e três) órgãos públicos para áreas não vulneráveis a inundações. E em um segundo momento, ainda em 2024, serão realizados estudos técnicos, de modo a mensurar a real quantidade e localização de todos os demais prédios públicos atingidos pelas inundações em todo o Estado e precificado os custos para sua adequada realocação, visando, assim, estimular o desenvolvimento dos municípios para regiões que não possuam risco de inundações.

d) Realocar as instalações comerciais e empresariais sediadas nas áreas com risco de inundação;

De igual modo, junto com o reassentamento de pessoas que vivem em áreas de risco de alagação e a realocação dos órgãos públicos, faz-se necessário a mudança de local das organizações comerciais e empresariais sediadas nessas mesmas áreas de risco, gerando um verdadeiro movimento gradual de mudança de populações ou aglomerações inteiras para áreas pouco vulneráveis às inundações.

Os dados para mensurar a dimensão deste processo e a quantidade de estabelecimentos ainda estão sendo levantados.

e) Recomposição das matas ciliares às margens de rios e igarapés e equipamentos de infraestrutura nos perímetros urbanos das cidades, como forma de assegurar destinação rápida, de baixo custo e resilientes às inundações nas áreas sob risco de inundação que tiveram as pessoas reassentadas e os órgãos públicos e entidades empresariais realocados.

Os transtornos enfrentados pela população acreana em razão dos efeitos das inundações, são causados, em grande medida, pela ocupação desordenada do território, como já debatido nos tópicos antecedentes, mas também são causados pela redução das áreas de vegetação (mata ciliar) nas margens dos rios e igarapés, fato que provoca a intensificação do processo de erosão das margens (desbarrancamento), que resulta em aumento significativo do depósito de sedimentos nos leitos dos rios e agravando as cheias.

Nesse sentido, face a essas situações, faz-

-se necessário a execução de um amplo e bem coordenado projeto de recompor das matas ciliares às margens de rios e igarapés nos perímetros urbanos dos municípios citados, como forma de assegurar a destinação rápida, de baixo custo e resiliente a inundações das áreas que tiveram seus habitantes reassentados, os órgãos realocados e organizações empresariais reposicionadas.

Ademais, em primeiro lugar, faz-se necessário elaborar um amplo diagnóstico técnico das encostas de rios e igarapés, por um grupo multidisciplinar de profissionais, especialistas em suas áreas, de modo a identificar, numa escala de prioridade, quais áreas necessitam de intervenção imediata e quais podem receber investimento a posteriori, durante um período de 06 (seis) anos, qual os custos desse projeto e sua forma de monitoramento e governança.

Além disso, precisa ser elaborado, conjuntamente, um estudo sobre as áreas vulneráveis a erosão do solo, o volume de sedimentos e as intervenções necessárias de modo a recuperar as condições físicas e ambientais da bacias hidrográfica dos rios e igarapés, fortalecendo sua resiliência e capacidade de realizar serviços ecossistêmicos, promovendo o desenvolvimento e a geração de emprego e renda, de modo a proteger as comunidades, famílias e empreendimentos urbanos e rurais impactados pelas inundações e mudanças climáticas.

f) Contratar estudos e assessorias técnicas para auxiliar os gestores municipais na elaboração dos planos diretores, códigos de postura municipais e política pública de desenvolvimento urbano;

Com efeito, não basta promover a realocação de parte da população, reconstrução da mata ciliar e de equipamentos de infraestrutura, se não houver a correspondente fiscalização das prefeituras e a correta destinação dessas áreas, no contexto de uma política de desenvolvimento urbano, e em seus planos diretores e códigos de postura, de modo a torná-las inabitáveis, isto é, impedir a construção de qualquer moradia ou aprovação de qualquer empreendimento privado no local.

Ocorre que a grande maioria dos municípios do Estado do Acre, não possui plano diretor

e código de postura, razão pela qual se faz tão necessária a contratação de estudos e assessorias técnicas para auxiliar os gestores municipais na elaboração das normas de gestão territorial, pois, através delas, se promoverá o melhor ordenamento territorial regulando a ocupação dos espaços urbanos nas cidades acreanas e se impedirá que o problema ora enfrentado, ressurgirá novamente.

Portanto, também se faz necessário investir na elaboração e implantação de uma política pública de desenvolvimento urbano nos municípios, em parceria com o Estado, que apresente um conjunto de medidas, estratégias, diretrizes destinadas a orientar e promover o crescimento e a melhoria das áreas urbanas dos municípios. E que aborde uma série de questões como desenvolvimento das cidades, planejamento urbano, infraestrutura, habitação, transporte, meio ambiente, uso do solo, acesso a serviços básicos, entre outros aspectos.

Todas essas ações normativas, juntas, poderão promover a prevenção da inadequada utilização dos espaços territoriais vulneráveis a inundações.

g) Contratar estudos para elaboração e implantação de projetos de drenagem e macrodrenagem dos rios e igarapés e para auxiliar os gestores estaduais na elaboração dos planos das bacias hidrográficas;

Os problemas enfrentados pela população acreana em razão das grandes inundações anuais serão mitigados com o deslocamento de parte da população das áreas de risco, recomposição das matas ciliares e com a elaboração e adequação dos planos diretores e códigos de postura. Contudo, também se faz igualmente necessário a contratação de estudos para elaboração e implantação de projetos de drenagem dos rios e igarapés, de modo a evitar inundações e alagamentos nas cidades, através da construção de sistemas de drenagem, como canais, valas, tubulações subterrâneas e bueiros, que direcionam a água da chuva para longe das áreas urbanas ou para corpos d'água maiores.

Além disso, também se faz necessário estudos e projetos que promovam a macrodrenagem, ou seja, o gerenciamento do escoamento

de água em uma escala maior, envolvendo toda a bacia hidrográfica (planos das bacias hidrográficas) ou uma área urbana significativa, através da possível construção de reservatórios, barragens, diques, canais de desvio e outras infraestruturas destinadas a controlar o fluxo da água durante eventos de chuva intensa e prevenir inundações generalizadas nos municípios ora analisados.

Portanto, não basta serem tomadas as medidas descritas nos tópicos antecedentes, é igualmente importante a correta gestão dos fluxos d'água dentro das cidades e territórios municipais de modo a evitar inundações e alagamentos que trazem tantos transtornos à população.

h) Desenvolver políticas públicas de saneamento voltadas a implantação de projetos e sistemas resilientes aos efeitos das inundações;

As inundações, além de alterar o estado de normalidade da sociedade, afetam a prestação do serviço de abastecimento de água potável nas cidades afetadas. Este serviço, em grande parte, capta água dos mananciais superficiais, isto é, rios e igarapés, os quais, quando transbordam, tendem a virarem as bombas d'água através da grande quantidade de balseiros, rompem os canos das adutoras em razão do grande fluxo d'água, alagam os terrenos e instalações das Estações de Tratamento de Água – ETA, provocando também a interrupção do serviço de energia elétrica, tão necessário para ao funcionamento do sistema e por fim, causam a erosão e movimentação do solo, resultando na destruição da infraestrutura do sistema, colapsando a oferta de água e o funcionamento das cidades.

Em 2024, dos sete municípios ora analisados, seis, isto é, Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco e Jordão sofreram danos e interrupções do serviço em razão das inundações. Diante disto, se faz necessário realizar um conjunto de reformas e investimentos em infraestrutura, de modo a tornar o sistema de abastecimento de água dos municípios resilientes aos efeitos das inundações.

Portanto, com base nas informações repassadas pelo SANEACRE (Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre), para tornar o sistema de abastecimento de água potável dos municípios analisados, instalados em locais seguros e resi-

lientes aos efeitos das inundações, se faz necessário realizar o investimento de R\$ 91.994.000,00 (noventa e um milhões e novecentos e noventa e quatro mil reais) nas áreas de infraestrutura e modernização, conforme tabela abaixo.

ITEM	INVESTIMENTO	MUNICÍPIO	VALOR	TOTAL POR MUNICÍPIO	PRAZO DE EXECUÇÃO
1	Construção de reservatório com capacidade de 1.000m³	Assis Brasil	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.294.000,00	2 anos
2	Tubo de Polietileno de Alta Densidade - PEAD + Flange		R\$ 50.000,00		-
3	Proteção do Flutuante		R\$ 150.000,00		-
4	Barcos + EPI'S		R\$ 94.000,00		-
5	Obra de contenção da encosta do curso d'água e canalização da drenagem.	Brasiléia	R\$ 5.000.000,00	R\$ 6.144.000,00	2 anos
6	Tubo de Polietileno de Alta Densidade - PEAD + Flange		R\$ 800.000,00		-
7	Proteção do Flutuante		R\$ 250.000,00		-
8	Barcos + EPI'S		R\$ 94.000,00		-
9	Obra de implantação de um novo sistema de abastecimento de água, com captação, adução, reservação e tratamento.	Epitaciolândia	R\$ 30.000.000,00	R\$ 30.244.000,00	4 anos
10	Proteção do Flutuante		R\$ 150.000,00		-
11	Barcos + EPI'S		R\$ 94.000,00		-
12	Obra para elevar o acesso e nível da área da Estação de Tratamento de Água - ETA, execução de uma nova ETA de 30 l/s e adaptação das instalações de tratamento	Xapuri	R\$ 20.000.000,00	R\$ 25.894.000,00	4 anos
13	Implantação de um novo sistema de tratamento e reservação no bairro Sibéria		R\$ 5.500.000,00		2 anos
14	Tubo de Polietileno de Alta Densidade - PEAD + Flange		R\$ 150.000,00		-
15	Proteção do Flutuante		R\$ 150.000,00		-
16	Barcos + EPI'S		R\$ 94.000,00		-
17	Construção de reservatório com capacidade de 500 m³	Jordão	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.324.000,00	3 anos
18	Tubo de Polietileno de Alta Densidade - PEAD + Flange		R\$ 80.000,00		-
19	Proteção do Flutuante		R\$ 150.000,00		-
20	Barcos + EPI'S		R\$ 94.000,00		-
21	Ampliação do Sistema de captação de água e execução de reservatório com capacidade de 1.000 m³	Porto Walter	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.094.000,00	4 anos
22	Proteção do Flutuante		R\$ -		-
23	Barcos + EPI'S		R\$ 94.000,00		-
TOTAL			R\$ 91.994.000,00	R\$ 91.994.000,00	

i) Implantar programas de assistência técnica e mecanização agrícola, com o fim de instalar áreas de plantio fora das manchas de inundações;

Assim como no perímetro urbano há a ocupação desordenada do território, ou seja, há pessoas vivendo em áreas com risco de inundação, da mesma forma, na zona rural, há pastos de criação de gado e plantações agrícolas em áreas com risco de inundação e que, em razão disso, devem ser remanejadas para outras localidades, mediante o apoio do governo através da oferta de programas de assistência técnica e mecanização agrícola.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI, esse auxílio para reconstituição das plantações em áreas não sujeitas a inundação deve ser feito através da oferta, aos produtores, de serviços de inovação tecnológica no preparado de área e correção do solo, por meio da calagem e da

mecanização agrícola, recuperação de tanques e açudes escavados e utilizados para criação de peixe e armazenamento de água para irrigação e criação de animais, oferta de sementes certificadas, recuperar roçados e plantios danificados, proporcionando assim, o resgate sustentável dos sistemas produtivos dos agricultores familiares. Esse fomento terá como propósito emergencial, resgatar as áreas prejudicadas pela alagação e torná-las novamente produtivas, em localidades não inundáveis, com uso de máquinas e equipamentos agrícolas e consequentemente, fazer destoca, mecanização e plantio.

Ainda conforme a SEAGRI, todas essas operações irão custar o valor de R\$ 8.453.517,08 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quinhentos e dezessete reais e oito centavos), contemplando tanto a locação de máquinas pesadas, como a aquisição de insumos conforme pormenorizado nas tabelas abaixo.

LOTE I - MÁQUINAS PESADAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QTD P/ CONTRATO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços de locação de Trator Agrícola TA com potência acima de 85cv, incluindo grade aradora de 16 discos ou grade niveladora de 32 discos e operador, para execução de serviços na regional (BAIXO ACRE).	6 meses	4	R\$ 20.162,25	R\$ 483.894,00
2	Serviços de locação de Trator de Esteira com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (BAIXO ACRE).	6 meses	2	R\$ 39.987,50	R\$ 479.850,00
3	Serviços de locação de Escavadeira Hidráulica, com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (BAIXO ACRE).	6 meses	1	R\$ 44.011,11	R\$ 264.066,66
4	Serviços de locação de Pá Carregadeira, com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (BAIXO ACRE).	6 meses	1	R\$ 39.987,50	R\$ 239.925,00
SUBTOTAL BAIXO ACRE					R\$ 1.467.735,66
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QTD P/ CONTRATO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços de locação de Trator Agrícola TA com potência acima de 85cv, incluindo grade aradora de 16 discos ou grade niveladora de 32 discos e operador, para execução de serviços na regional (ALTO ACRE).	6 meses	3	R\$ 19.004,73	R\$ 342.085,14
2	Serviços de locação de Trator de Esteira com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (ALTO ACRE).	6 meses	1	R\$ 39.500,70	R\$ 237.004,20

Continua

3	Serviços de locação de Escavadeira Hidráulica, com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (ALTO ACRE).	6 meses	1	R\$ 43.150,60	R\$ 258.903,60
4	Serviços de locação de Pá Carregadeira, com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (ALTO ACRE).	6 meses	1	R\$ 39.500,70	R\$ 237.004,20
SUBTOTAL ALTO ACRE					R\$ 1.074.997,14
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QTD P/ CONTRATO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de locação de Trator Agrícola TA com potência acima de 85cv, incluindo grade aradora de 16 discos ou grade niveladora de 32 discos e operador, para execução de serviços na regional (JURUÁ/PURUS).	6 meses	3	R\$ 21.162,25	R\$ 380.920,50
2	Serviços de locação de Trator de Esteira com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (JURUÁ/PURUS).	6 meses	1	R\$ 39.987,50	R\$ 239.925,00
3	Serviços de locação de Escavadeira Hidráulica, com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional (JURUÁ/PURUS).	6 meses	1	R\$ 45.479,93	R\$ 272.879,58
4	Serviços de locação de Pá Carregadeira, com potência acima de 120cv, incluindo operador, para execução de serviços na regional. (JURUÁ/PURUS).	6 meses	1	R\$ 39.980,70	R\$ 239.884,20
SUBTOTAL JURUÁ/PURUS					R\$ 1.133.609,28

LOTE II - INSUMOS AGRÍCOLAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.MEDIDA	QTD P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Calcário Dolomítico Tipo FILLER com PRNT mínimo de 95%, concentração de óxido de cálcio (CaO) de no mínimo 30% e de 21% para magnésio) embalado em sacas na origem. Natureza Física: Pó.	Tonelada	1.500	R\$ 1.280,00	R\$ 1.920.000,00
2	Fertilizante químico granulado de liberação controlada (NPK na formulação estimada de 20-30-20 de macronutrientes, mais micronutrientes) destinados a adubação do solo/culturas. Embalados em sacas de 50 kg.	Tonelada	500	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500.000,00
3	Sementes de milho híbrido com época de plantio safra e/ou safrinha, boa tolerância ao stress hídrico, finalidade: grãos e silagem, ciclo precoce ou superprecoce, sacas com 55 a 70 mil sementes. Embalados de fábrica em sacas de 20kg.	Saca/20kg	500	R\$ 750,00	R\$ 375.000,00
4	Filme para estufa cristal transparente acondicionado em bobina (plástico transparente de polietileno de baixa densidade produzido com PEBD), com tamanho de 6 m x 100 m, filme anti UV de 150 micra.	bobina	100	R\$ 2.810,00	R\$ 281.000,00
5	Elaboração de projeto e implantação de sistemas de irrigação por meio de gotejamento voltados a cultura de frutíferas com energia fotovoltaica.	Unidade	15	R\$ 46.745,00	R\$ 701.175,00
SUBTOTAL INSUMOS					R\$ 4.777.175,00
TOTAL GERAL LOTES I E II					R\$ 8.453.517,08

Portanto, com base nos investimentos acima será possível restaurar as lavouras e realocá-las em áreas não vulneráveis às inundações.

j) Implantar programa de reflorestamento das margens dos rios e igarapés, em parceria com produtores rurais ribeirinhos;

Além de restaurar as lavouras e plantios da agricultura familiar, na zona rural também se faz necessário elaborar e implantar um amplo programa de reflorestamento das margens dos rios e igarapés, em parceria com os produtores rurais e ribeirinhos, de modo a reconstituir a mata ciliar, mitigando a quantidade de erosões e movimentação dos solos e barrancos, bem como a velocidade com que a água, após as chuvas, se

precipita em direção à calha dos rios.

k) Realocar as aldeias indígenas para áreas seguras, fora das manchas de inundações, com instalação de estações de captação, tratamento e distribuição de água potável e com acesso facilitado às vias rodoviárias e fluviais;

Além das cidades, as inundações de 2024 também atingiram as terras indígenas localizadas no território acreano, às margens de rios e igarapés. Conforme dados fornecidos pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI, em todo o Estado do Acre, foram atingidos 2.744 famílias e 23.997 indígenas, além de 22 terras indígenas, 121 aldeias conforme dados na tabela abaixo.

INDÍGENAS AFETADOS PELAS INUNDAÇÕES		
ITEM	CARACTERÍSTICA	QUANTIDADE
1	Municípios com indígenas afetados em 2024	11
2	Terras Indígenas	22
3	Aldeias	121
4	Famílias aldeadas	2.052
5	População aldeada	10.536
6	Famílias em contexto urbano	692
7	População Indígena Urbana Afetada	13.461
8	Número de Famílias	2.744
9	População Indígena	23.997



Ocorre que para realocar as aldeias indígenas para áreas seguras, fora das manchas de inundações, se faz necessário realizar investimentos em instalações de estações de captação, tratamento e distribuição de água potável, além de sua localização viabilizar o acesso facilitado às vias rodoviárias e fluviais próximas. Este movimento requer, posteriormente, realização de estudos e levantamento de custos mais detalhados, em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

Por outro lado, se faz necessário realizar o

atendimento às demandas emergenciais das populações indígenas, conforme informado pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI na tabela abaixo. Essas demandas consistem no fornecimento, em caráter emergencial de água potável e fortalecimento da capacidade produtiva e investimento em construção de casas. Todas essas ações, para serem atendidas, foram previamente orçadas em R\$ 7.647.950,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta reais) conforme tabela a seguir.

Item	Eixos	Detalhamento	Estratégias	Total	Estimativa (R\$)
1	Eixo da Água Potável	Construção de poços nas aldeias afetadas, que tiveram suas fontes de águas impróprias	Poços em aldeias com maior prioridade	100 poços semi-artesianos (R\$ 9.000,00/unidade)	R\$ 900.000,00
2	Recuperação e Fortalecimento da capacidade produtiva	Kit de pesca (tarrafa ou malhadeira, anzóis, linha secas e chumbadas)	Priorizando as aldeias mais atingidas e mais populosas	360 kits (3 por aldeia), valor unitário R\$ 1.230,00	R\$ 442.800,00
		Kits de produção de farinha (bola de catitu, chapas, motor, caixa de água, macaco hidráulico e correias)	Fornecer um kit por aldeia afetada	120 kits, com preço unitário de R\$ 2.880,00.	R\$ 345.600,00
		Apoio ao transporte das aldeias afetadas	Fornecer barcos motorizado as aldeias para a chegada dos insumos e transporte da produção 13 Hp) 120 barcos, sendo 1 por aldeia	Distribuir um barco para cada aldeia, com valor unitário de R\$ 25.000,00	R\$ 3.000.000,00
		Fortalecer a oferta de proteína as aldeias por meio da criação de pequenos animais (galinhas, porcos, aves em geral) 10 galinhas por família, totalizando	Fornecer 10 galinhas por família atingida	Totalizando 21.151 galinhas, com preço unitário de R\$ 50,00	R\$ 1.057.550,00
		Fornecer insumos para a piscicultura (alevinos) na terra indígena	Fornecer peixes para recuperação a piscicultura nas aldeias	Fornecer 5 milhões de alevinos nas aldeias, com preço unitário de R\$ 400,00	R\$ 240.000,00
		Fornecer ração para os primeiros 6 meses dos sistemas de piscicultura, (canos, etc) 48 toneladas de ração, sendo 5 sacas por açude, em um mês (4 semanas), totalizando 6 meses para 5 açudes de 20 terras indígenas;	Distribuir aos sistemas de piscicultura das aldeias de forma proporcional	Fornecer 5 sacas mensais para cada aldeia, totalizando 48 toneladas, 1200 sacas com valor unitário de R\$ 60,00	R\$ 72.000,00
		Recuperar e fortalecer os sistemas agroflorestais nas aldeias (mudas)	Fornecer Mudanças de espécies frutíferas para as 120 aldeias afetadas	Distribuir 200 mudas frutíferas variadas por aldeia, totalizando 24.000 mudas, com valor unitário de R\$ 30,00	R\$ 720.000,00
3	Infraestrutura das aldeias afetadas	Reconstrução de casas em locais seguros	Fornecer insumos para a reconstrução de casas por meio de kit básicos de reconstrução (martelos, serrotes, pregos, telhas e combustível)	Fornecer 500 kits de reconstrução de casa, com valor unitário de R\$ 1.740,00	R\$ 870.000,00
TOTAL					R\$ 7.647.950,00



I) Instituir programa educacional voltado à população em geral, gestores e servidores, com o fim de preparar todos para busca de soluções, perenes e eficientes, das causas determinantes das inundações no estado do Acre;

Um das principais causas dos transtornos enfrentados antes, durante e depois das inundações é a falta de consciência ambiental acerca das mudanças climáticas e das medidas necessárias para o seu enfrentamento e mitigação dos impactos. Ainda é possível identificar, parte da população, obstruindo cursos d'água com obras de engenharia e lançando lixos e entulhos nos igarapés e rios.

Somente através da educação ambiental, será possível ampliar a consciência geral e superar o desafio da baixa preparação da população, servidores e agentes públicos para lidar com o agravamento do problema ao longo dos anos, bem como acerca da adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Somente através da educação ambiental será possível enfrentar a arraigada cultura ribeirinha local de conviver com os constantes ciclos de cheias e vazantes dos rios, com consequentes inundações e promover o reassentamento dessas pessoas em local seguro.

Deste modo, será possível ter uma população preparada, educada e engajada na busca de soluções perenes, programadas e amplamente coordenadas pelas instâncias de governança de nível municipal e estadual. Será possível que os gestores e servidores públicos tenham o pleno conhecimento sobre as causas, possíveis soluções do problema e domínio técnico e científico das melhores e mais eficientes formas de intervenção e atuação preventiva em plena integração com as três esferas de governo.

E assim as novas gerações aprenderão a conviver em harmonia com a natureza, bem como com os efeitos dos fenômenos extremos em consequência das mudanças climáticas.

4. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

ENTE	PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES
UNIÃO	<p>Aprovação e cofinanciamento dos programas, projetos e ações previstos no Plano.</p> <p>Responsabilidade: Aprovar as propostas e mobilizar os entes financiadores e executores no âmbito da União.</p>
GOVERNO DO ESTADO	<p>Articulação institucional do Plano junto ao Governo Federal, Secretarias Estaduais, órgãos públicos municipais, sociedade civil organizada e agentes financiadores.</p> <p>Responsabilidades: Coordenação e Gestão do Plano, monitoramento da execução das ações e comunicação de resultados.</p>
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	<p>Análise, aprovação e acompanhamento da legislação pertinente a viabilização e execução das ações propostas no Plano.</p> <p>Responsabilidades: Aprovação e proposição de instrumentos legais para a viabilização do Plano.</p>
PREFEITURAS	<p>Apresentação de programas e projetos, além da viabilização e execução das ações propostas no Plano.</p> <p>Responsabilidades: Proposição de programas e projetos para a viabilização do Plano, bem como a cessão de áreas necessárias para a realocação das famílias e estruturas públicas e privadas.</p>
CÂMARAS MUNICIPAIS	<p>Análise, aprovação e acompanhamento da legislação pertinente a viabilização e execução das ações propostas do Plano.</p> <p>Responsabilidades: Aprovação e proposição de instrumentos legais para a viabilização do Plano.</p>
ÓRGÃOS DE CONTROLE	<p>Monitoramento e avaliação das ações propostas no Plano.</p> <p>Responsabilidades: Controle, monitoramento e aprovação e das ações propostas do Plano.</p>

5. COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA

A coordenação do plano operacional de enfrentamento às mudanças climáticas será realizada de forma integrada, envolvendo todas as partes interessadas em diferentes níveis de governo para assegurar o alinhamento estratégico, operacional e a colaboração entre as partes envolvidas. Tal metodologia busca assegurar um alinhamento estratégico e operacional harmônico, bem como fomentar uma colaboração efetiva e sustentada entre todos os envolvidos.

A estrutura de governança estabelecida para a coordenação do plano será composta pelos órgãos da administração direta e indireta que mantenham correlação com as ações previstas no plano, por representantes dos municípios e órgãos de controle estaduais e municipais, todos nomeados por meio de Comitê Gestor Interinstitucional com responsabilidades e papéis cla-

ros e mecanismos de comunicação eficientes. A presidência do plano ficará a cargo da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, a qual se responsabiliza pelo compartilhamento de informações periódicas sobre as deliberações governamentais e a coordenação de atividades executivas e monitoramento da execução e uso dos recursos.

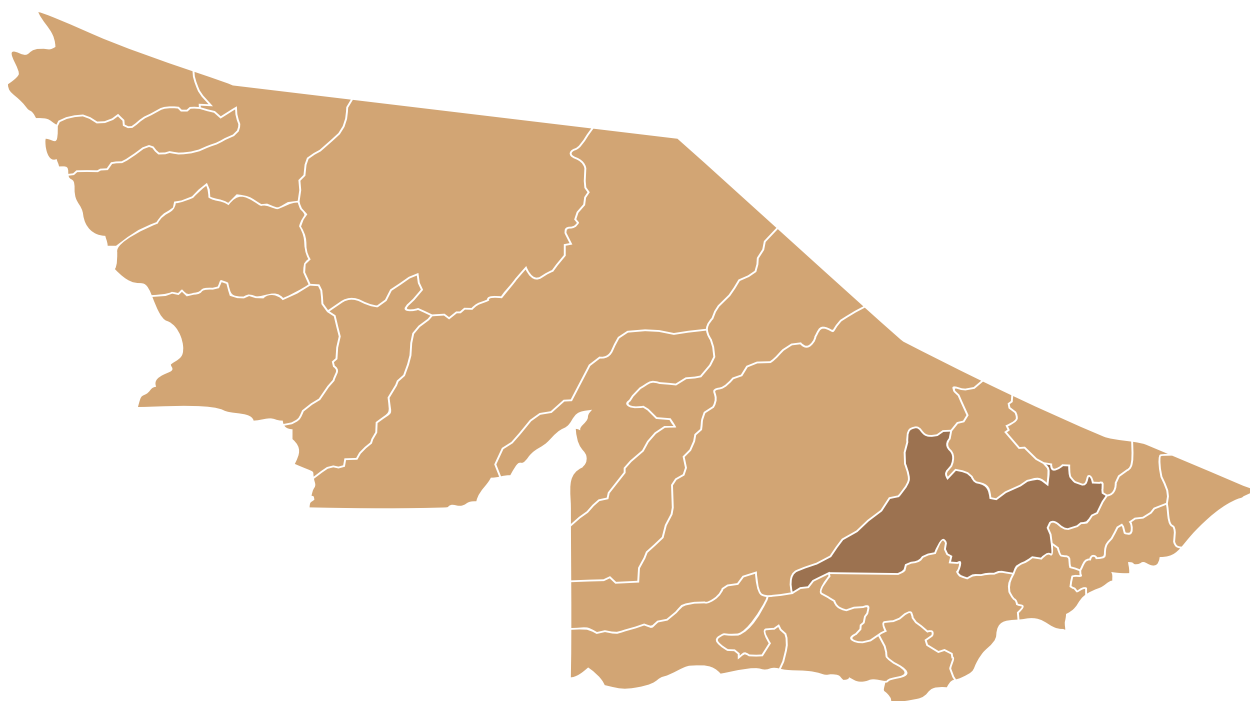
Essa estratégia abrangente e colaborativa não só maximiza a eficiência e a eficácia das ações contra as mudanças climáticas, mas também promove uma governança inclusiva e responsável, essencial para enfrentar os desafios ambientais. Com um compromisso conjunto e uma visão compartilhada, o estado do Acre se posiciona na luta contra as mudanças climáticas, adotando um comportamento proativo e integrado para proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.





6. ANEXO I
DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS

1. RIO BRANCO



1.1 Breve contextualização:

O município de Rio Branco é a capital do estado do Acre. Suas origens remontam a chegada do seringalista Neutel Maia às margens do Rio Acre, principal bacia hidrográfica, fundando o seringal Volta da Empreza (hoje Segundo Distrito).

Este município, por ser a capital do território federal que posteriormente se tornara Estado, recebeu vários fluxos migratórios a partir de 1970, especialmente da área rural, tornando-o o maior centro populacional, comercial, cultural, político e industrial do Estado e onde, hoje, se concentra metade da população. Ele pode ser acessado através da BR 364 e BR 317 que são os principais eixos do modal rodoviário do Estado.

Ocupando o quinto lugar no Estado em extensão territorial, Rio Branco limita-se ao norte com os municípios de Bujari e Porto Acre; ao sul com os municípios de Xapuri e Capixaba; a leste, com o município de Senador Guiomard e a oeste, com o município de Sena Madureira. Vinculado à microrregião do baixo Acre e à mesorregião do Vale do Acre, a economia do município é fortemente dominada pela administração pública que corresponde a 66% do valor adicionado (VA), seguido pelos setores, também relevantes, da agropecuária e serviços que participam em 16% e 14% respectivamente.

Ainda no aspecto econômico, o município possui um Produto Interno Bruto - PIB de R\$ 10,9 bilhões e um PIB per capita de R\$ 26.119,00, sua economia corresponde a algo em torno de 60% da economia acreana. Com uma taxa de analfabetismo de 8,9, Rio Branco possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) alto de 0,727, o maior do Estado.

Em seu território existem 15 projetos de assentamentos, totalizando uma área de 81.352 hectares, sendo 11 projetos de assentamento, três projetos casulo e 1 polo agroflorestal. Dentre os assentamentos, destacam-se: o PA General Moreno Maia, o PA Benfica e o Projeto Casulo Geraldo Fleming. No território de Rio Branco não há terras indígenas, conforme dados atualizados do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE. Contudo, 0,5% da população da capital é composta por pessoas indígenas, perfazendo a quantidade de 1.827 pessoas.

O território possui quatro unidades de conservação, quais sejam: a) Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá, com cinco mil metros quadrados no entorno do Lago do Amapá; b) Área de Proteção Ambiental Irineu Serra, com 908 hectares; c) Área de Proteção Ambiental do São Francisco com 30 mil hectares; e d) Parte da Reserva Extrativista Chico Mendes, situada na borda sul do município de Rio Branco.

Localização	
Latitude	09° 58' 29" Sul
Longitude	67° 48' 36" Oeste
Altitude	153 m (prox..)
Distância de Brasília	3.105 km

Aspectos Geográficos	
Área	8.831km ²
População	290.639 hab
Densidade demográfica	32,91 hab/km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,727
PIB Municipal	R\$ 10.955.675 ¹
PIB Per Capta	R\$ 26.119,00
Taxa de alfabetização	8,9

¹ (x R\$1000)

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá
	Área de Proteção Ambiental Irineu Serra
	Área de Proteção Ambiental São Francisco (parte)
	Reserva Extrativista Chico Mendes (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PA Baixa Água
	PA Colibri
	PA Figueira
	PA General Moreno Maia
	PA Vista Alegre
	PA Benfica (parte)
	PA Carão (parte)
	AO Itamaraty (parte)
	PA Oriente (parte)
	PA Baixa Verde (parte)
	PAE Remanso (parte)
	PCA Casulo Geraldo Fleming
	PCA Casulo Geraldo Mesquita
	PCA Casulo Hélio Pimenta
PE Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro	

1.1. Impacto

Em Rio Branco, o nível do Rio Acre atingiu 17,89 metros em 2024, a segunda maior cota de inundação já registrada no município, desde o início do monitoramento, representando aproximadamente 32,70 km² de área de inundação no perímetro urbano, atingindo 9.461 domicílios particulares em 42 bairros da capital, tendo como mais atingidos: Taquari, Cadeia Velha, Cidade Nova, Seis de Agosto, Quinze e Canaã, influenciando significativamente a locomoção em áreas próximas.

Conforme análise dos dados de endereços

do censo do IBGE 2022, foram atingidas aproximadamente 10.996 edificações na zona urbana, sendo classificadas como 30 estabelecimentos agropecuários, 11 estabelecimentos de ensino, 09 estabelecimentos de saúde, 9.461 domicílios particulares, 1.083 estabelecimentos de outras finalidades, 109 estabelecimentos religiosos, 253 edificações em construção e 06 domicílios coletivos. Contudo, para os fins desse documento, segue abaixo tabela com o número de domicílios particulares atingidos a partir da cota de transbordamento até a cota máxima atingida de 18 metros.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	RIO BRANCO	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	14	37
2	14,5	128
3	15	461
4	15,5	1.033
5	16	2.021
6	16,5	3.243
7	17	5.081
8	17,5	7.094
9	18	9.461

¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024; ²Cota de transbordamento

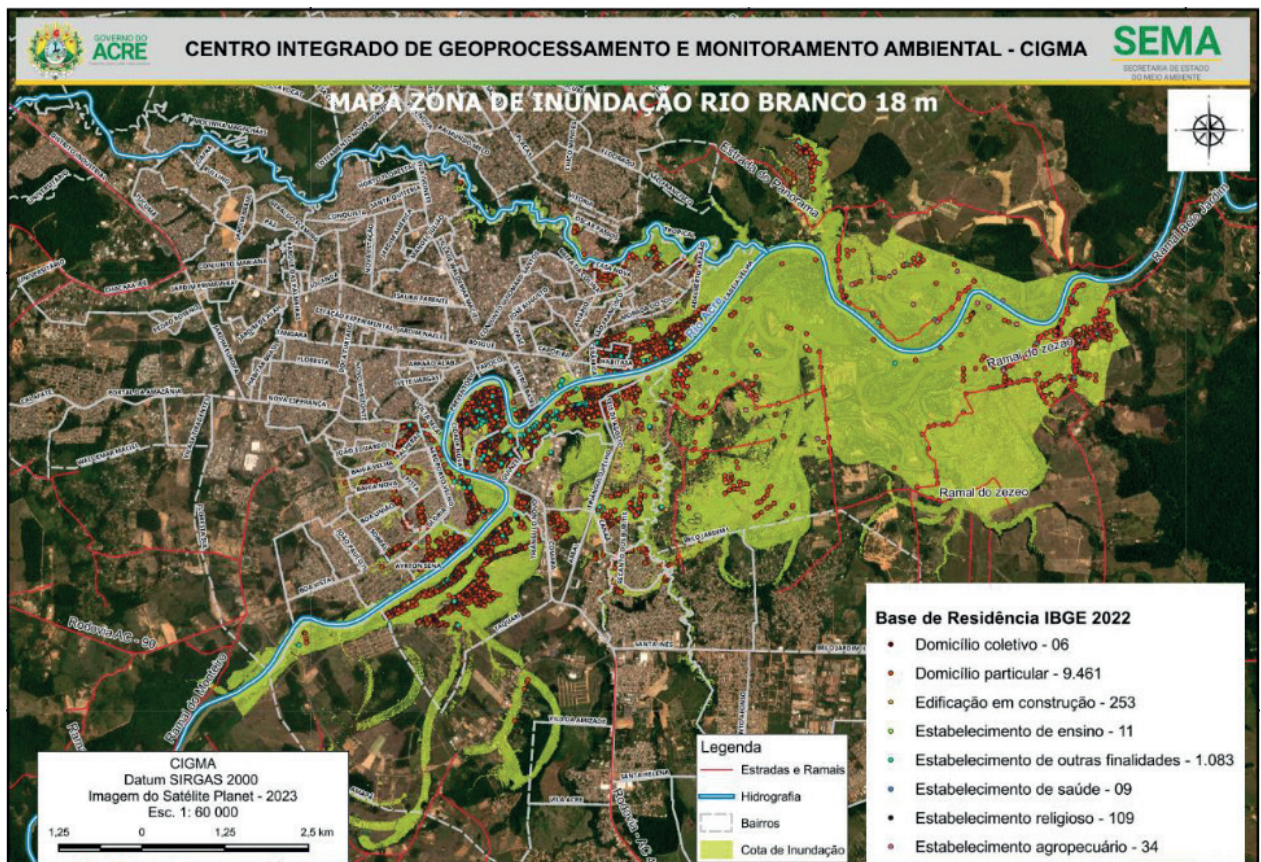


Figura 04: Fonte Censo IBGE 2022, CIGMA/SEMA - ACRE -2024.



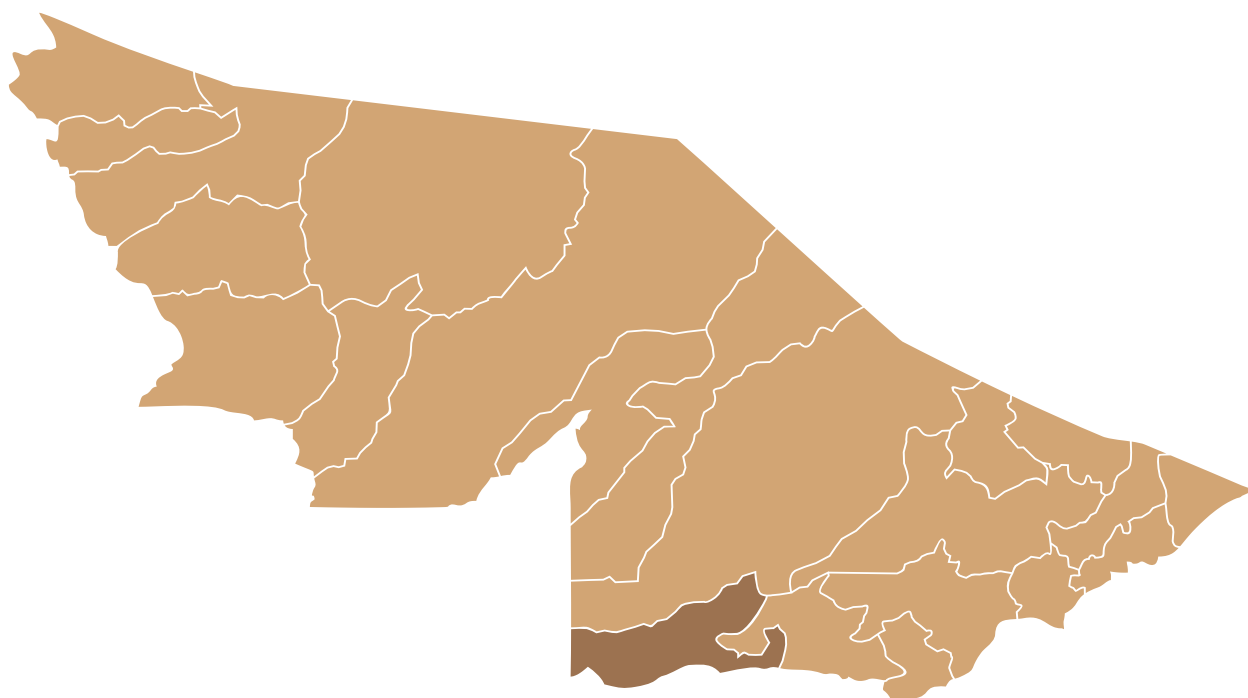
Além disso, foram atingidos 14 imóveis do Governo do Estado, além de escolas públicas, causando danos patrimoniais e interrupção do ano escolar dos estudantes do sistema público de educação.

No tocante ao serviço de abastecimento de água, este foi interrompido em parte na capital, promovendo um grande racionamento e a falta de água na maioria dos bairros de Rio Branco por vários dias, resultando na intervenção do

Ministério Público do Estado do Acre. Tudo em razão da danificação das bombas de captação de água do sistema que viraram dentro do Rio Acre após colidirem com balseiros e o fluxo da vazante.

No plano da produção agrícola, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI, em Rio Branco foram atingidos 3.700 produtores rurais e boa parte da produção foi perdida.

2. ASSIS BRASIL



2.1. Breve contextualização

Localizado na margem esquerda do Rio Acre e vinculado a BR-317, Assis Brasil faz parte da Mesorregião do Vale do Acre, Regional Alto Acre.

A sede do município de Assis Brasil está localizada onde antes existia o seringal Paraguassu, às margens do Rio Acre e se tornou um município em 1º de março de 1963, mas só conquistou autonomia em 14 de maio de 1976, após se separar de Brasiléia.

Assis Brasil é o município menos populoso do estado, abrigando 8.100 habitantes, conforme o último censo de 2022 e o 13º em extensão territorial, com uma área de 4.979,073, limitando-se com o município de Sena Madureira e Brasiléia, além de fazer fronteira com o Peru e com a Bolívia, o que o fez ser conhecido como a cidade das “Três Fronteiras”.

Os pilares econômicos de Assis Brasil são a administração pública, a agropecuária e a prestação de serviços, participando em 47,2%, 34,1% e 15,7% no Valor Adicionado (VA) do município, respectivamente.

Assis Brasil é banhado pelo Rio Acre e pelo Rio Iaco que contribuem na economia local e na beleza natural do município.

Em termos econômicos, o PIB per capita foi de R\$ 17.507,67 em 2021 e o PIB municipal

estimado em R\$ 133.916,175 milhões, segundo dados do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Assis Brasil, foi de 0,558 em 2010 e a taxa de analfabetismo, para o mesmo ano foi de 20,4%, carecendo de atualização destes dados.

No município está localizada a Terra Indígena, Cabeceira, do Rio Acre, que abriga a etnia Jaminawa e a Terra Indígena Mamoadate, além das etnias Manchineri e Jaminawa, da família linguística Aruak e Pano. O município conta com 741 pessoas indígenas em terras indígenas e 466 fora delas.

O município também possui dois projetos de assentamento, o PA Paraguassu, que assenta 88 famílias e possui área de 3688.2523 hectares; e o PAE Santa Quitéria, com 43682.3267 hectares e abriga 280 famílias.

Além disso, Assis Brasil conta com duas Unidades de Conservação, a Estação Ecológica Rio Acre e a RESEX Chico Mendes.

A Estação Ecológica Rio Acre é uma Unidade de Conservação de proteção integral, criada em 1981 que visa proteger o ambiente ecológico excepcional e de grande beleza natural do Alto Acre para fins de pesquisa.

E a Reserva Extrativista Chico Mendes é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, habitada por famílias de seringueiros que vivem em colocações dentro de diversos seringais.

Localização	
Latitude	10° 56' 29" Sul
Longitude	69° 34' 01" Oeste
Altitude	239 metros (aprox.)
Distância da capital por rodovia	342 km
Distância da capital em linha reta	220 km

Aspectos Geográficos	
Área	Área (ha)
População	36.882.523
Densidade Demográfica	436.823.267

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo ¹	20,4%
BIP per-capta ²	R\$ 17.507,67
PIB municipal ²	R\$ 133.916,175
IDMH ¹	0,558

¹ IBGE, 2010; ² IBGE, 2021

Áreas Especiais	
Projetos de Assentamento	PA Paraguassu
	PAE Santa Quitéria
Unidades de Conservação	Reserva Extrativista Chico Mendes
	Estação Ecológica do Rio Acre
Terras Indígenas	Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre
	Terra Indígena Mamoadate (parte)

2.2. Impacto

Em Assis Brasil, o nível do Rio Acre atingiu 13,32 metros em 2024, essa foi a segunda maior cota de inundação já registrada no município, deste o início do monitoramento, representando 25,80 hectares de área de inundação no perímetro urbano, atingindo 4 bairros.

Conforme análise dos dados de endereços do Censo do IBGE 2022, foram atingidas aproximadamente 263 edificações na zona urbana, sendo classificadas como 203 residências particulares, 10 edificações em constru o, 21 estabelecimentos com diversas finalidades e 2 locais

religiosos, além de prédios públicos.

Na zona rural, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Agricultura – SEA-GRI, foram atingidos 180 produtores, os quais podem ser expostos à insegurança alimentar em razão da perda das plantações.

No tocante ao serviço de abastecimento de água, houve a interrupção em razão da alagação, no município de Assis Brasil, além dos problemas com captação enfrentados nesse período.

Segue abaixo tabela descrevendo o número de domicílios particulares atingidos de acordo com a cota de medição do Rio Acre e o mapa da mancha da alagação neste município.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	ASSIS BRASIL	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	12,5	0
2	13	14
3	13,5	234

¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024

²Cota de transbordamento

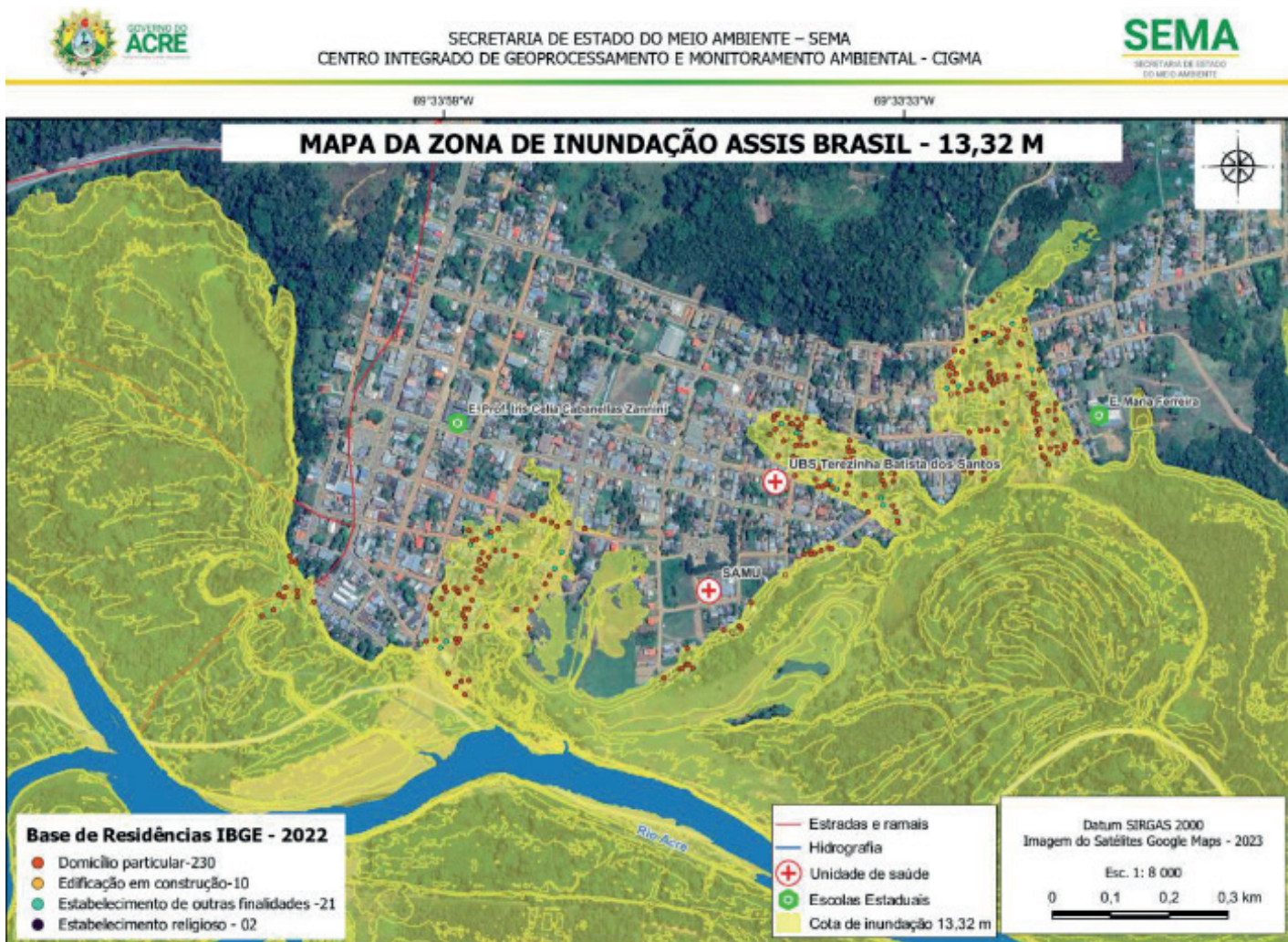


Figura 5: Fonte CIGMA- SEMA, 2024.

O município de Assis Brasil possui em seu território áreas povoadas por indígenas que também foram atingidos e sofreram danos em suas residências e produção agrícola em razão da enchente de 2024. Ao todo foram atingidos 55 famílias e 239 indígenas conforme tabela abaixo.

IMPACTO DAS CHEIAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS					
TERRA INDÍGENA	ALDEIAS	TERRAS INDÍGENAS		CONTEXTO URBANO	
		NÚMERO DE FAMÍLIAS AFETADAS	POPULAÇÃO AFETADA (HABITANTES)	NÚMERO DE FAMÍLIAS AFETADAS	POPULAÇÃO AFETADA (HABITANTES)
Cabeceira do Rio Acre	São Lourenço	3	8	36	176
	Morada Nova	4	8	-	-
	Maria Monteza	1	3	-	-
	Liberdade/Boa Floresta	3	9	-	-
	Nova Esperança	4	23	-	-
	Nova União	4	12	-	-
TOTAL:		19	63	36	176

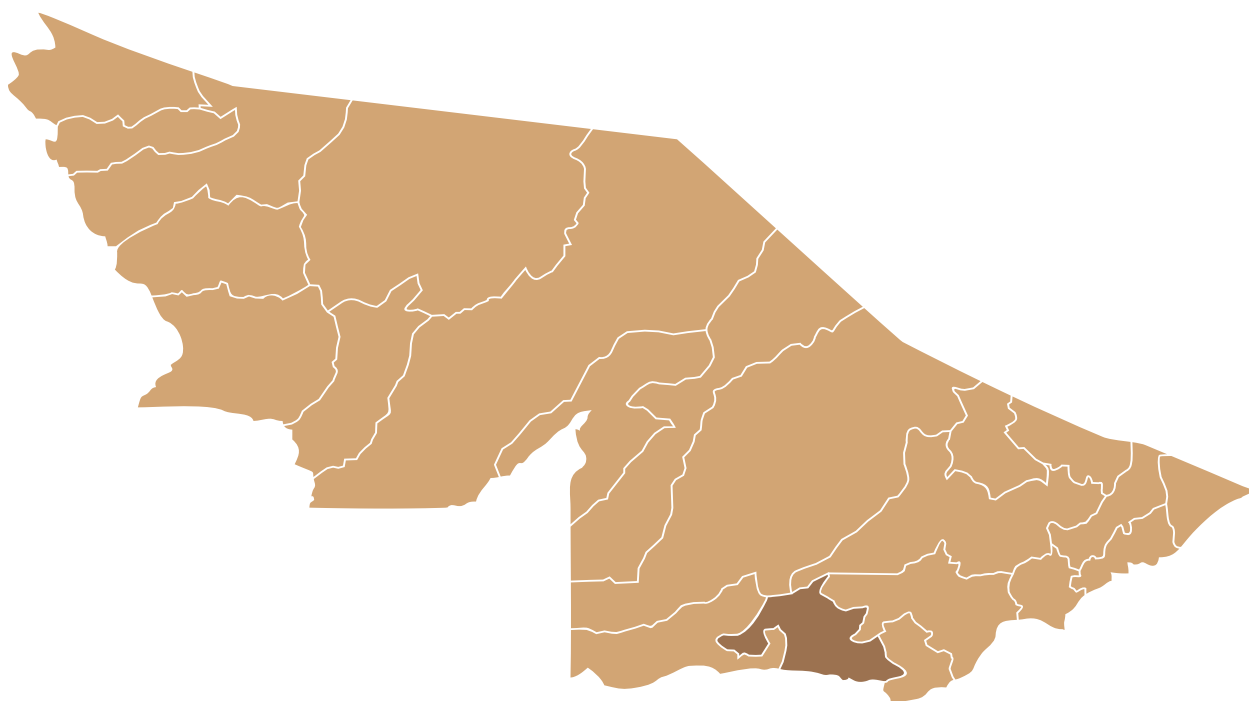
Fonte: Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI

IMPACTO DAS CHEIAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS		
-	FAMÍLIAS INDÍGENAS AFETADAS	INDÍGENAS AFETADOS
TOTAL	55	239

Fonte: Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI



3. BRASILÉIA



3.1. Breve Contextualização

Localizado à margem direita do Rio Acre e ligado a BR-317, Brasiléia pertence à Mesorregião do Vale do Acre, Regional Alto Acre.

Brasiléia surgiu em 1910 no antigo Seringal Carmen como Brasília, tornando-se município em 1938 e adotando o nome Brasiléia em 1943.

Os pilares econômicos de Brasiléia são a administração pública, o agronegócio e a prestação de serviços, participando em 33,5%, 30,7% e 28,3% no Valor Adicionado (VA) do município, respectivamente.

Com uma área de cerca de 3.928,174 km², Brasiléia é o 14º maior município do estado, abrindo 26.000 habitantes, conforme o último censo de 2022, e é o 6º mais populoso, com uma densidade demográfica de 6,62 habitantes por quilômetro quadrado, limitando-se ao norte e a leste, com o município de Xapuri; ao sul, com a Bolívia; a oeste, com o município de Assis Brasil; a noroeste, com o município de Sena Madureira e a sudeste, com o município de Epitaciolândia.

A diversidade geográfica de Brasiléia é marcada pela presença dos rios Acre, rio do ouro e rio Xapuri, que contribuem para a beleza natural e o potencial econômico da região. O município abriga 282 pessoas indígenas, embora não haja nenhuma terra indígena localizada em sua extensão.

Em termos econômicos, o PIB per capita foi de R\$ 25.278,78 em 2021 e o PIB municipal estimado em R\$ 685,6 milhões, segundo dados do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Brasiléia, foi de 0,614 em 2010 e a taxa de analfabetismo, para o mesmo ano foi de 20,3%, carecendo atualização destes dados.

Em Brasiléia, existem seis projetos de assentamento, dentre os quais destacam-se o PAD Quixadá com cerca de 1005 famílias assentadas e área de 76741.3720 hectares e o PA Fortaleza, com uma área de 999.7811 hectares, que abriga 28 famílias. Os Projetos de Assentamentos Extrativistas, são destinados à exploração de áreas dotadas de seringais e castanhais nativos através de atividades tradicionais praticadas pela população de seringueiros que vivem nestas áreas. A produção desses assentamentos baseia-se na extração da borracha, castanha, madeira e a agricultura de subsistência.

O município conta ainda com a Reserva Extrativista Chico Mendes, criada em 1990, que é uma Unidade de Conservação de uso sustentável que ocupa a parte norte do município. Grande parte da população de Brasiléia vive nos seringais da reserva, onde praticam a agricultura e o extrativismo, com destaque para a castanha que no início do ano movimenta a economia da região.

Localização	
Latitude	11° 00' 58" Sul
Longitude	8° 44' 53" Oeste
Altitude	196 metros (aprox.)
Distância da capital por rodovia	232 km
Distância da capital em linha reta	153 km

Aspectos Geográficos	
Área	3.918 km ²
População	19.065 hab.
Densidade Demográfica	4,86 hab./km ²

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo ¹	20,3%
BIP per-capta ²	R\$ 25.278,78
PIB municipal ²	R\$ 685.636.000
IDMH ¹	0,614

¹ IBGE, 2010; ² IBGE, 2021

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação	Reserva Extrativista Chico Mendes
Projeto de Assentamento (PA)	PA Fortaleza
	PAD Quixadá
	PA Pão de Açúcar
	PA Princeza
	PA Três Meninas
	PDS Porto Carlos

3.2. Impacto

Em Brasília, o nível do Rio Acre atingiu 15,58 metros em 2024, essa foi a maior cota já registrada no município, desde o início do monitoramento, representando 314,65 hectares de área de inundação no perímetro urbano, atingindo 12 bairros.

Conforme análise dos dados de endereços do Censo do IBGE 2022, foram atingidas aproximadamente 3.784 edificações, sendo classificadas como 3.111 domicílios particulares, 543

estabelecimentos de outras finalidades, 78 edificações em construção, 29 estabelecimentos religiosos, 11 estabelecimentos de saúde, 7 estabelecimentos de ensino e 5 domicílios coletivos, foram atingidos pela enchente de 2024. Além disso, foram atingidos prédios públicos da Política Civil, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ e Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

A cheia do Rio Acre causou erosão na área de acesso ao bairro Samaúma, deixando o tráfego comprometido na região. Além disso, foi

declarada Situação de Emergência nas áreas do município de Brasília afetadas pela ocorrência de inundação, através do Decreto Nº 017 de 24 de fevereiro de 2024.

Especialmente neste município, a cheia atingiu proporções, onde cerca de 80% da cidade ficou comprometida. Conforme dados da SEAGRI foram atingidos mais de 400 produtores rurais.

No tocante ao serviço de abastecimento de água, ele foi interrompido nesse município em razão da danificação do suporte da adutora que

passa por uma ponte da cidade, pois devido a correnteza do Rio Acre e a quantidade de balseiros o cabo de aço, que segura o a adutora, rompeu, comprometendo a distribuição. Além disso, foi necessário realizar o reforço no flutuante onde está o conjunto motor bomba responsável pela captação de água e foi verificado o aumento da erosão do canal de drenagem na área da Estação de Tratamento de Água – ETA, sendo necessário intervenção para contenção, conforme imagens abaixo.

Figura 6: Troca do cabo de aço e adutora.



Fonte: SANEACRE

Figura 7 Canal de drenagem sem estabilidade e adutora rompida.



Fonte: Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre - SANEACRE



Nesse sentido, segue abaixo tabela descrevendo o número de domicílios particulares atingidos de acordo com a cota de medição do Rio Acre e o mapa da mancha da alagação neste município.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	BRASILÉIA	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	11,5	2
2	12	42
3	12,5	246
4	13	735
5	13,5	1.028
6	14	1.402
7	14,5	2.022
8	15	2.553
9	15,5	3.111

¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024

²Cota de transbordamento

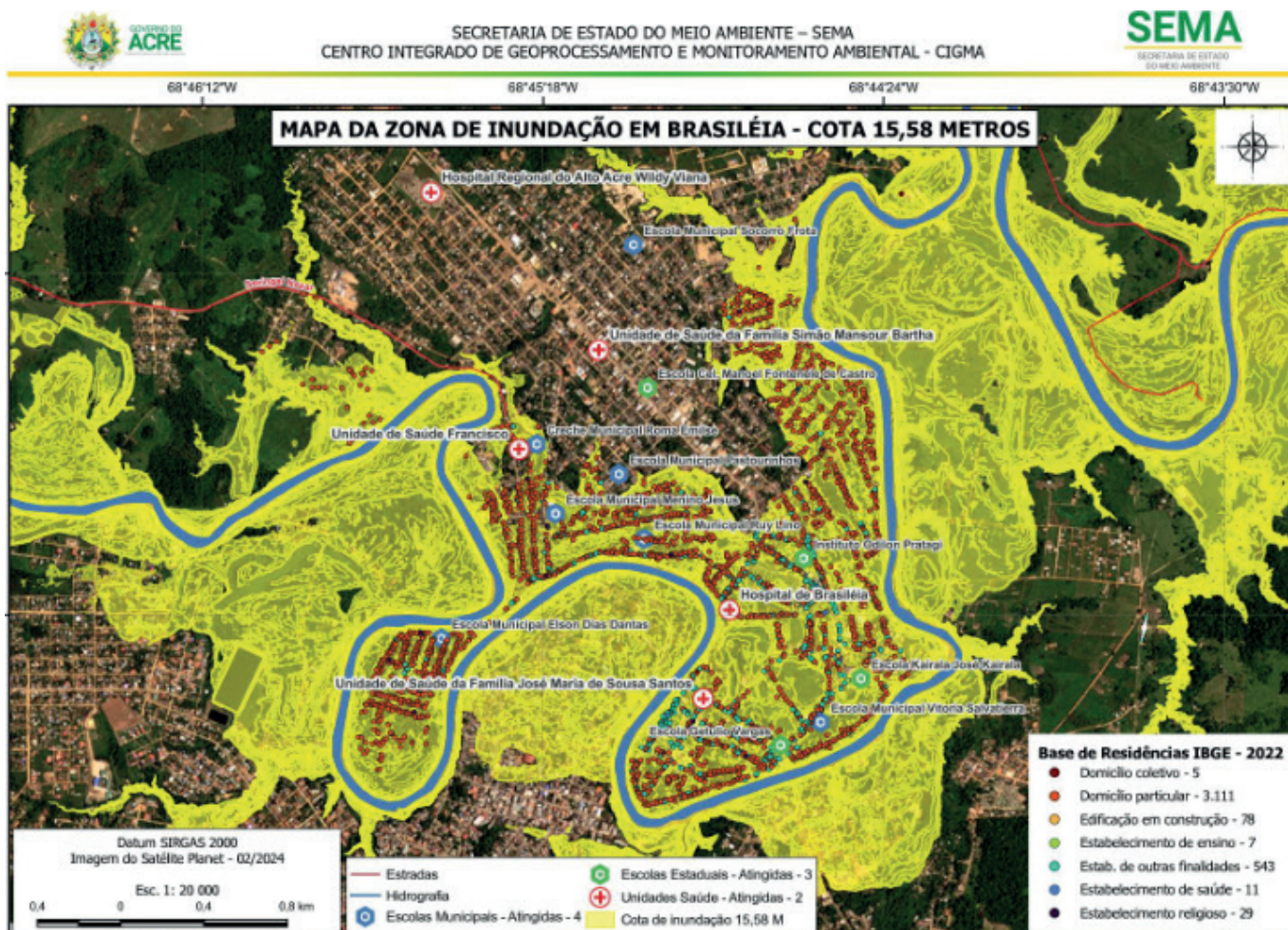


Figura 8: Fonte: CIGMA-SEMA,2024.

4. EPITACIOLÂNDIA

4.1 Breve contextualização

Localizado na margem direita do rio Acre e conectado à BR-317, o município de Epitaciolândia, situado no estado do Acre, integra a Mesorregião do Vale do Acre, especificamente a Regional Alto Acre.

O decreto de sua criação foi assinado em 28 de abril de 1992 pelo governador Edmundo Pinto, sendo que a emancipação política ocorreu em 1º de janeiro de 1993.

Atualmente os pilares econômicos de Epitaciolândia são a prestação de serviços, agropecuária e a administração pública, participando em 43,1%, 28,1% e 25,0% no Valor Adicionado (VA) do município, respectivamente.

Epitaciolândia limita-se ao norte com Xapuri, ao sul e leste com a Bolívia, e a oeste com Brasiléia.

Com uma área de cerca de 1.652,674 km², Epitaciolândia é o menor município do estado, abrigando 18.757 habitantes, conforme o último censo de 2022, e é o 9º mais populoso, com uma densidade demográfica de 11,35 habitantes por quilômetro quadrado.

A diversidade geográfica de Epitaciolândia

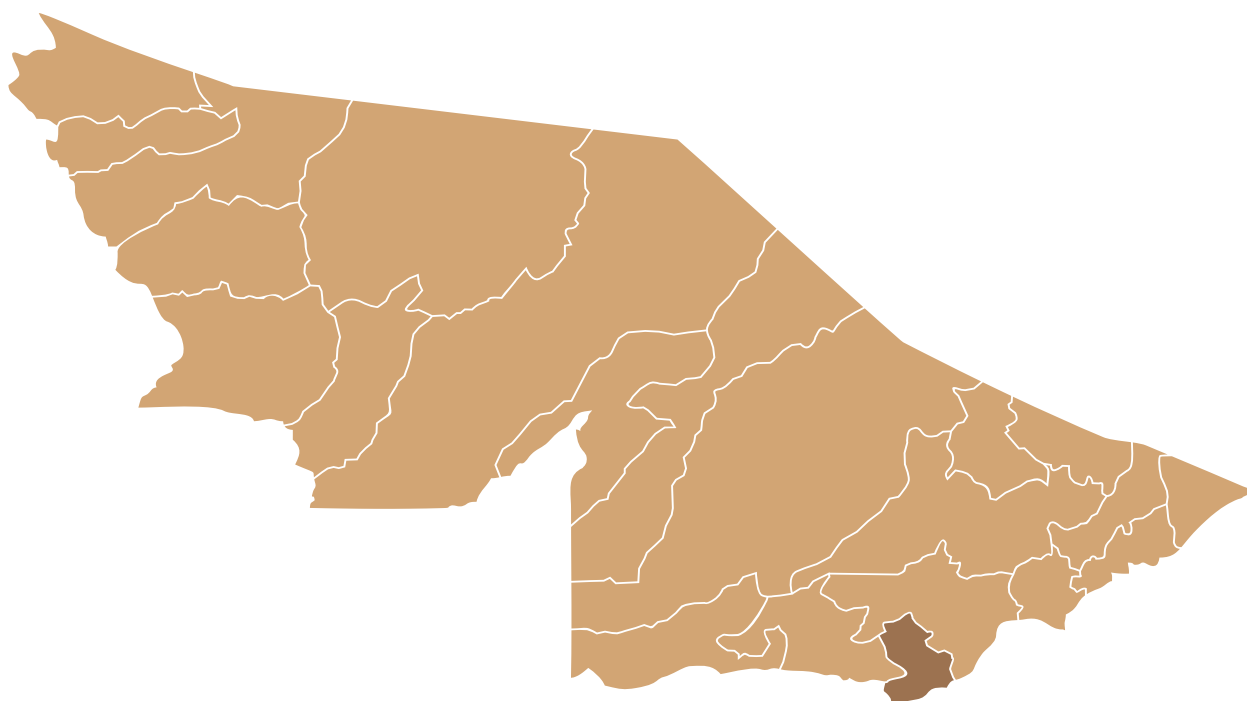
é marcada pela presença do rio Acre, que contribui para a beleza natural e o potencial econômico da região. O município abriga 26 pessoas indígenas, embora não haja nenhuma terra indígena localizada em seu território.

Em termos econômicos, o PIB per capita foi de R\$ 33.960,77 em 2021 e o PIB municipal estimado em R\$ 644.542 milhões, segundo dados do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Epitaciolândia, foi de 0,653 em 2010 e a taxa de analfabetismo, para o mesmo ano foi de 15,7%, carecendo atualização destes dados.

Em Epitaciolândia, há somente um projeto de assentamento o PAE Porto Rico, criado em 1991, assenta em torno de 68 famílias em uma área de 7856.6954 hectares.

O município conta ainda com a Reserva Extrativista Chico Mendes e com a Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança, cujo objetivo é proteger a riqueza da vegetação regional, especialmente rica em castanheiras e seringueiras.



Localização	
Latitude	11° 01' 44" Sul
Longitude	68° 44' 29" Oeste
Altitude	222 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	230 km
Distância da capital em linha reta	155 km

Aspectos Geográficos	
Área	1.655 km ²
População	13.434 hab.
Densidade Demográfica	8,11 hab./km ²

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo ¹	15,7%
BIP per-capta ²	R\$ 33.960,77
PIB municipal ²	R\$ 644.542.000
IDMH ¹	0,653

¹ IBGE, 2010; ² IBGE, 2021,

Áreas Especiais	
Projetos de Assentamento	PAE Porto Rico
Unidades de Conservação	Reserva Extrativista Chico Mendes
	Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança

4.2. Impacto

Em Eпитaciolândia, o nível do Rio Acre atingiu 15,58 metros em 2024, representando a maior cota de inundação já registrada, atingindo 97,42 hectares de área de inundação no perímetro urbano, alagando 6 bairros do município.

Conforme análise dos dados de endereços do Censo do IBGE 2022, foram atingidas aproximadamente 632 edificações na zona urbana, sendo classificadas como 505 residências particulares, 19 edificações em construção, 101 estabelecimentos com diversas finalidades e 5 instituições religiosas foram

afetadas e 2 domicílios coletivos. Além disso, prédios públicos também foram impactados dentro dessa região.

Na área rural, conforme dados fornecidos pela SEAGRI, foram atingidos 260 produtores. No tocante ao serviço de abastecimento de água, o município de Eпитaciolândia sofreu a interrupção da oferta em razão da alagação.

Nesse sentido, segue abaixo tabela descrevendo o número de domicílios particulares atingidos de acordo com a cota de medição do Rio Acre e o mapa da mancha da alagação neste município.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	EPITACIOLÂNDIA	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	11,5	0
2	12	8
3	12,5	91
4	13	174
5	13,5	252
6	14	319
7	14,5	376
8	15	454
9	15,5	518

¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024

²Cota de transbordamento

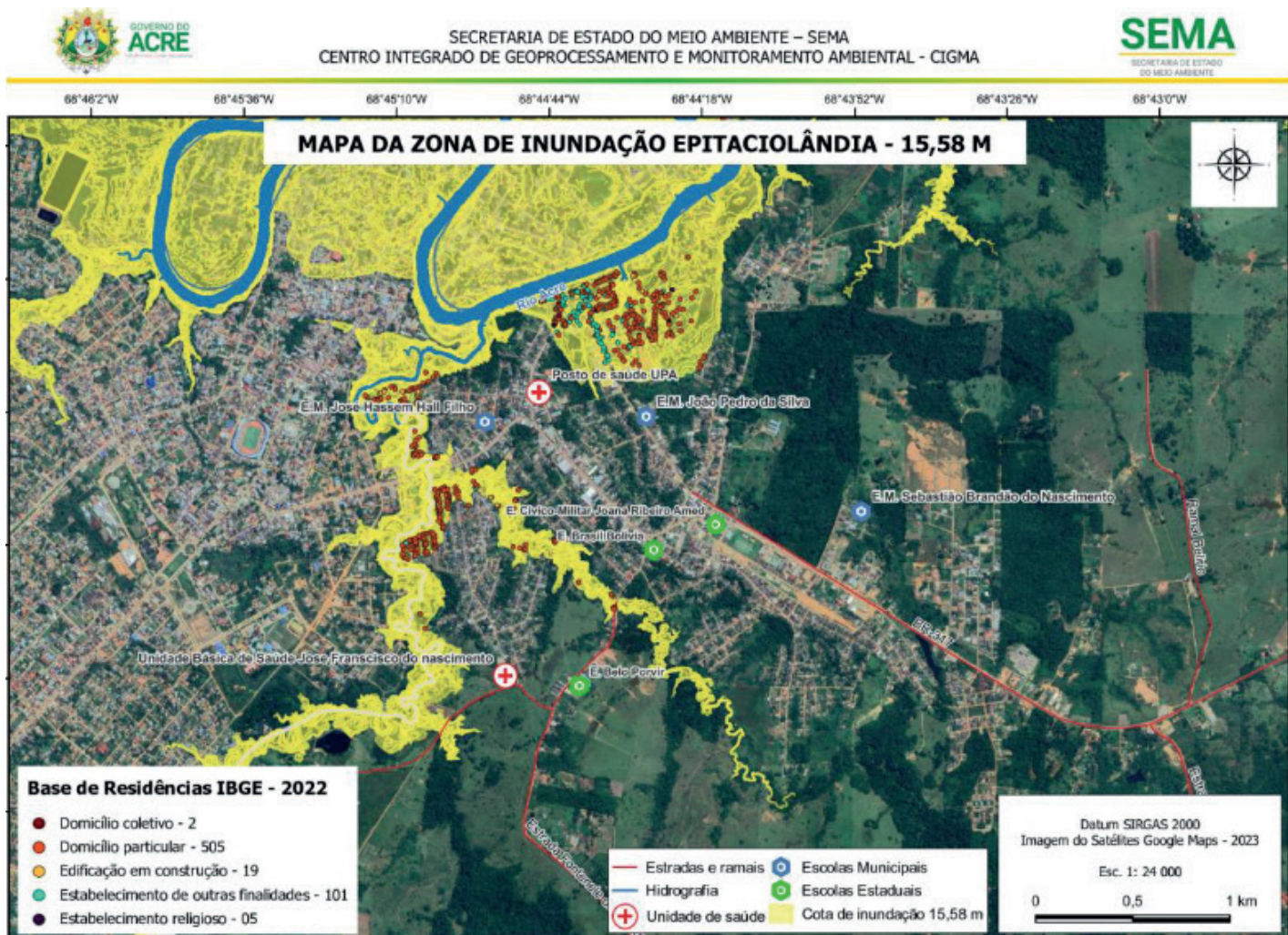
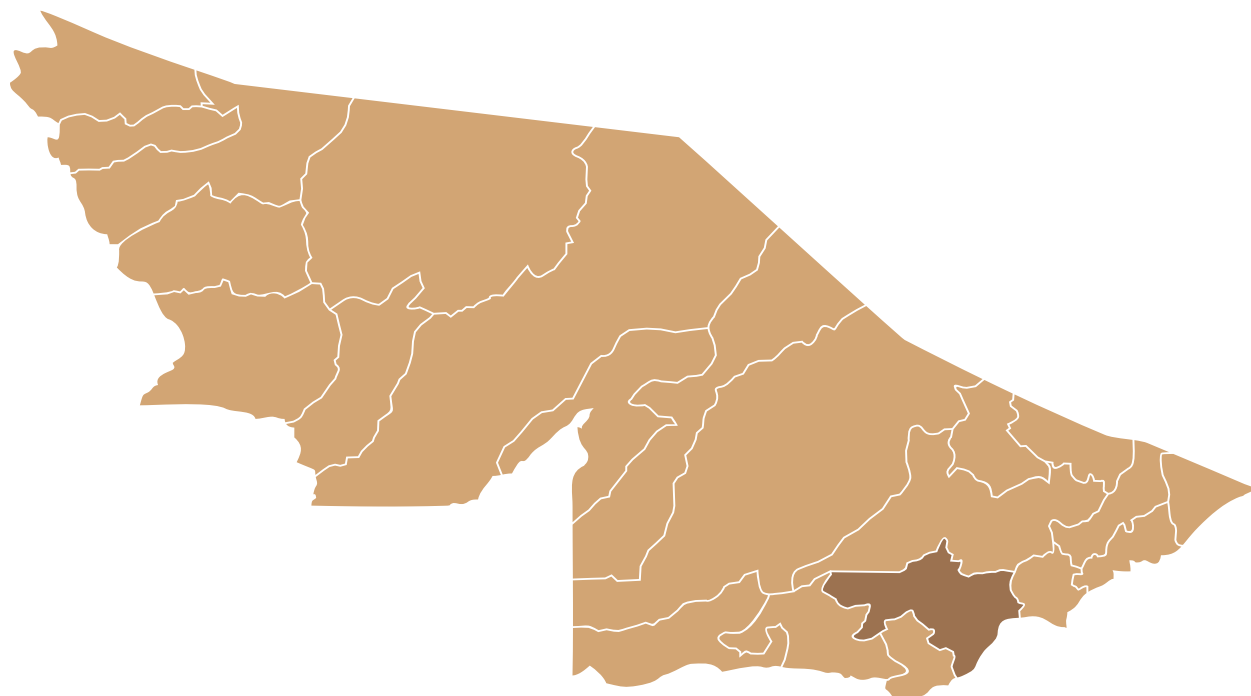


Figura 9. Fonte: CIGMA-SEMA, 2024.

5. XAPURI



5.1. Breve contextualização

Localizado na margem direita do rio Acre e vinculado à BR-317, o município de Xapuri, no estado do Acre, se destaca como um dos pontos de referência da Regional Alto Acre, na Mesorregião do Vale do Acre.

O povoado surgiu logo depois de Volta da Empreza (Rio Branco), no ano de 1883, emergindo estrategicamente na confluência dos rios Xapuri e Acre. A localidade tornou-se um dos principais entrepostos comerciais do Acre no Ciclo da Borracha.

Ao longo do tempo, foi protagonista na produção de castanha e borracha, sendo palco do movimento liderado por Chico Mendes na década de 1980, em defesa dos seringais nativos.

Xapuri, celebrada como a “Princesinha do Acre” em seus dias áureos, agora se destaca pelos monumentos históricos da Revolução Acreana e pela casa de Chico Mendes, atraindo visitantes de todo o estado. Atualmente os pilares econômicos de Xapuri são a administração pública, o agronegócio e a prestação de serviços, participando em 47,4%, 25,9% e 23,3% no Valor Adicionado (VA) do município, respectivamente.

Com uma área de cerca de 5.350,59 km², Xapuri é o 12º maior município do estado, abrigando 18.243 habitantes conforme o último censo de 2022, e é o 13º mais populoso, com uma densidade demográfica de 3,41 habitantes por quilômetro quadrado.

Xapuri limita-se ao norte com o município de Rio Branco; ao sul, com o município de Epitaciolândia; a leste, com o município de Capixaba; a oeste, com o município de Sena Madureira e a sudoeste, com o município de Brasiléia. Além disso, o município também faz fronteira com a Bolívia.

A diversidade geográfica de Xapuri é marcada pela presença dos rios Acre e Xapuri, que contribuem para a beleza natural e o potencial econômico da região. O município abriga 43 pessoas indígenas, embora não haja nenhuma terra indígena localizada em sua extensão.

Em termos econômicos, o PIB per capita foi de R\$ 22.902 em 2021 e o PIB municipal foi estimado em R\$ 454.980,626 milhões, segundo dados do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Xapuri, foi de 0,599 em 2010 e a taxa de analfabetismo, para o mesmo ano foi de

20,7%, carecendo de atualização destes dados.

Em Xapuri, existem cinco projetos de assentamento que desempenham um papel fundamental na promoção da agricultura familiar e na preservação ambiental. Estes incluem o PAE Chico Mendes, com uma área de 24.243,1038 hectares, que abriga 80 famílias; o PAE Equador, com 7.840,5096 hectares e 34 famílias; o PDS Polo Recanto Do Equador, com 2.000 hectares e 54 famílias; o PA Tupá, com 6.134,5260 hectares e 116 famílias; e o PDS Floresta, com 6.360,2372 hectares e 110 famílias. Esses assentamentos não apenas fornecem moradia e sustento para várias famílias, mas também desempenham um

papel crucial na conservação das áreas florestais e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis na região de Xapuri.

O município conta ainda com a Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada na parte sul do município. Essa reserva é uma das primeiras do Brasil, criada em 1990 em uma área de mais de 970 mil hectares. A reserva que abrange parte de sete municípios (Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira, Assis Brasil, Epitaciolândia e Capixaba). Fruto da luta do movimento social que projetou Chico Mendes, a reserva produz castanha, borracha, madeira manejada e outros produtos de agricultura e extrativismo.

Localização	
Latitude	10° 39' 06" Sul
Longitude	68° 30' 16" Oeste
Altitude	183 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	188 km
Distância da capital em linha reta	106 km

Aspectos Geográficos	
Área	5.347 km ²
População	14.314 hab.
Densidade Demográfica	2,67 hab./km ²

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo ¹	20,7%
BIP per-capta ²	R\$ 22.902
PIB municipal ²	R\$ 454.980,626
IDMH ¹	0,599

¹ IBGE, 2010; ² IBGE, 2021

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Reserva Extrativista Chico Mendes
Projetos de Assentamento (PA)	PAE Chico Mendes
	PAE Equador
	PDS Polo Recanto do Equador
	PA Tupá
	PDS Floresta

5.2. Impacto

Em Xapuri, o nível do Rio Acre atingiu 17,09 metros em 2024, essa foi a segunda maior cota de inundação já registrada no município, representando 89,08 hectares de área de inundação no perímetro urbano, atingindo 7 bairros.

Conforme análise de dados de endereço do Censo do IBGE 2022, foram atingidas aproximadamente 933 edificações na zona urbana, sendo classificadas como 5 domicílios coletivos, 712 residências particulares, 15 edificações em construção, 2 estabelecimentos de ensino, 2 estabelecimentos públicos de saúde, 193 estabelecimentos com diversas finalidades e 4 locais religiosos. Além disso, prédios públicos também foram impactados dentro dessa região, tais como

delegacia, escola e hospital.

Também foram atingidos 260 produtores rurais. Por outro lado, no tocante ao serviço de abastecimento de água, no município de Xapuri, ocorreram problemas na captação devido o fluante ter sido arrastado pela correnteza, o que provocou danos nos tubos Polietileno de Alta Densidade – PEAD, dificultando a realização do bombeamento.

Além disso, devido à elevação do nível do Rio Acre, o sistema ficou na iminência de ser desativado, pois a água chegou muito próximo da Estação de Tratamento de Água, bem como do quadro de acionamento do sistema. Em outro ponto, esse serviço sofre interrupção na oferta de água para o bairro Sibéria, cujo sistema de bombeamento fica totalmente submerso.

Figura 10: Área urbana de Xapuri com Bairro Sibéria destacado.



Figura 11: Flutuante em Xapuri, arrastado pela correnteza.



Figura 12: O nível do Rio Acre alcançou o terreno da ETA.



Nesse sentido, segue abaixo tabela descrevendo o número de domicílios particulares atingidos de acordo com a cota de medição do Rio Acre e o mapa da mancha da alagação neste município.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	XAPURI	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	13,5	16
2	14	65
3	14,5	134
4	15	162
5	15,5	187
6	16	379
7	16,5	541
8	17	712
9	-	0

¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024; ²Cota de transbordamento

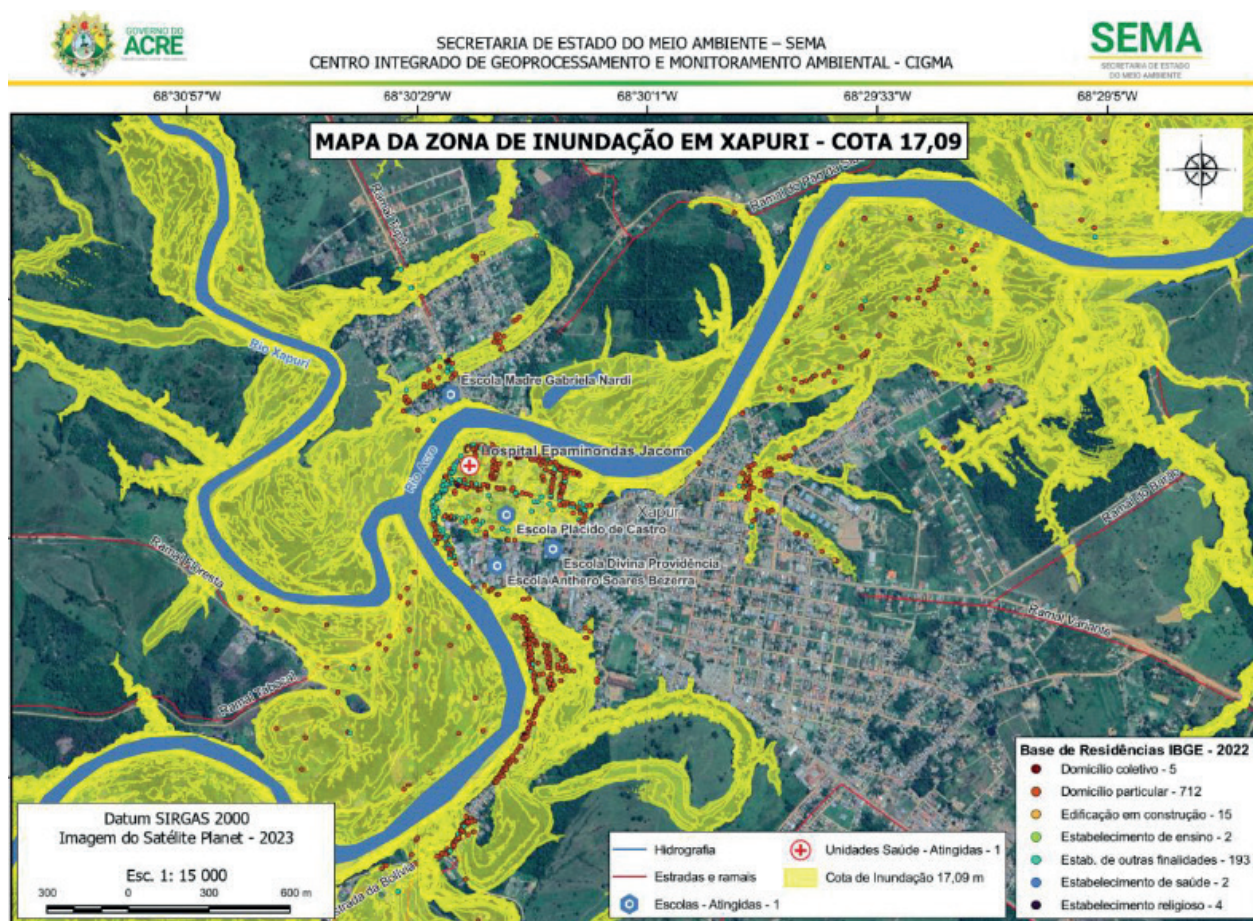
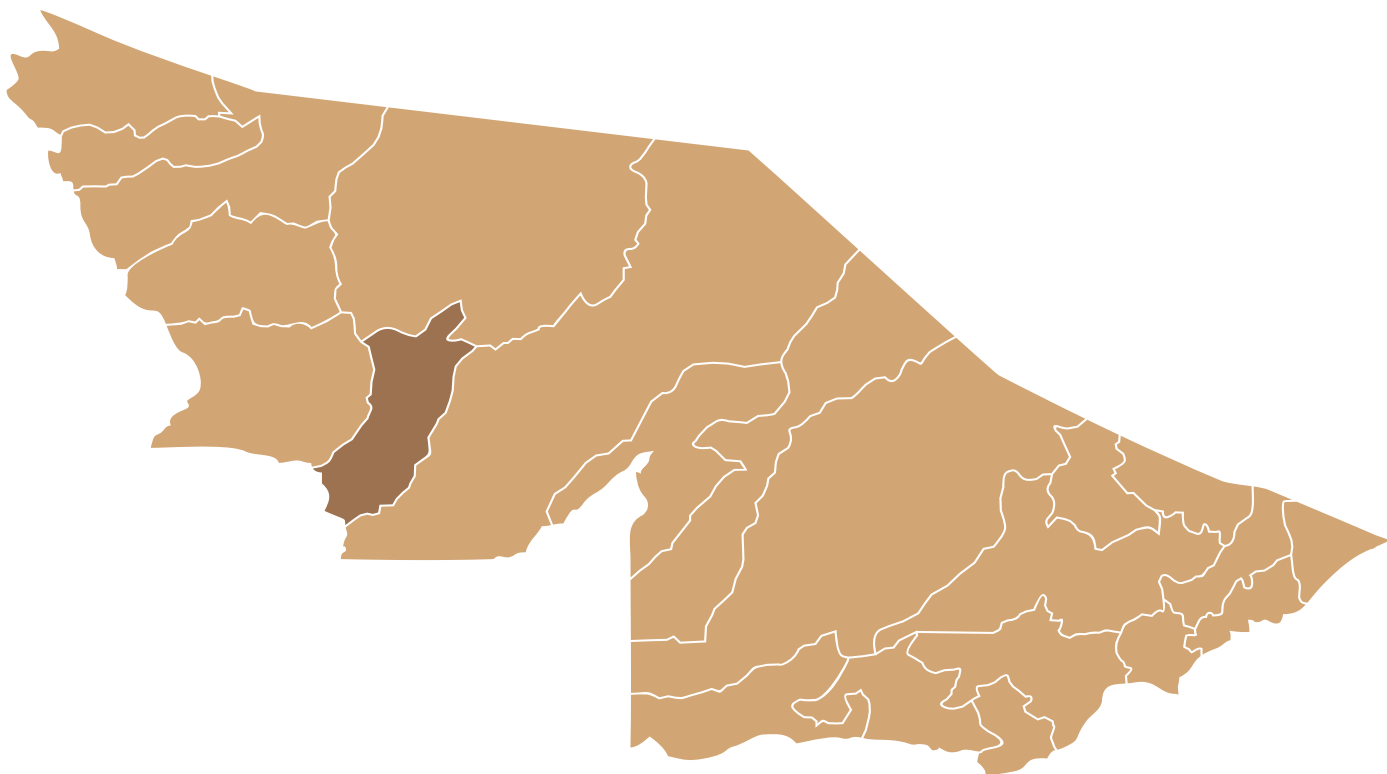


Figura 13: Fonte: CIGMA-SEMA, 2024.

6. JORDÃO



6.1. Breve contextualização

Jordão, município localizado no interior do Acre, foi criado em 28 de abril de 1992 e oficializado no dia 1º de janeiro de 1993. A cidade resultou de uma divisão do município de Tarauacá e possui um espaço geográfico correspondente a pouco mais de 3% do território acreano, ocupando a 11ª posição no ranking em área territorial, limitando-se com Tarauacá ao norte; ao sul, com a república do Peru; ao leste, com Feijó e a oeste, com Marechal Thaumaturgo.

Possuindo mais de 9 mil habitantes, este município encontra-se na confluência do rio Tarauacá com o rio Jordão e uma de suas características mais importantes é a forte presença da população indígena de 4.115, pessoas quase todas integrantes da etnia Kaxinawá (Huni Kuin), segundo Censo Demográfico 2022. O município possui 8.723 hectares, constituídos por cinco Terras Indígenas, 23 aldeias e uma Unidade de Conservação e a Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, que correspondem a 39,8% aproximadamente de sua área total.

O principal bioma de Jordão é a Amazônia e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) desse município é de 0,469, o mais baixo do Estado.

A taxa de escolarização de Jordão, estimada e de 6 a 14 anos, é de 71,3%, mas, apesar de todo incentivo na educação o município apresenta uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade de 25,6% (Censo Demográfico 2010).

Sua economia baseia-se na pecuária, agricultura de subsistência e no extrativismo vegetal. Com praticamente toda sua cobertura florestal preservada. Em termo de participação no PIB do município Jordão ocupa a 21ª posição com 0,53% e em valore 113.975 mil reais. Em sua renda per capita o município ocupa a 19ª posição com um PIB de 13.210 reais. No Valor Adicionado sua participação se divide em: Agropecuária (19,6%), Indústria (2,2%), Serviços (12,5%) e Administração Pública (65,7%).

Localização	
Latitude	09° 26' 03" Sul
Longitude	71° 53' 02" Oeste
Altitude	270 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	-
Distância da capital em linha reta	462 k

Fonte: IBGE (2005)

Aspectos Geográficos	
Área	5.357,23 km ²
População	9.222 hab.
Densidade demográfica	1,72hab/km ²

Fonte: IBGE/cidades.ibge.gov.br. (2022)

Aspectos Sociais e Econômicos	
IDHM	0,469
PIB Municipal	113-975
PIB Per Capita	13.210

Fonte: IBGE/SEPLAN - DEEPI.

Áreas Especiais	
Unidade de Conservação (UC)	Reserva Extrativista do Alto Tarauacá (parte)
Terra Indígena (TI)	Alto Tarauacá (parte)
	Kaxinawá Ashaninka do Rio Brau (parte)
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão
	Kaxinawá do Rio Jordão
	Kaxinawá do Seringal Independência

6.2. Impacto

Em Jordão, o nível do Rio Jordão atingiu 9,55 metros em 2024, esse foi o primeiro ano que houve a leitura da cota do nível do rio no município representando 1,63 km² de área de inundação no perímetro urbano.

Conforme análise dos dados de endereços do censo do IBGE 2022, foram atingidas aproxi-

madamente 1.026 edificações na zona urbana, sendo classificadas como 09 domicílios coletivos, 711 residências particulares, 36 edificações em construção, 08 estabelecimentos de ensino, 08 estabelecimentos públicos de saúde, 204 estabelecimentos com diversas finalidades e 11 locais religiosos. Abaixo segue a macha da alagação neste município.

MAPA ZONA DE INUNDAÇÃO JORDÃO - 9,5 m



Para os fins pretendidos por este documento, focaremos nossa análise nos domicílios particulares atingidos. No município de Jordão, como já informado, foram atingidos 711 domicílios quando o rio atingiu sua cota máxima. Abaixo

segue tabela com o número de domicílios atingidos a começar pela cota de transbordamento, depois, informo a quantidade atingida a cada 50 centímetros. Dessa forma, é possível criar um grau de prioridade.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	JORDÃO	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	7,5	228
2	8	367
3	8,5	489
4	9	598
5	9,5	711
6	-	0
7	-	0
8	-	0
9	-	0

¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024; ²Cota de transbordamento

Além de terem sido atingidos oito estabelecimentos de saúde, especialmente a Unidade Mista Dr. Márcio Rogério Camargo e oito de educação, a delegacia da cidade também foi alagada. Na zona rural, conforme dados fornecidos pela SEAGRI, 300 produtores também foram atingidos, com suas plantações.

O município de Jordão sofreu a interrupção do serviço de abastecimento de água e danos no flutuante, em razão das cheias dos rios.

No tocante à questão indígena, o território do município do Jordão é um dos mais habitados por indígenas. Em 2024, foram atingidas 808 famílias e 4.524 indígenas neste município conforme tabela abaixo.

Figura 14 Resgate de uma bomba de captação no município de Jordão. Fonte: SANEACRE

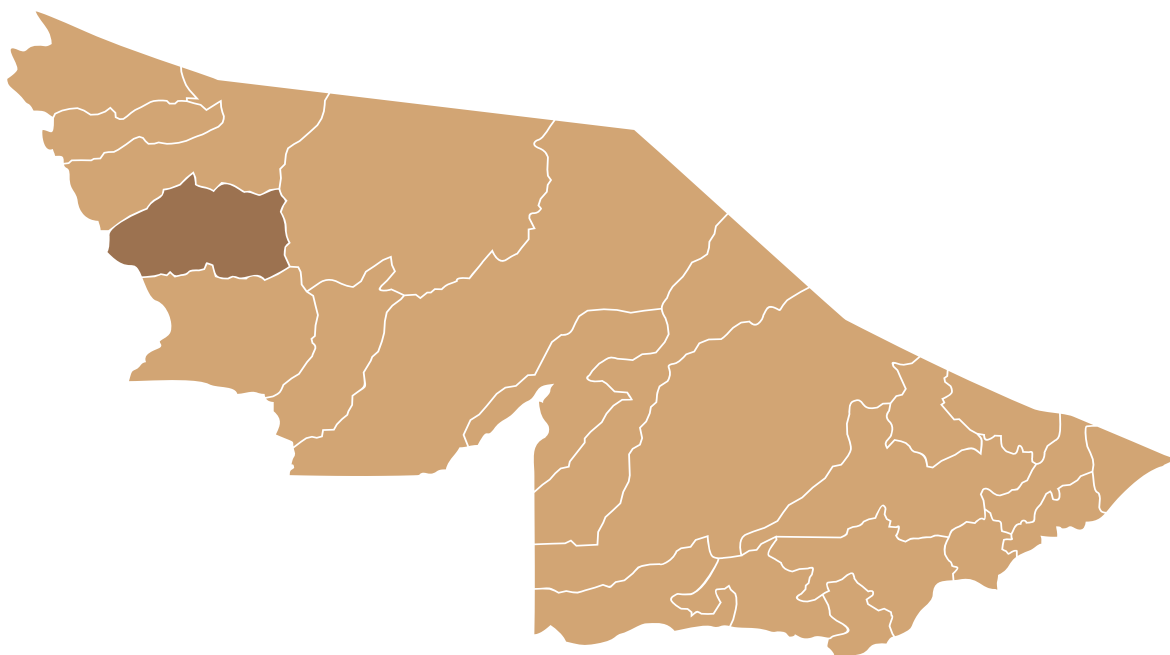


IMPACTO DAS CHEIAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS - JORDÃO					
TERRA INDÍGENA	ALDEIAS	TERRAS INDÍGENAS		CONTEXTO URBANO	
		NÚMERO DE FAMÍLIAS AFETADAS	POPULAÇÃO AFETADA (HABITANTES)	NÚMERO DE FAMÍLIAS AFETADAS	POPULAÇÃO AFETADA (HABITANTES)
Kaxinawa do Rio Jordão e Baixo Rio Jordão	Boa Vista	34	153	0	0
	Novo Coração	4	14	0	0
	Bela Vista	22	153	0	0
	Astro Luminoso	25	153	0	0
	Morada Nova	23	132	0	0
	Nova Empresa	10	54	0	0
	Nova Cachoeira	24	117	0	0
	Nova Extrema	21	104	0	0
	São Joaquim	30	170	0	0
	Novo Lugar	26	103	0	0
	Coração da Floresta	7	62	0	0
	Flor da Floresta	19	77	0	0
	Bom Futuro	12	82	0	0
	Verde Floresta	13	95	0	0
	Bom Jesus	19	90	0	0
	Xico Kurumim	17	112	0	0
	Bari	19	107	0	0
	Novo Natal	12	64	0	0
	Canafista	28	146	0	0
	Nova Aliança	35	207	0	0
	Nova Fortaleza	18	130	0	0
	Torre da Lua	17	96	0	0
	Sacado	24	129	0	0
	Três Fazendas	14	85	0	0
	Pão Sagrado	14	110	0	0
	Nova União	23	127	0	0
Boa Esperança	35	213	0	0	
Belo Monte	25	149	0	0	
Bondoso	10	64	0	0	
Novo Segredo	21	111	0	0	
Kaxinawa do Seringal Independência	Flor da Mata	24	95	0	0
	Independência	29	118	0	0
	Altamira	44	234	0	0
	Abrigos (3)	0	0	110	668
TOTAL		698	3.856	110	668

Fonte – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI

IMPACTO DAS CHEIAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS		
-	FAMÍLIAS INDÍGENAS AFETADAS	INDÍGENAS AFETADOS
TOTAL	808	4524

7. PORTO WALTER



7.1. Breve contextualização

O município de Porto Walter originou-se da antiga Vila Humaitá pertencente a Cruzeiro do Sul, seus primeiros habitantes eram, em sua maioria, povos indígenas, transformada em Município em 28 de abril de 1992, quando foi assinado o seu decreto de criação.

O nome do município foi dado em homenagem ao antigo morador do lugar, o senhor Walter de Carvalho, que exerceu a função de delegado de polícia por certo tempo. As tradições de seus habitantes originais podem ser apreciadas na culinária local, com pratos típicos elaborados a partir da mandioca.

Porto Walter situa-se às margens do rio Juruá na confluência com o rio Humaitá, na mesorregião Vale do Juruá e microrregião do Juruá. Possui uma particularidade, sendo as vias aérea e fluvial os únicos meios de acesso para se chegar ao município. Sua economia está baseada no extrativismo vegetal, principalmente do látex e da madeira, além da prática da agricultura de subsistência e da pecuária.

O município ocupa a décima oitava posição em população e ocupa o oitavo lugar em extensão territorial no Estado. Porto Walter limita-se ao norte com o município de Cruzeiro Sul; ao sul, com o município de Marechal Thaumaturgo; a leste, com o município de Tarauacá e a oeste, com a República do Peru.

O município tem apenas uma Terra Indígena, a Terra Indígena Arara/ Igarapé Humaitá. A terra indígena é habitada pelo povo Arara de tronco linguístico Pano, conforme o Acre em Números com aproximadamente 868 pessoas, distribuídas em seis comunidades, que estão localizadas a sudeste da sede do município, o acesso é feito por via fluvial pelo rio Juruá/Igarapé Humaitá. Já no que diz respeito aos Projetos do INCRA, o município possui cinco Projetos de Assentamento, sendo eles: PAE Cruzeiro do Vale, PAE Triunfo/Porongaba, PA Vitória, PDS Natal e PDS Minas, sendo o PAE Cruzeiro do Vale o mais populoso, com 270 famílias.

O município também possui parte de duas Unidades de Conservação, sendo o Parque Nacional da Serra do Divisor que é banhada pelo rio das Minas e pelo Juruá-Mirim, ambos afluentes da margem esquerda do Rio Juruá, e uma pequena parte da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.

Sua economia é majoritariamente influenciada pela agropecuária, que participa em 55% do Valor Adicionado (VA), ao passo que o setor da administração pública e serviço, participam em 30% e 11% respectivamente. O PIB do município no valor de R\$ 160.535 corresponde a 0,75 do PIB estadual e perfaz um PIB per capita de R\$ 12.845,86 e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,532, além de uma taxa de analfabetismo de 34%.

Localização	
Latitude	08° 16' 07" Sul
Longitude	72° 44' 38" Oeste
Altitude	207 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	146 km
Distância da capital por linha reta	574 km

Fonte: Atlas do Estado do Acre, 2008.

Aspectos Geográficos	
Área	6.446,39 km ²
População	10.735 hab.
Densidade demográfica	1,67 hab./km ²

Fonte: IBGE, 2022.

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de Analfabetismo ¹	34,9%
PIB Per-capita ²	R\$ 12.845,86
PIB Municipal ²	R\$ 160.535 (em R\$ 1.000)
IDHM ¹	0,532

Fonte: ¹IBGE, 2010; ²IBGE, 2021.

Áreas especiais	
Unidade de Conservação (UC) ¹	Parque Nacional da Serra do Divisor (parte)
	Reserva extrativista Riozinho da Liberdade (parte)
Projetos ²	PAE Cruzeiro do Vale
	PAE Triunfo/ Porongaba
	PA Vitória
	PDS Natal
	PDS Minas
Terras Indígenas (TI) ³	Terra Indígena Arara/Igarapé Humaitá

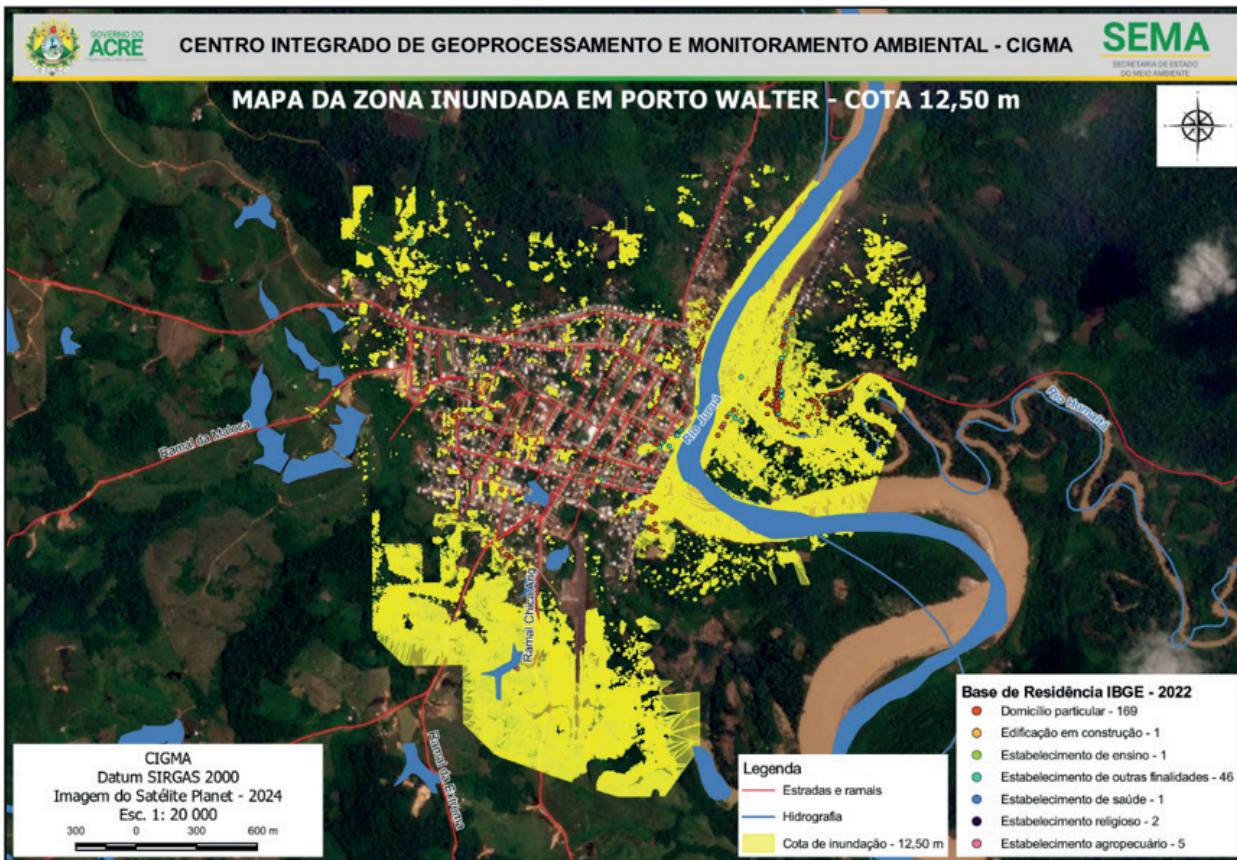
Fonte: ¹Atlas do Estado do Acre, 2008; ²INCRA, 2022; ³ ISO/ Acre em números, 2022.

7.2 Impacto

Em Porto Walter, o nível do Rio Juruá atingiu 12,31 metros em 2024, essa foi a sexta maior cota de inundação já registrada no município representando 1,80 km² de área de inundação no perímetro urbano.

Conforme análise dos dados de endereços do censo do IBGE 2022, foram atingidas aproximadamente 225 edificações na zona urbana, sendo classificadas como 169 domicílios

particulares, 01 edificação em construção, 01 estabelecimento de ensino, 01 estabelecimento de saúde, 46 estabelecimentos de outras finalidades, 05 estabelecimentos agropecuários e 02 estabelecimentos religiosos. Nesse sentido, segue abaixo o mapa da mancha da alagação no município de Porto Walter, elaborado com base na altimetria do município, isto é, na configuração da superfície terrestre e seus relevos.



Para os fins pretendidos por este documento, focaremos nossa análise nos domicílios particulares atingidos. No município de Jordão, como já informado, foram atingidos 169 domicílios quando o rio atingiu sua cota máxima. Abaixo

segue tabela com o número de domicílios atingidos a começar pela cota de transbordamento, depois, informo a quantidade atingida a cada 50 centímetros. Dessa forma, é possível criar um grau de prioridade.

DOMICÍLIOS ATINGIDOS PELA CHEIA ¹		
GRAU DE PRIORIDADE	PORTO WALTER	
	COTA	ATINGIDOS
1 ²	11	30
2	11,5	33
3	12	39
4	12,5	169

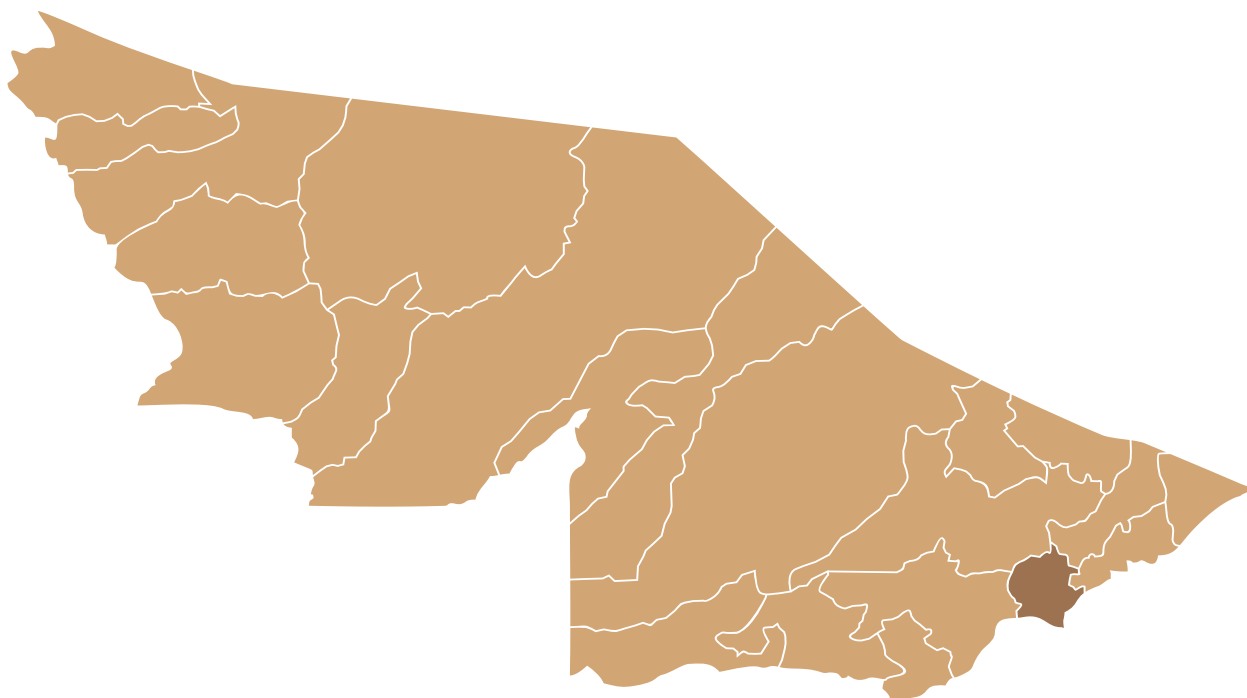
¹Fonte: CIGMA-SEMA, 2024; ²Cota de transbordamento

No tocante a produção agropecuária, conforme dados fornecidos pela SEAGRI, foram atingidos 120 produtores e suas plantações. E quanto à prestação do serviço de água, não houve interrupção, apesar do sistema des-

se município carecer melhoras em infraestrutura. Por fim, no tocante a situação dos povos originários, conforme dados repassados pela prefeitura dessa cidade, foram atingidas 8 famílias e 40 pessoas.

IMPACTO DAS CHEIAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS - PORTO WALTER		
-	FAMÍLIAS INDÍGENAS AFETADAS	INDÍGENAS AFETADOS
TOTAL	8	40

8. CAPIXABA



Capixaba formou-se a partir da antiga Vila Gavião, originária do Seringal Gavião. Gavião não apenas denominava um seringal, mas também um dos “campos nativos” desde os primeiros ciclos da borracha. No final do século XIX e início do século XX, esse campo desempenhou um papel fundamental, viabilizando o estabelecimento de uma rota comercial que trazia gado da Bolívia (da região do rio Beni), que era internado nesses locais e depois vendido para diversos seringais acreanos.

O nome Capixaba surgiu devido a uma família de imigrantes do Espírito Santo que chegou ao Acre na década de 1970 e instalou uma serraria na Vila Gavião. A partir dessa referência, as pessoas que queriam ir até a localidade a chamavam de Serraria Capixaba.

A localidade cresceu com a falência dos seringais nativos, passando a receber a população anteriormente ocupada com a extração do látex. Em 28 de abril de 1992, o Governador Edmundo Pinto assinou o decreto de criação do município, quando este foi desmembrado dos municípios de Rio Branco e Xapuri. Em 1º de janeiro de 1993,

os Poderes Executivo e Legislativo tomaram posse e o município foi implementado.

O município possui a décima sexta população do Estado e ocupa o vigésimo primeiro lugar em área. Sua economia é majoritariamente composta pela agropecuária (68%), Administração Pública (18%), serviços (10%) e indústria (2%). O Produto Interno Bruto (PIB) Municipal corresponde ao valor de R\$ 512.353 (em R\$ 1.000), representando 2,4% do PIB estadual, enquanto o PIB Per Capta é de R\$ 41.723,00. No aspecto social, o IDHM de Capixaba está em 0,575 e a taxa de analfabetismo em 21,7%.

O município de Capixaba apresenta seis projetos de assentamento, ocupando uma área de 37,7% do território. Entre eles destacam-se o Projeto de Assentamento Alcobrás, o Projeto de Assentamento São Gabriel e o Projeto de Assentamento Extrativista Remanso.

Por fim, também há a presença da Reserva Extrativista Chico Mendes, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, ocupando a parte oeste da área do município, cuja parte central encontra-se no município de Xapuri.

Localização	
Latitude	10° 34' 22" Sul
Longitude	67° 40' 32" Oeste
Altitude	210 metros (aprox.)
Distância da capital por rodovia	72 km
Distância da capital em linha reta	62 km

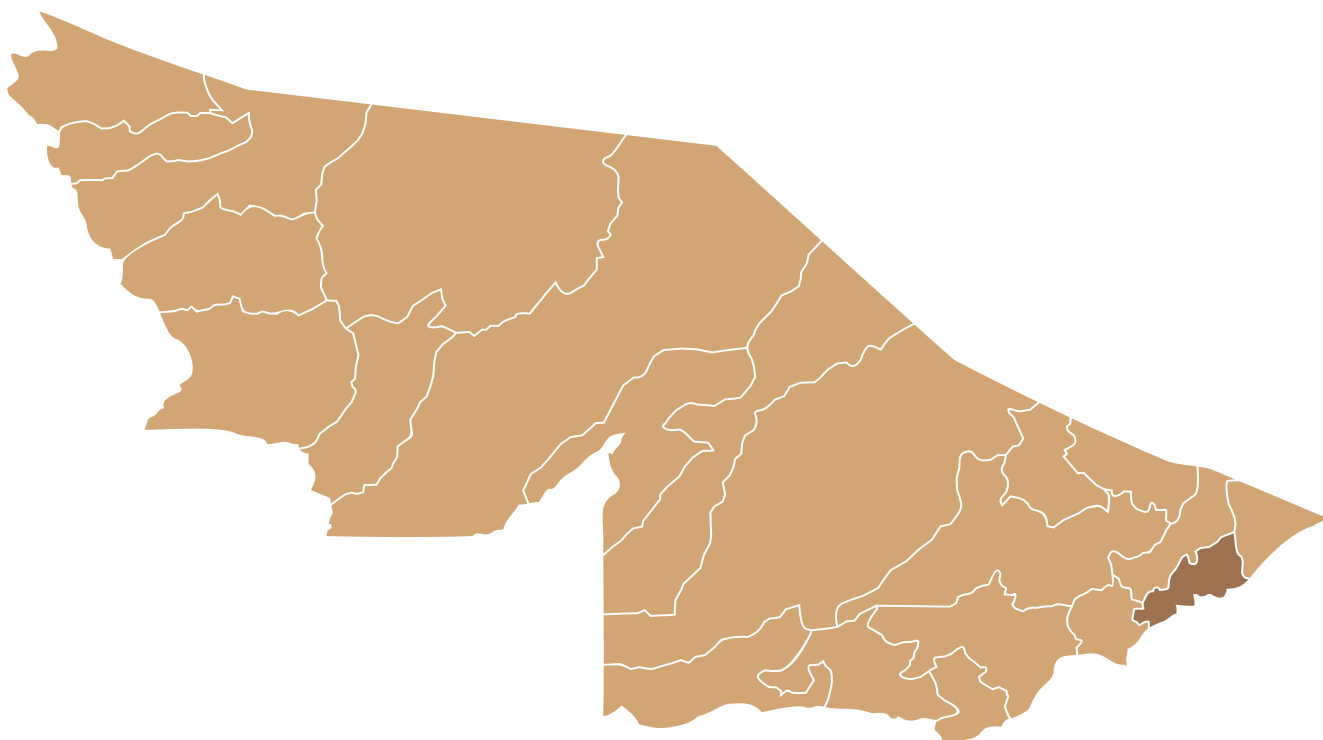
Aspectos Geográficos	
Área	1.697 km ²
População	8.446 hab
Densidade demográfica	4,97 hab/km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,575
PIB Municipal	R\$ 512.353 (em R\$ 1.000)
PIB Per Capta	R\$ 41.723,00
Taxa de analfabetismo	21,7

Fonte: IBGE 2022.

Áreas Especiais	
Unidade de Conservação (UC)	Reserva Extrativista Chico Mendes (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PDS Nova Promissão
	PA Zaqueu Machado
	PA Alcobrás
	PAE Remanso (parte)
	PA São Gabriel
	PA São Gabriel II
	PDS Campo Alegre
	PE Polo Agroflorestal de Capixaba

9. PLÁCIDO DE CASTRO



No início do século XX, após a Revolução Acreana, a região que hoje compreende o município de Plácido de Castro servia de refúgio para foragidos da lei. Durante o mandato de Plácido de Castro como Prefeito Departamental do Alto Acre (1906-1907), seus relatórios destacavam a necessidade de estabelecer um povoado para resolver essa situação.

O desenvolvimento da localidade ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, com a inauguração da rodovia AC-40, principal via que conecta Rio Branco, Quinari e Plácido de Castro. O município foi oficialmente fundado em 10 de março de 1963, onde anteriormente ficava a colocalção Pacatuba, do Seringal São Gabriel. O povoado prosperou devido à sua localização estratégica, onde as riquezas produzidas na região banhada pelo Rio Abunã, como borracha e castanha, eram comercializadas por meio de trocas de mercadorias.

Em 1922, o importante entreposto comercial foi nomeado em homenagem a Plácido de Castro, o herói da Revolução Acreana. A sede municipal está situada na fronteira internacional com a Bolívia, na mesorregião Vale do Acre e microrregião Baixo Acre. As atividades econômicas incluem agropecuária (53%), indústria (3%), serviços (17%) e administração pública (26%), sendo a agropecuária a

principal delas.

Plácido de Castro faz fronteira ao norte e noroeste com o município de Senador Guiomard, ao sul com a República da Bolívia, a leste com Acrelândia e a oeste com Capixaba. O município abriga o Parque Ecológico de Plácido de Castro, uma área de preservação municipal de 34 hectares, destinada a proteger os 113 gêneros de árvores catalogadas em seu interior. Em termos populacionais, Plácido de Castro ocupa a décima terceira posição no estado e o décimo nono lugar em extensão territorial.

No município, encontram-se dois Projetos de Assentamento: o PAD Peixoto e o PA Triunfo. O PAD Peixoto abrange parte do território municipal, compartilhando-o com Acrelândia, enquanto o PA Triunfo, conforme o INCRA (2022), pertence integralmente a Plácido de Castro e abriga 352 famílias. Não há terras indígenas no município, porém, segundo o “Acre em Números”, há 52 indígenas residindo em seu território.

Por fim, no aspecto socioeconômico, o município registra uma taxa de analfabetismo de 18,80%, um PIB per capita de R\$ 29.854,10, um Produto Bruto Interno (PBI) Municipal de R\$ 601.417, o PIB Per Capta em R\$ 29.854,10 e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,622.

Localização	
Latitude	10° 20' 07" Sul
Longitude	67° 11' 08" Oeste
Altitude	139 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	95 km
Distancia da capital por linha reta	80 km

Fonte: Atlas do Estado do Acre, 2008.

Aspectos Geográficos	
Área	1.952,56 km ²
População	16.560 hab.
Densidade demográfica	8,48 hab./ km ²

Fonte: IBGE, 2022.

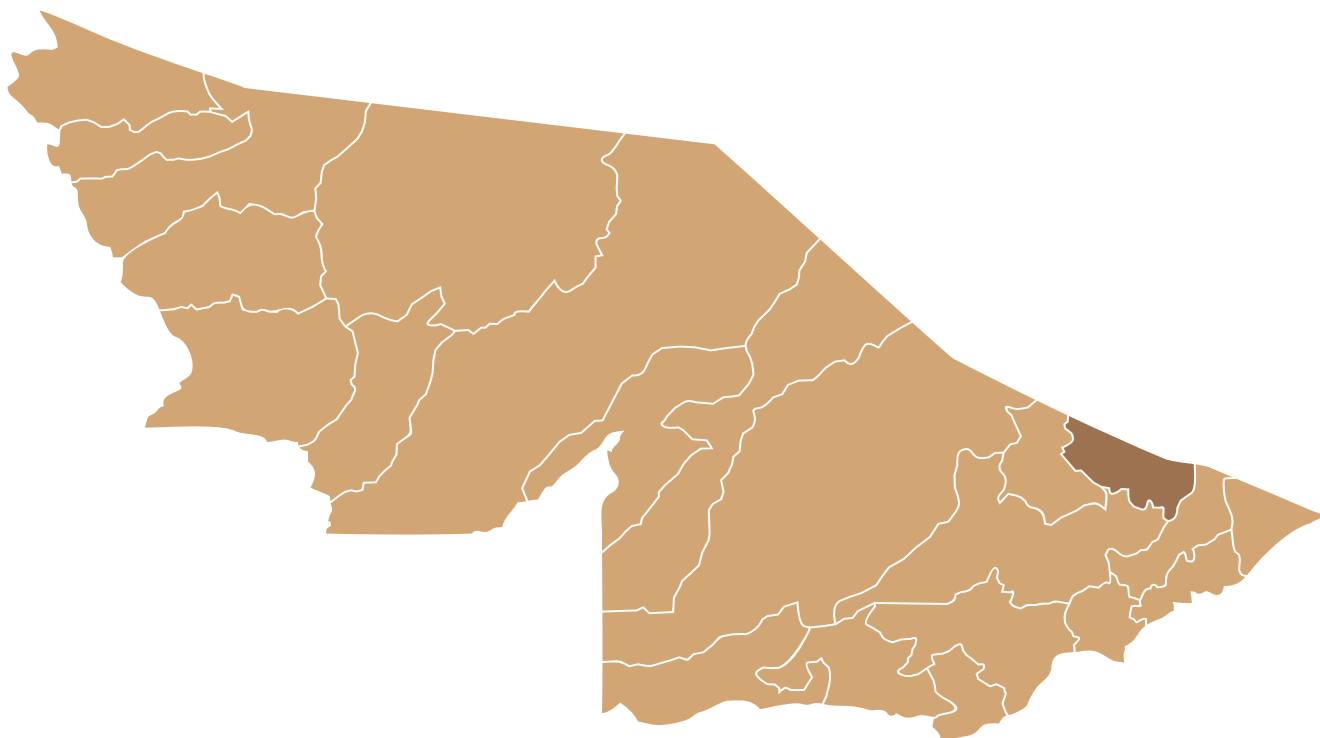
Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo ¹	18,80%
PIB Per-capta ²	R\$ 29.854,10
PIB Municipal ²	R\$ 601.471 (em R\$ 1.000)
IDHM ¹	0,622

Fonte: ¹ IBGE, 2010; ² IBGE, 2021.

Áreas Especiais	
Projeto de Assentamento	PA Triunfo
	PAD Peixoto (parte)

Fonte: INCRA, 2022.

10. PORTO ACRE



O município de Porto Acre desempenhou um papel central na Revolução Acreana, liderada por Plácido de Castro, que resultou na integração do Acre ao Brasil em 1903. Localizado às margens do Rio Acre, Porto Acre foi elevado à categoria de município em 28 de abril de 1992, iniciando suas atividades em 1º de janeiro de 1993. O acesso a este território pode ser realizado tanto por via fluvial quanto terrestre, através da rodovia AC-10, que corta a região.

No contexto estadual, Porto Acre ocupa o décimo segundo lugar em população e o décimo sétimo em extensão territorial. Pertencente à microrregião do Baixo Acre e à mesorregião do Vale do Acre, o município faz fronteira ao norte com o estado do Amazonas; ao sul, com os municípios de Bujari e Rio Branco; a leste, com Senador Guiomard; e a oeste, com o município de Bujari.

O território de Porto Acre não abriga terras indígenas e possui nove projetos de assentamento, ocupando uma área de 126,7 mil hectares, o que representa 44,1% da área total do município. Dentre esses projetos, destacam-se o PAD Humaitá e o PA Caquetá.

A economia de Porto Acre é predominantemente impulsionada pela agropecuária, responsável por 45% do valor adicionado (VA), enquanto os serviços e a administração pública contribuem com 16% e 32%, respectivamente. Com uma taxa de analfabetismo de 22% da população, Porto Acre registra um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,576, um Produto Interno Bruto (PIB) municipal de R\$ 471.315 (em mil reais), equivalente a 2% do PIB estadual, e um PIB per capita de R\$ 24.623.

Localização	
Latitude	09° 35' 18" Sul
Longitude	67° 31' 57" Oeste
Altitude	149 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	78 km
Distância da capital em linha reta	51 km

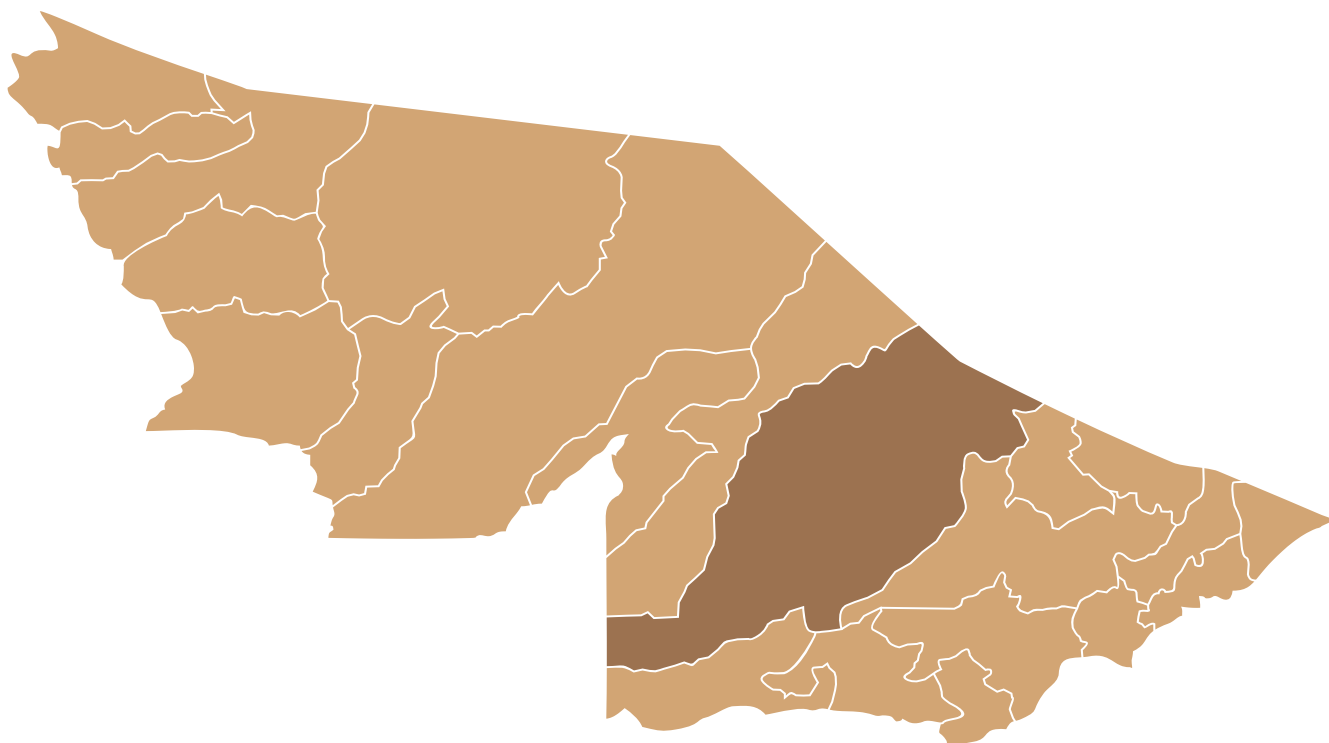
Aspectos Geográficos	
Área	2.609 km ²
População	13.716 hab
Densidade demográfica	5,25 hab/km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,576
PIB Municipal	R\$ 471.315 ¹
PIB Per Capta	R\$ 24.623 ²
Taxa de analfabetismo	22,2

Áreas Especiais	
Projeto de Assentamento (PA)	PA Caquetá
	PA Porto Acre
	PA Alonso (parte)
	PA Espinhara II (parte)
	PA Tocantins (parte)
	PAD Barreiro
	PAD Humaitá (parte)
	PDS Nova Esperança
	PE Polo Leiteiro de Porto Acre

¹(em R\$1000) ²(R\$ 1,00)

11. SENA MADUREIRA



No dia 25 de setembro de 1904, foi estabelecida a sede do município de Sena Madureira. Durante o auge do ciclo da borracha, a cidade recebeu investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, visando a melhoria de sua infraestrutura para acomodar os coronéis da borracha. Por um período, Sena Madureira foi politicamente a cidade mais importante do estado, em homenagem ao coronel do exército brasileiro que participou da Guerra do Paraguai: Antônio Sena Madureira.

Atualmente, o município está situado às margens do Rio Iaco, tendo como principais afluentes os rios Macauã e Caeté. Com uma população de 41.343 habitantes, Sena Madureira é o quarto município mais populoso do Acre e o terceiro em extensão territorial. Ele representa o polo econômico da região Alto Purus e mantém uma forte conexão com a capital, Rio Branco, através da rodovia BR 364, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias.

A administração pública é o setor econômico predominante, com 44,7% de participação no Valor Adicionado do município, seguido pelo setor agropecuário, com 29%.

Sena Madureira faz fronteira ao norte com o estado do Amazonas; ao sul, com o município de Assis Brasil; a leste, com os municípios de Bujari, Rio

Branco, Xapuri e Brasiléia; a oeste com o município de Manuel Urbano e a sudoeste, com a República do Peru. Pertencente à Mesorregião Vale do Acre, Sena Madureira está localizado na Regional Purus.

O município abriga três terras indígenas: Mamoate (parte), Jaminawa do Rio Caeté e Jaminawa do Rio Guajará. O acesso a essas terras é feito principalmente pelo Rio Iaco, a partir da cidade de Sena Madureira. A população indígena total do município é de 1.681 pessoas, representando 4,07% da população residente.

Existem diversos projetos de assentamento em Sena Madureira, totalizando 2.257 famílias assentadas, de acordo com dados do Incra (2023).

O município abriga importantes unidades de conservação, como a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e a Floresta Nacional do Macauã, contribuindo para a preservação ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais da região.

Em termos de desenvolvimento humano, Sena Madureira apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,603 e uma taxa de analfabetismo de 24,1% para a população com 15 anos ou mais. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 748.094.000,00, com um PIB per capita de R\$ 15.860,00, posicionando-se em 16º lugar entre os municípios do Acre.

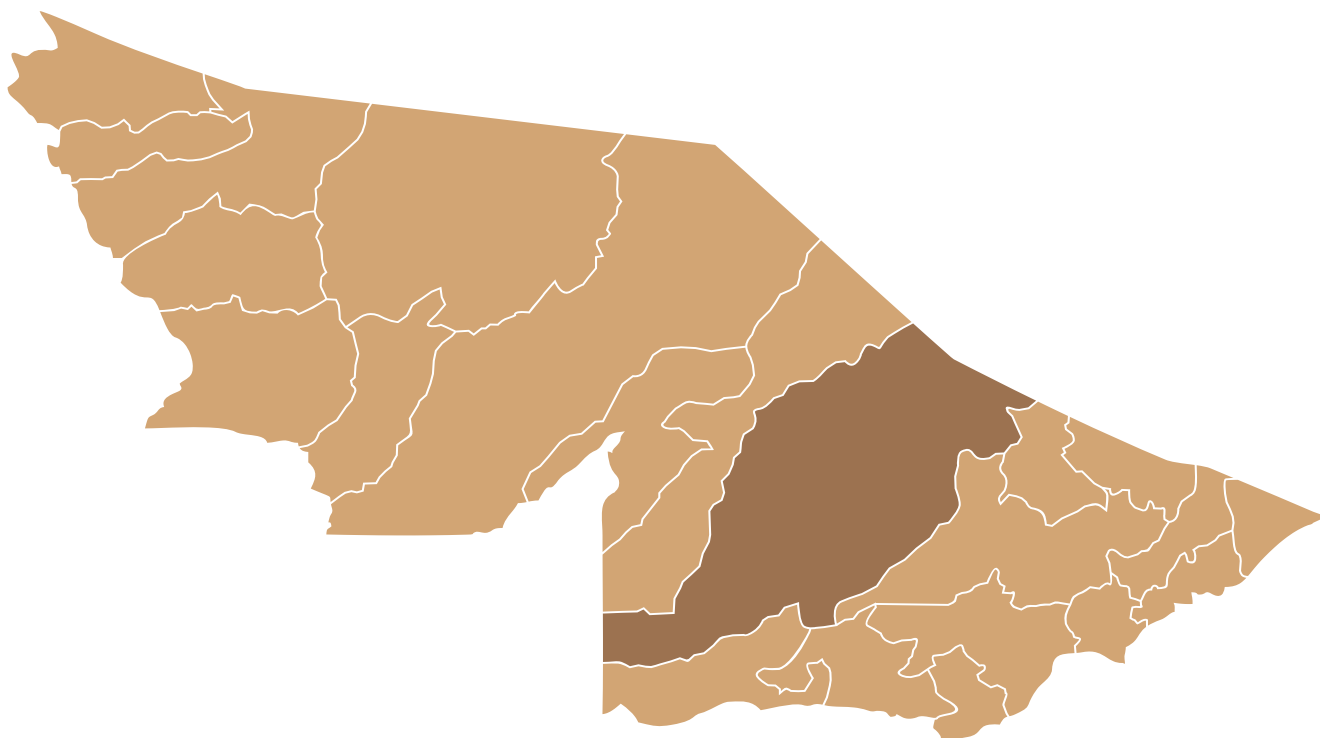
Localização	
Latitude	09° 03' 56" Sul
Longitude	68° 39' 25" Oeste
Altitude	137 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	145 km
Distância da capital em linha reta	136 km

Aspectos Geográficos	
Área	23.759,512 km ²
População	41.343 habitantes
Densidade demográfica	1,74 habitante por km ²

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo	24,1
IDHM	0,603
PIB per capita	R\$ 15.860,00
PIB municipal	R\$ 748.094.000,00

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Floresta Nacional do Macauã
	Floresta Nacional do São Francisco
	Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
	Floresta Estadual do Antimary (parte)
	Parque Estadual Chandless (parte)
	Reserva Extrativista Chico Mendes (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PA Oriente
	PAE Riozinho
	PA Wilson Lopes
	PA Uirapuru
	PA Geraldo Fernandes
	PAF Providência Capital
	PA João Batista
	PA Joaquim De Matos
	PAF Valencia
	PAD Boa Esperança
PA Favo De Mel	
Terra indígena (TI)	Jaminawa do Guajará
	Jaminawa do Rio Caeté
	Mamoadate (parte)

12. MANOEL URBANO



No dia 14 de maio de 1976, a localidade foi desmembrada do município de Sena Madureira e ascendeu ao status de município. Manoel Urbano encontra-se às margens esquerdas do Rio Purus, sua principal via fluvial. O acesso também é possível por terra, através da BR 364, e por via aérea, destinada apenas a aeronaves de pequeno porte.

Atualmente, Manoel Urbano é o 17º município mais populoso do Acre, cobrindo uma vasta extensão territorial, classificando-se em quarto lugar nesse aspecto. A administração pública é o setor econômico preponderante, detendo 42,7% de participação, seguido pelo setor Agropecuário, com 31,7% de contribuição para o Valor Adicionado do município.

Manoel Urbano está inserido na Mesorregião Vale do Acre, integrando a Regional Purus. Suas fronteiras delimitam-se ao norte com o estado do Amazonas; ao sul e leste, com o município de Sena Madureira; a oeste, com o município de Santa Rosa do Purus; ao noroeste, com o município de Feijó; e ao sudoeste, com a República do Peru.

Adicionalmente, em Manoel Urbano está localizada a Terra Indígena Alto Purus, habitada pelos povos Huni Kui, Kulina e Yaminawá, abarcando 11,3% das terras do município. O acesso a essa área se dá pelo Rio Purus, na cidade de Manoel Urbano. A população indígena total do município soma 962 pessoas,

equivalente a 8,02% do total da população residente.

Os projetos de assentamento presentes no município compreendem o Projeto de Assentamento Rápido Aleluia, Projeto de Assentamento Liberdade, PA Castelo, PA Nazaré e PA Santarém, sendo este último criado em 2014, com 42 famílias residentes. Segundo dados do Incra (2023), o município totaliza 781 famílias assentadas.

A unidade de conservação Parque Estadual Chandless, criada em 2004, abrange 695.303 hectares, com grande parte de sua área localizada em Manoel Urbano. O Parque é habitat de formações florestais com abundância de bambu, também conhecidas como tabocais, onde habitam diversas espécies de aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes.

O acesso ao Parque é feito pelo rio Chandless, formando um corredor ecológico que engloba as Terras Indígenas vizinhas, a Reserva Extrativista Cazumbá Iracema, a Floresta Nacional do Macauã, a faixa de fronteira e outras Unidades de Conservação situadas no Peru.

Manoel Urbano ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,501, com uma taxa de analfabetismo de 31,6% entre a população com 15 anos ou mais. O Produto Interno Bruto (PIB) do município totaliza R\$ 184.904.000,00, com um PIB per capita de R\$ 19.060,27, posicionando-o em 12º lugar em relação aos demais municípios do Acre.

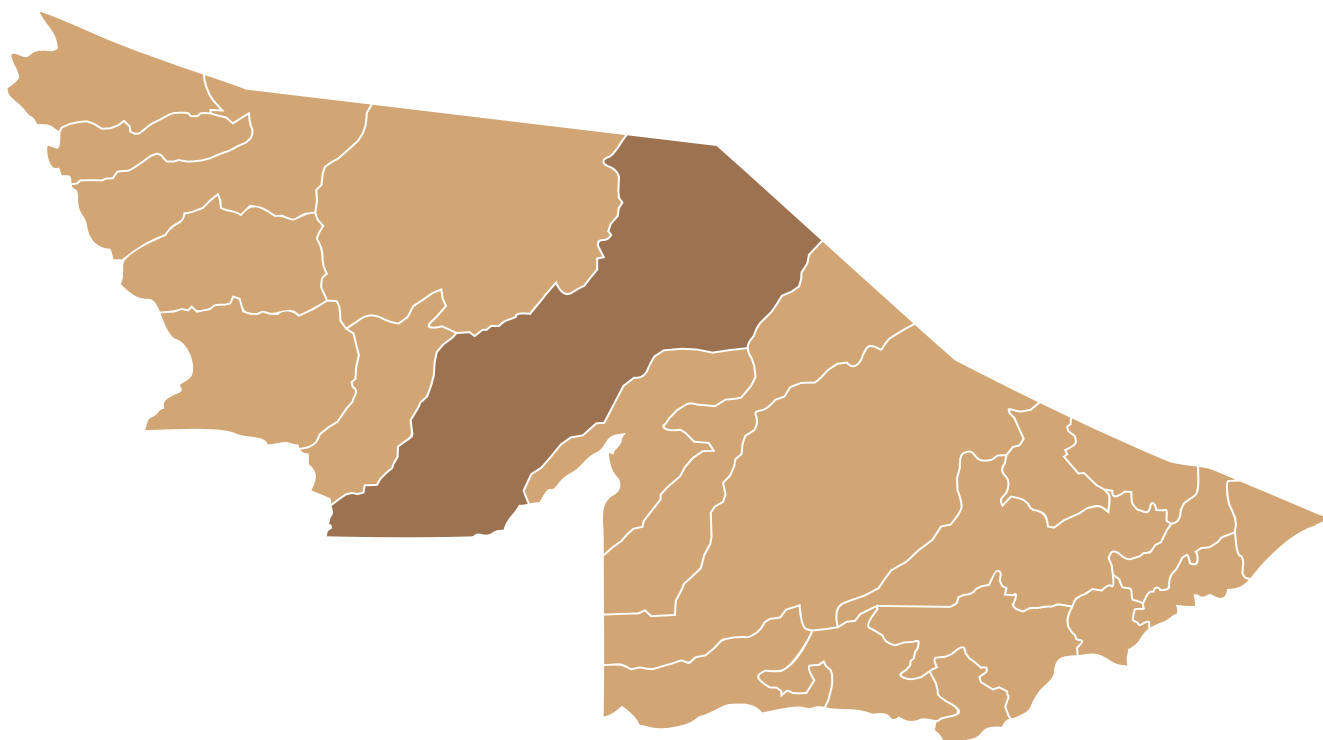
Localização	
Latitude	08° 50' 20" Sul
Longitude	69° 15' 35" Oeste
Altitude	162 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	215 km
Distância da capital em linha reta	202 km

Aspectos Geográficos	
Área	10.630,600 km ²
População	11.996 habitantes
Densidade demográfica	1,13 habitante por km ²

Aspectos Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo	31,6
IDHM	0,501
PIB per capita	R\$19.060,27
PIB municipal	R\$184.904.000,00

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Parque Estadual do Chandless (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PAR Aleluia
	PA Nazaré
	PA Liberdade
	PA Castelo
	PA Santarém
Terra indígena (TI)	Alto Rio Purus (parte)

13. FEIJÓ



O município de Feijó alcançou sua autonomia política por meio do Decreto nº 968, datado de 21 de dezembro de 1938, assinado pelo governador Epaminondas de Oliveira Martins (embora a data no brasão seja 1939). Sua sede municipal está localizada às margens do rio Envira.

Com a quinta maior população do Estado e a maior extensão territorial, Feijó é acessível pela BR 364. Pertencente à microrregião de Tarauacá/Envira e à mesorregião do vale do Juruá, o município faz divisa ao norte com o estado do Amazonas; ao sul, com o Peru; a leste, com os municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano; e a oeste, com os municípios de Tarauacá e Jordão.

A economia de Feijó é predominantemente influenciada pela Administração pública, que contribui com 45% do valor adicionado. Por outro lado, a agropecuária e os serviços, participam com 31% e

18%, respectivamente. O PIB deste município é de R\$ 567.040 (em milhares de reais) e o PIB per capita é de R\$ 16.208.

Em relação à questão indígena, Feijó se destaca por abrigar o maior número de terras indígenas do Estado, totalizando 10, que ocupam pouco mais de 30% da área do município e abrigam uma população de aproximadamente 1.589 pessoas em 30 aldeias. A maior parte dessas terras está localizada a sudoeste do município, nas cabeceiras do rio Envira. Na fronteira com o Peru, também habitam índios isolados, não contatados pelo homem.

Além disso, o município possui cinco projetos de assentamento, dos quais se destacam: Amena, Envira, Envira II, Berlim Recreio e o Polo Agroflorestal de Feijó, onde residem um total de 707 famílias. Também há uma unidade de conservação, a Floresta Nacional Santa Rosa do Purus (parte).

Localização	
Latitude	08° 09' 51" Sul
Longitude	70° 21' 13" Oeste
Altitude	164 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	366 km
Distância da capital em linha reta	343 km

Aspectos Geográficos	
Área	27.964 km ²
População	35.426 hab
Densidade demográfica	1,27 hab/km ²

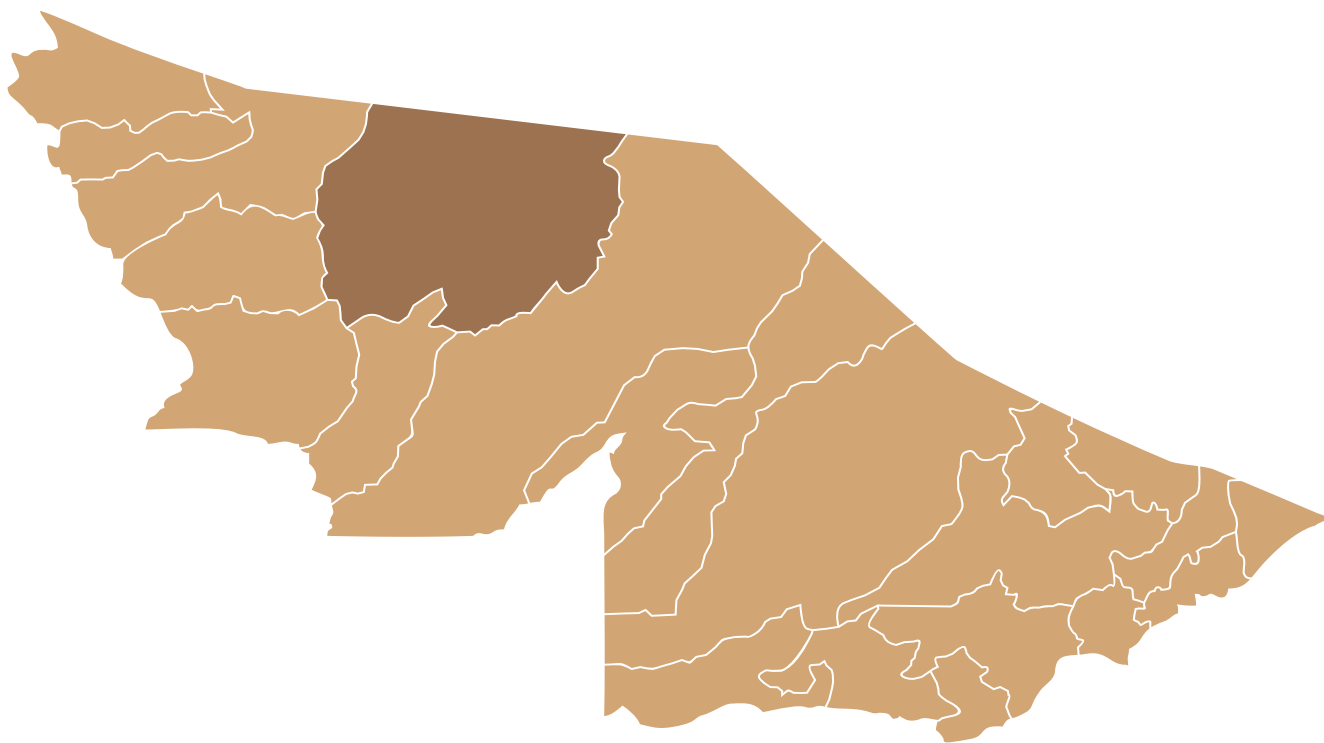
Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,539
PIB Municipal	R\$ 567,040
PIB Per Capta	R\$ 16.208,00
Taxa de analfabetismo	36,8

¹(em R\$1000)

²(R\$ 1,00)

Áreas Especiais	
Unidade de Conservação (UC)	Floresta Nacional Santa Rosa do Purus (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PA Amena
	PA Berlim Recreio
	PA Envira
	PA Envira II
	PE Polo Agroflorestal de Feijó
Terra Indígena (TI)	Alta Tarauacá (parte)
	Jaminauá/Envira
	Kampa e Isolados do Rio Envira
	Katukina/Kaxinawá
	Kaxinawá do Rio Humaitá
	Kaxinawá do Seringal Curralinho
	Kaxinawá Nova Olinda
	Kulina do Igarapé do Pau
	Kulina do Rio Envira
Riozinho do Alto Envira/Xinane (parte)	

14. TARAUCÁ



O município de Tarauacá teve sua origem no seringal Foz do Murú, estabelecido na confluência dos rios Tarauacá e Murú. Em 1907, o povoado foi elevado à condição de vila e denominado Seabra, em homenagem ao Ministro da Justiça e Interior da época. Em 1 de outubro de 1912, recebeu status de município e adotou o nome atual, em reverência ao rio que atravessa a localidade.

Tarauacá está conectada à BR-364, principal via de acesso à cidade, e possui a terceira maior população do Estado, ocupando também o terceiro lugar em extensão territorial. Localizada na mesorregião Vale do Juruá e microrregião de Tarauacá, faz divisa ao norte com o estado do Amazonas; ao sul, com o município de Jordão; a leste, com Feijó; a oeste, com Cruzeiro do Sul e Porto Walter; e ao sudoeste, com Marechal Thaumaturgo.

Conhecida como a “terra do abacaxi gigante”, Tarauacá destaca-se pela produção de frutos que podem atingir até 15 quilos. Apesar disso, as principais atividades econômicas são a agropecuária (52%) e administração pública (23%), com predomí-

nio do setor agropecuário. Possui um Produto Interno Bruto (PIB) Municipal no valor de R\$ 711.884 (em R\$ 1.000), um PIB Per Capta de R\$ 16.279,99, Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,539 e uma Taxa de analfabetismo de 32% da população.

Tarauacá é o segundo município acreano em concentração de Terras Indígenas, contando com oito áreas indígenas divididas em trinta comunidades, abrigando cerca de 3.775 pessoas indígenas. O acesso a essas terras é feito pela BR-364 e pelo rio Tarauacá.

Em relação aos projetos de assentamento, Tarauacá possui quatro, destacando-se o PA Novo Destino, com 275 famílias assentadas, seguido pelo PA Tarauacá, com 271 famílias, PA Taquari, com 94 famílias, e PDS Sete Lagoas, com 28 famílias, todos localizados às margens da BR-364.

Quanto às Unidades de Conservação, Tarauacá possui cinco criadas com o objetivo de regularizar a situação fundiária, proteger a floresta do desmatamento e preservar a população em seus locais de moradia, além de coibir atividades predatórias ou ilegais nesta região influenciada pela BR-364.

Localização	
Latitude	08° 09' 41" Sul
Longitude	70° 45' 56" Oeste
Altitude	193 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	400 km
Distância da capital por linha reta	381 km

Fonte: Atlas do Estado do Acre, 2008.

Aspectos Geográficos	
Área	20.169,49 km ²
População	43.467 hab.
Densidade demográfica	2,16 hab./ km ²

Fonte: IBGE, 2022.

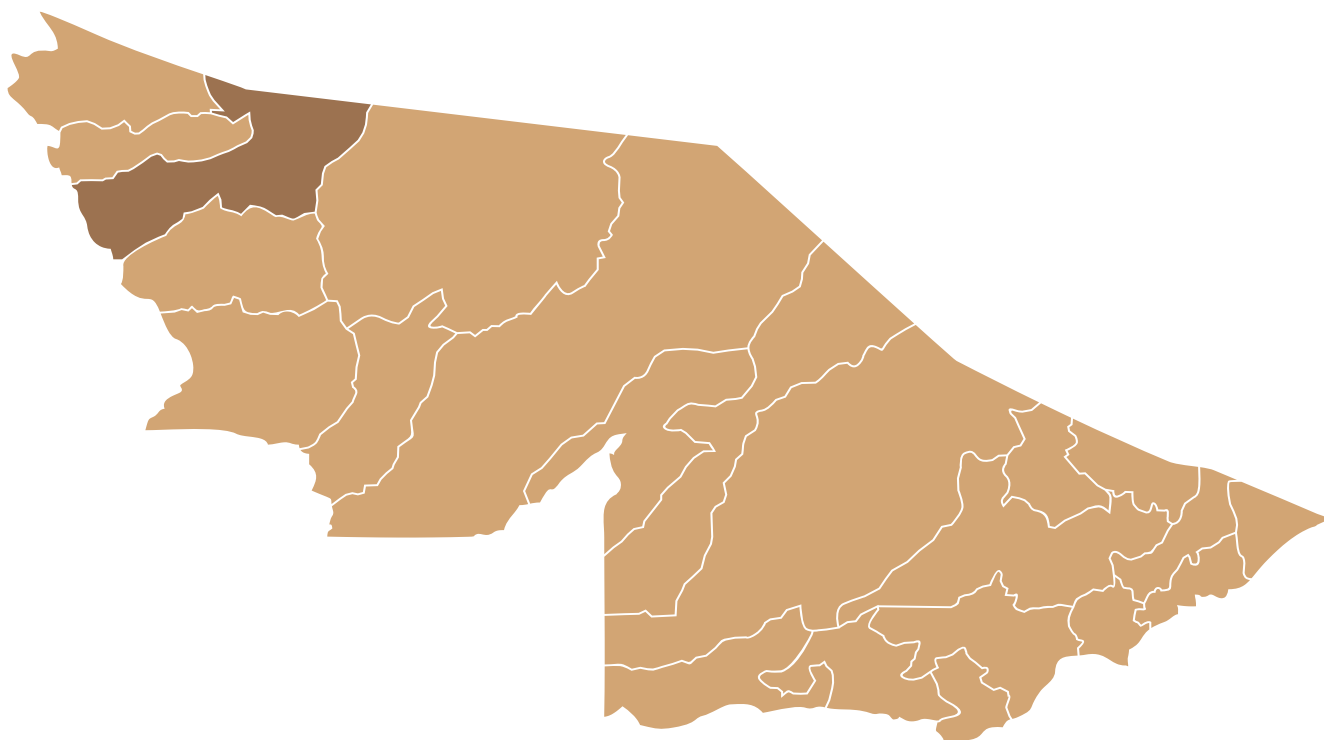
Dados Socioeconômicos	
Taxa de Analfabetismo ¹	32,1%
PIB Per-capta ¹	R\$ 16.279,99
PIB Municipal ²	R\$ 711.884
IDHM ¹	0,539

Fonte: ¹IBGE, 2010; ²IBGE, 2021.

Áreas Especiais	
Unidade de Conservação (UC) ¹	Reserva Extrativista do Alto Tarauacá
	Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade
	Floresta Estadual do Rio Gregório
	Floresta Estadual do Rio Liberdade (parte)
	Floresta Estadual do Mogno (parte)
Projeto de Assentamento ²	PA Tarauacá
	PA Taquari
	PA Novo Destino
	PDS Sete Lagoas
Terras Indígenas (TI) ³	Terra Indígena Rio Gregório
	Terra Indígena Campinas/Katukina
	Terra Indígena Arara/Igarapé Humaitá
	Terra Indígena Jaminawa/Arara do Rio Bagé
	Terra Indígena Kaxinawa Praia do Carapanã
	Terra Indígena Kaxinawa da colônia vinte e sete
	Terra Indígena Igarapé do Caucho
Terra Indígena Kampa do Igarapé Primavera	

Fonte: ¹Atlas do Estado do Acre, 2008; ²INCRA, 2022; ³ ISO/ Acre em números, 2022.

15. CRUZEIRO DO SUL



A cidade foi fundada pelo General Thaumaturgo de Azevedo, como capital do departamento do Alto Juruá. Inicialmente, ocupou o lugar chamado de Invencível. A sede atual deste município foi estabelecida posteriormente em 28 de setembro de 1904, na margem esquerda do Rio Juruá, após a desapropriação do seringal Centro-Brasileiro. Seu nome faz referência à constelação do Cruzeiro do Sul.

É o 2º município mais populoso do Acre e o 6º em extensão territorial. Faz fronteira ao Norte com o Estado do Amazonas; ao Sul, com o município de Porto Walter; ao Leste, com o Município de Tarauacá; e ao Oeste, com os municípios de Rodrigues Alves, Mâncio Lima e a República do Peru. Está localizado na Mesorregião do Vale do Juruá. O território do Município é cortado principalmente pelo Rio Juruá, através do qual se co-

necta ao Estado do Amazonas. Pela via terrestre, é atravessado pela BR-364, que o liga à Capital Rio Branco.

O município tem duas terras indígenas: Jaminawa do Igarapé Preto, Campinas/Katukina; sete projetos de assentamento: PA Narciso Assunção, PAD Santa Luzia, PA Uruberatama, PAE Mundurucus, PDS Croa, PA Miritizal, PDS Jamil Jereissati, PA Pedro Firmino, PAF Recanto; e três unidades de conservação: Parque Nacional da Serra do Divisor (parte); Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (parte); Floresta Estadual do Mogno (parte).

Quanto aos indicadores socioeconômicos, o município possui um PIB de R\$ 2.058.630 (em mil reais) e um PIB per capita de R\$ 22.934,82. O IDHM do município é 0,664 e, na educação, a taxa de analfabetismo é de 18,7%.

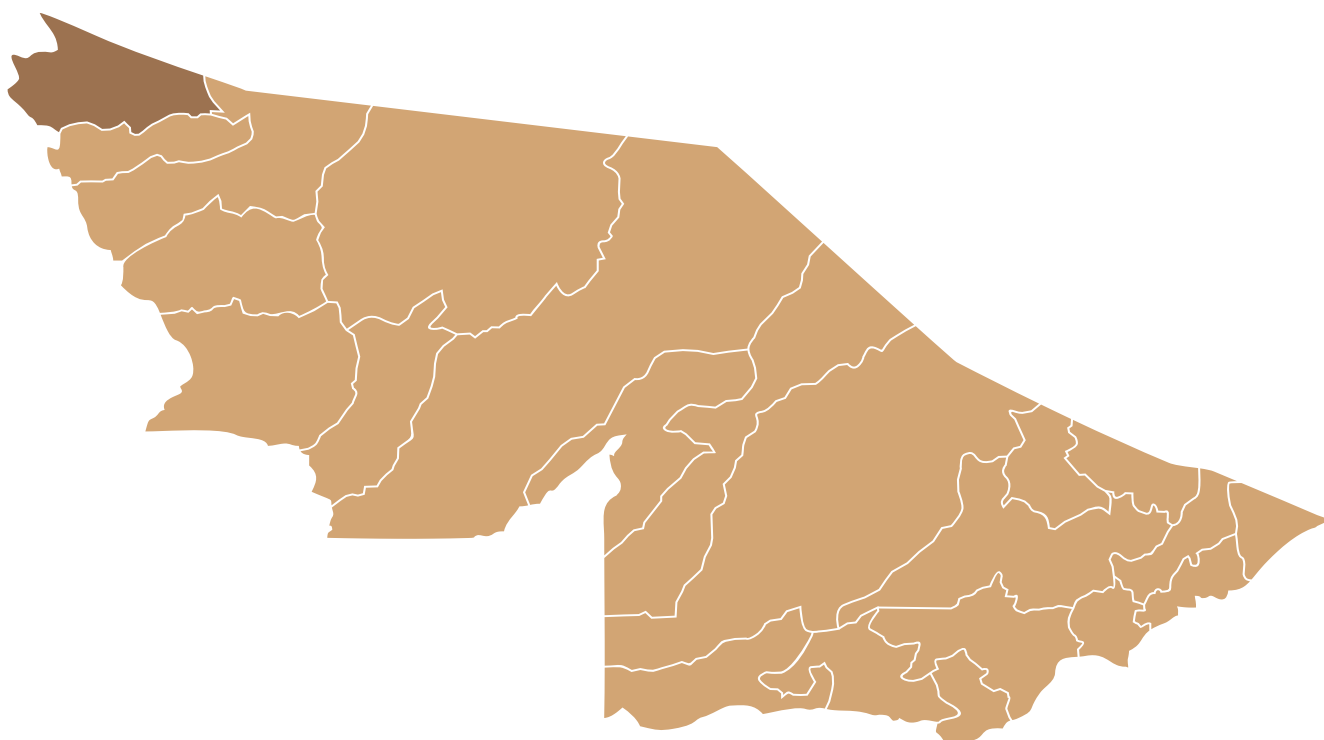
Localização	
Latitude	7° 37' 52" Sul
Longitude	72° 40' 12" Oeste
Altura	194 m (aprox.)
Distância da Capital em Rodovia	648 km
Distância da Capital em Linha Reta	593 km

Aspectos Geográficos	
Área	8.816 km ²
População	91.888 pessoas
Densidade demográfica	10,46 pessoas por km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,664
PIB Per Capta	R\$ 22.934,82
PIB Municipal	R\$ 2.058.630 (em mil reais)
Taxa de analfabetismo	18,7

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Parque Nacional da Serra do Divisor (Parte) Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (parte) Floresta Estadual do Mogno (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PA Narciso Assunção PAD Santa Luzia PA URUBERATAMA PAE MUNDUCURUS PDS CROA PA MIRITIZAL PDS Jamil Jereissati PA Pedro Firmino PAF Recanto
Terra Indígena (TI)	Jaminawa do Igarapé Preto Campinas/Katukina

16. MÂNCIO LIMA



Mâncio Lima situa-se às margens do rio Moa e teve origem no povoado Japiim, nome em referência a uma ave que se aninha nos buritizais da região. Esse povoado estava localizado dentro do Seringal Barão, de propriedade do Coronel Mâncio Lima. Em 1913, foi elevado à categoria de vila e, em 1º de março de 1963, tornou-se município, adquirindo autonomia política em 14 de maio de 1976. O nome atual da localidade homenageia seu fundador, o Coronel Mâncio Lima, uma das principais lideranças políticas do Juruá e líder da Revolta Autonomista ocorrida em Cruzeiro do Sul, em 1910.

A cidade ocupa a 8ª posição no ranking de população do Estado e a 10ª em extensão territorial. Faz fronteira ao norte com o estado do Amazonas; ao Sul e Oeste com a República do Peru; ao Leste

com o município de Rodrigues Alves e ao Noroeste com Cruzeiro do Sul. Está localizada na mesorregião do Juruá e na microrregião de Cruzeiro do Sul. O território do município é cortado pelo Rio Moa e pela BR-364.

Existem duas terras indígenas no território: TI Poyanawa e TI Nukini; três projetos de assentamento: PDS São Salvador, PA São Domingos, PDS Tonico Sena, PAF Havaí; além de duas Unidades de Conservação: Parque Nacional Serra do Divisor e ARIE Japiim-Pentecoste.

Quanto aos indicadores socioeconômicos, o PIB do município é de R\$ 269.204,80 (em mil reais) e o PIB per capita é de R\$ 13.704,87. O IDHM do município é 0,551 e na educação a taxa de analfabetismo é de 18,7%.

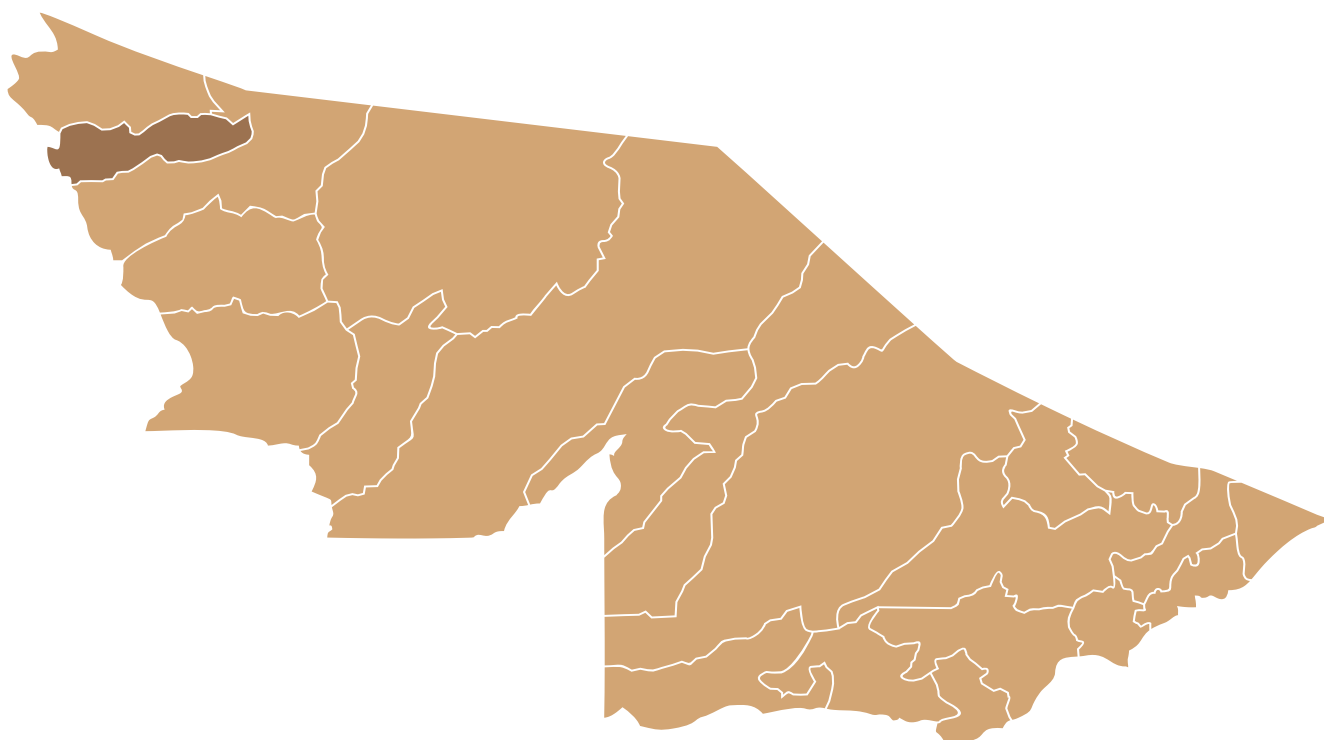
Localização	
Latitude	07° 36' 51" Sul
Longitude	72° 53' 45" Oeste
Altura	196 m (aprox.)
Distância da Capital em Rodovia	698 km
Distância da Capital em Linha Reta	617 km

Aspectos Geográficos	
Área	5.451,617 km ²
População	19.294 pessoas
Densidade demográfica	3,54 pessoas por Km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,551
PIB Municipal	269.204,80
PIB Per Capta	13.704,87
Taxa de analfabetismo	18,7

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Parque Nacional da Serra do Divisor; ARIE Japiim-Pentescoste.
Projeto de Assentamento (PA)	PDS São Salvador; PA São Domingos; PDS Tonico Sena; PAF Havaí.
Terra Indígena (TI)	Terra indígenas Poyanawa; Terra indígenas Nukini.

17. RODRIGUES ALVES



O município de Rodrigues Alves situa-se na margem esquerda do rio Juruá, e originou-se nas terras do antigo Seringal Buritizal, que posteriormente mudou de nome para Florianópolis. Por volta de 1940, transformou-se na “Colônia Rodrigues Alves” e em 1960, tornou-se uma Vila de Cruzeiro do Sul. A vila recebeu esse nome em homenagem ao ex-presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves, que enviou o Barão de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores para resolver a Questão do Acre, com a Bolívia e o Peru.

Em 28 de abril de 1992, o município de Rodrigues Alves foi desmembrado de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. O decreto de criação foi assinado pelo governador Edmundo Pinto e sua implementação ocorreu com a posse dos poderes Executivo e Legislativo em 1º de janeiro de 1993.

Rodrigues Alves limita-se ao norte com o município de Mâncio Lima; a leste e ao sul, com

o município de Cruzeiro do Sul e a oeste, com a República do Peru.

Sua economia é composta por serviços (54%), administração pública (31%), indústria (9%) e agropecuária (4%). O Produto Interno Bruto (PIB) Municipal corresponde ao montante de R\$ 255.649 (em R\$ 1.000) e o PIB Per Capita é de R\$ 12.933. Quanto à dimensão social, o IDHM de Rodrigues Alves está em 0,567 e a taxa de analfabetismo em 31,6%.

Rodrigues Alves conta com quatorze projetos de assentamento, dos quais destacam-se o Projeto de Assentamento Paraná dos Mouras, com 368 famílias, e o Projeto de Assentamento São Pedro, com 302 famílias. Além dos projetos de assentamento, há o relevante Parque Nacional da Serra do Divisor – PNSD, que se trata de uma unidade de conservação de proteção integral que não permite moradias em seu interior.

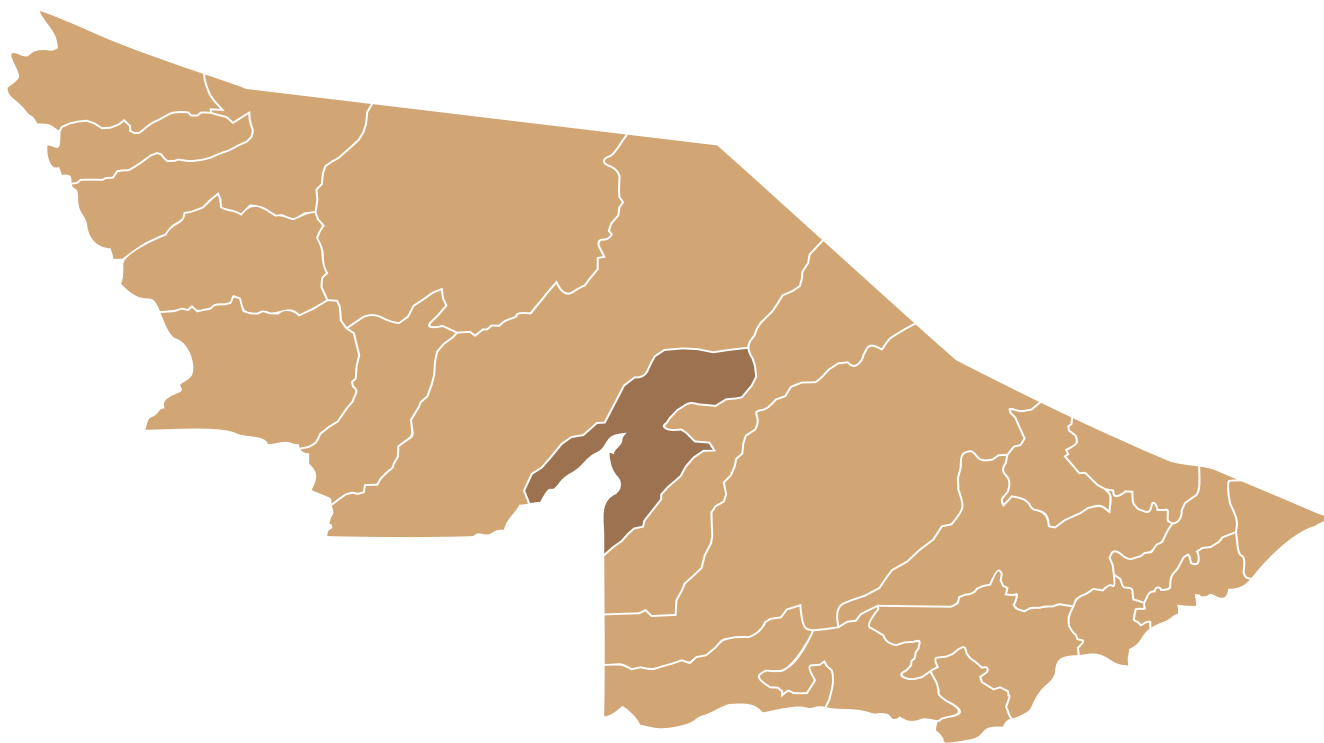
Localização	
Latitude	07° 44' 30" Sul
Longitude	72° 38' 10" Oeste
Altitude	185 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	16 km
Distância da capital em linha reta	586 km

Aspectos Geográficos	
Área	3.078 km ²
População	14.938 hab
Densidade demográfica	4,86 hab/km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,567
PIB Municipal	R\$ 255.649 (em R\$ 1.000)
PIB Per Capta	R\$ 12.933
Taxa de analfabetismo	31,6

Áreas Especiais	
Unidade de Conservação (UC)	Parque Nacional da Serra do Divisor (parte)
Projeto de Assentamento (PA)	PA Arco-Íris
	PA Lucatan
	PA Nova Cintra (parte)
	PA Paraná dos Mouras
	PA Pavão
	PA Porfírio Ponciano
	PA São Pedro
	PA Treze de Maio
	PA Alberto Santiago
	PA João Ademir (parte)
	PA Havaí (parte)
	PA Francisco Pimentel
	PE Polo Agroflorestal de Cruzeiro do Sul (parte)
	PE Polo Agroflorestal de Mâncio Lima (parte)

18. SANTA ROSA DO PURUS



O município situa-se na margem direita do rio Purus e foi desmembrado de Manuel Urbano quando se transformou em município em 28 de abril de 1992. Sua implementação só ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1993, quando o prefeito, vice-prefeito e vereadores assumiram seus respectivos cargos. Seu nome faz referência aos rios Santa Rosa e Purus que banham a localidade.

O acesso ao município é feito por via fluvial através do Rio Purus e aéreo em aeronaves de pequeno porte. Devido ao isolamento, a localidade possui uma forte dependência econômica do município de Sena Madureira. As principais atividades econômicas desenvolvidas em Santa Rosa são o extrativismo vegetal de borracha e madeira, a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva e a pesca.

O município possui a menor população do Acre, com 6.723 habitantes, e ocupa o nono lugar em extensão territorial, com 6.155,858 km². A administração pública é o setor econômico predominante, com 62,6% de participação, seguido pelo setor Agropecuário, com 21,8% de participação no Valor Adicionado do município.

Santa Rosa do Purus pertence à Mesorregião

do Vale do Acre, Regional Purus, limitando-se ao norte com os municípios de Manuel Urbano e Feijó; ao sul, com a República do Peru; a leste, com o município de Manuel Urbano e a oeste, com o município de Feijó.

O município de Santa Rosa do Purus possui duas terras indígenas que concentram grande número de habitantes indígenas. Na Terra Indígena Alto Purus, localizada em parte dentro de Santa Rosa do Purus, habita o povo Kaxinawá e Kulina da família linguística Pano e Arawá. A população indígena totaliza 4.297 pessoas.

Santa Rosa do Purus conta com apenas um projeto de assentamento, o PA Santa Rosa, e as unidades de conservação Floresta Nacional Santa Rosa do Purus e Parque Estadual do Chandless também estão presentes no território deste município.

Santa Rosa do Purus apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,517, e a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 33,1%. O PIB do município é de R\$ 108.545.000,00, com R\$ 15.747,00 de PIB per capita, estando posicionado em 17º lugar com relação aos demais municípios do Acre.

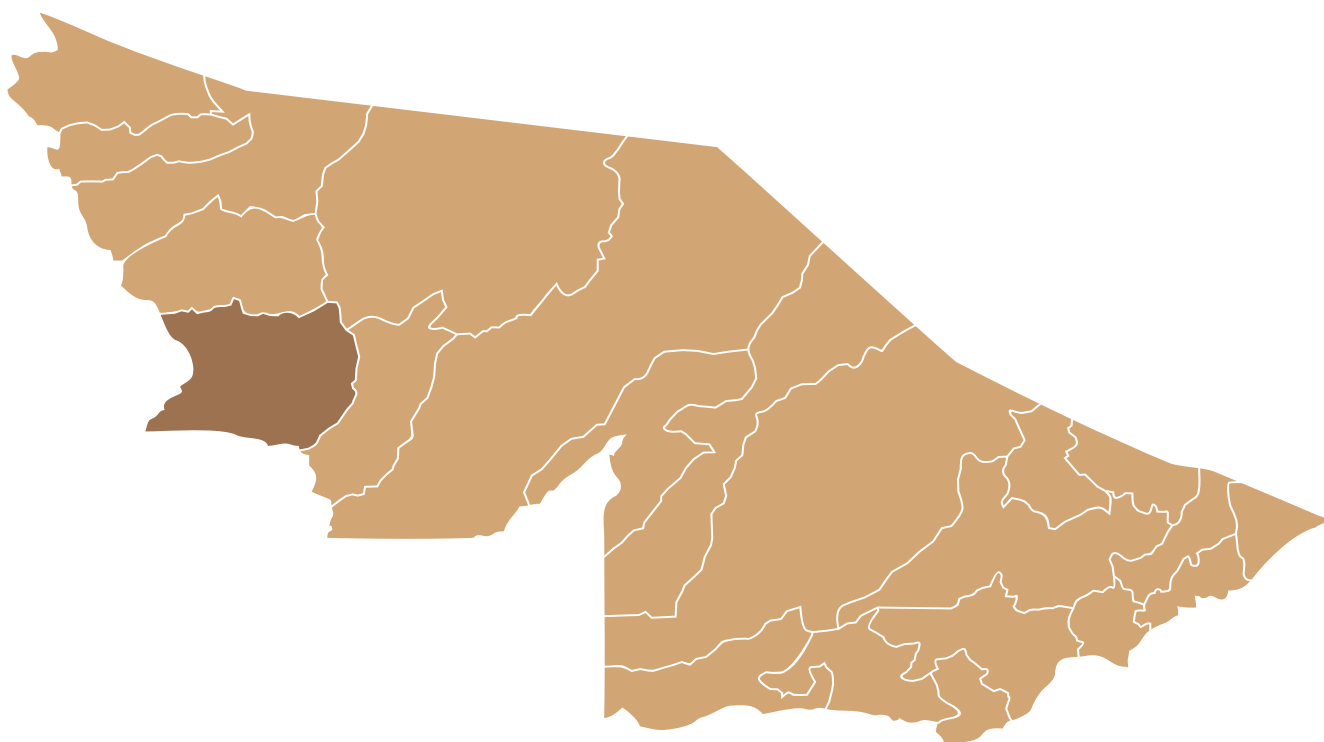
Localização	
Latitude	09° 25' 28" Sul
Longitude	70° 29' 36" Oeste
Altitude	218 m (aprox.)
Distância da capital por rodovia	374 km
Distância da capital em linha reta	300 km

Aspectos Geográficos	
Área	6.446 km ²
População	6.723 habitantes
Densidade demográfica	1,09 habitante por km ²

Dados Socioeconômicos	
Taxa de analfabetismo	33,1
IDHM	0,517
PIB per capita	R\$15.747,00
PIB municipal	R\$108.545.000,00

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	Floresta Nacional Santa Rosa do Purus (parte)
	Parque Estadual do Chandless
Projeto de Assentamento (PA)	PA Santa Rosa
Terra indígena (TI)	Alto Purus (parte)
	Riozinho do Alto Envira

19. MARECHAL THAUMATURGO



O município foi criado em 28 de abril de 1992, tendo sido emancipado em 1º de janeiro de 1993, a partir de um desmembramento de Cruzeiro do Sul. Seu nome é uma homenagem ao militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo, que fundou a cidade de Cruzeiro do Sul e foi prefeito do Alto Juruá após a anexação do Acre ao Brasil, com o Tratado de Petrópolis de 1903.

Ocupa a 11ª posição no ranking de quantidade da população em comparação aos demais municípios do Estado e é o 7º mais extenso. Faz fronteira ao norte com Tarauacá e Porto Walter; ao sul e oeste com a República do Peru; e ao leste com o município de Jordão. Está localizado na Mesorregião do Vale do Juruá e Microrregião de Cruzeiro do Sul. Os dois

principais rios que cortam a cidade são o Rio Juruá e o Rio Amônia. Não possui acesso via terrestre, mas também pode ser acessado por via aérea.

Possui cinco Terras Indígenas em seu território, quais sejam: TI Kampa do Rio Amônia; TI Arara do Rio Amônia; TI Jaminawa Arara do Rio Bagé; Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu; Kaxinawa do Rio Jordão. Dois projetos de assentamento: PDS Cachoeira do Oriente; PA Amônia e quatro Unidades de Conservação: RESEX Alto Juruá; RESEX Alto Tarauacá; RESEX Riozinho da Liberdade; PARNA Serra do Divisor.

Quanto aos indicadores socioeconômicos, o município possui o PIB de R\$ 214.547 (em mil reais) e PIB per capita de R\$ 13.020,98. Seu IDHM é de 0,625 e a taxa de analfabetismo é de 34,8%.

Localização	
Latitude	08° 56' 28" Sul
Longitude	72° 47' 30" Oeste
Altura	220 m (aprox.)
Distância fluvial para Cruzeiro do Sul	308 km
Distância da Capital em Linha Reta	557 km

Aspectos Geográficos	
Área	8.190,953 km ²
População	17.093 hab
Densidade demográfica	2,09 hab/km ²

Aspectos Socioeconômicos	
IDHM	0,625
PIB MUNICIPAL	214.547
PIB Per Capta	R\$ 13.020,98
Taxa de analfabetismo	34,8

Áreas Especiais	
Unidades de Conservação (UC)	RESEX Alto Juruá; RESEX Alto Tarauacá; RESEX Riozinho da Liberdade; PARNA Serra do Divisor.
Projeto de Assentamento (PA)	PDS Cachoeira do Oriente; PA Amônia.
Terra Indígena (TI)	TI Kampa do Rio Amônia; TI Arara do Rio Amônia; Jaminawa Arara do Rio Bagé; Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu; Kaxinawa do Rio Jordão.

